

EDUARDO DE ALMEIDA NAVARRO

# A ERA DAS GRAMÁTICAS

A questão das línguas na época do Renascimento e das Grandes Navegações

EN MEXICO.



Pontes

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

---

N322e Navarro, Eduardo de Almeida.

A era das gramáticas: a questão das línguas na época do renascimento e das grandes navegações /

Eduardo de Almeida Navarro.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022;

figs.; tabs.; quadros.

E-book: 4 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-630-1.

1. Ensino de Línguas. 2. Linguagem. 3. Pesquisa.

I. Título. II. Assunto. III. Autor.

---

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

**Índices para catálogo sistemático:**

3. Linguagem, Línguas – Estudo e ensino. 418.007

EDUARDO DE ALMEIDA NAVARRO

# A ERA DAS GRAMÁTICAS

A questão das línguas na época do  
Renascimento e das Grandes Navegações



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*Copyright* © 2022 – Eduardo de Almeida Navarro

*Coordenação Editorial:* Pontes Editores

*Revisão:* Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Editoração:* Vinnie Graciano

*Capa:* Acessa Design

**CONSELHO EDITORIAL:**

**Angela B. Kleiman**

(Unicamp – Campinas)

**Clarissa Menezes Jordão**

(UFPR – Curitiba)

**Edleise Mendes**

(UFBA – Salvador)

**Eliana Merlin Deganutti de Barros**

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

**Eni Puccinelli Orlandi**

(Unicamp – Campinas)

**Gláís Sales Cordeiro**

(Université de Genève – Suisse)

**José Carlos Paes de Almeida Filho**

(UNB – Brasília)

**Maria Luisa Ortiz Alvarez**

(UNB – Brasília)

**Rogério Tilio**

(UFRJ – Rio de Janeiro)

**Suzete Silva**

(UEL – Londrina)

**Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva**

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

---

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS SAPIENCIAIS</b> .....	<b>17</b>
1.1. A GRAMÁTICA LATINA TRADICIONAL, SUA GÊNESE E IMPORTÂNCIA NO RENASCIMENTO.....	23
1.2. O MODELO LATINO COMO REGISTRO DE UMA GRAMÁTICA UNIVERSAL.....	35
1.3. O PROJETO PEDAGÓGICO RENASCENTISTA PARA O ENSINO DAS LÍNGUAS.....	42
1.4. A QUERELA ENTRE OS GRAMÁTICOS DA “ARTE NOVA” E OS DA “ARTE VELHA” NO RENASCIMENTO.....	45
<b>2. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS VERNÁCULAS E NACIONAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>3. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS</b> .....	<b>65</b>
3.1. A OBRA MISSIONÁRIA PORTUGUESA E ESPANHOLA, O PADROADO E A GRAMATICALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS.....	79
3.2. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS AFRICANAS E ASIÁTICAS.....	84
3.2.1. A África.....	84
3.2.2. A Ásia.....	88
3.2.2.1. O Japão.....	89
3.2.2.2. A Índia.....	92
3.2.2.3. A Indochina.....	94
3.2.2.4. A China.....	94
3.3. A IMPRENSA MISSIONÁRIA NO ORIENTE.....	95
3.4. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS AMERICANAS.....	99

3.5. A IMPRENSA MISSIONÁRIA NA AMÉRICA.....	109
3.6. A OBRA DE GRAMATICALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS E AS LÍNGUAS “MAIS USADAS”.....	112
3.7. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS E A ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XVI.....	118
3.8. AS LÍNGUAS EXÓTICAS E A QUESTÃO DA ORIGEM DAS LÍNGUAS DO MUNDO.....	124
3.9. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS E SUA DEPENDÊNCIA DA GRAMÁTICA LATINA.....	126
3.10. O SUPLETIVISMO COMO UM ASPECTO DA LATINIZAÇÃO.....	133
3.11. UMA GRAMÁTICA MISSIONÁRIA DIFERENTE: A ARTE DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, DE 1595.....	144
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>153</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

O século XV inaugura um momento histórico dos mais notáveis a que a humanidade já assistira. Emergia um grande movimento de renovação cultural, com a valorização dos textos da Antiguidade clássica e do hebraico: era o Renascimento. Ainda nesse século, com o início do périplo africano, com a descoberta da América e com a descoberta do caminho marítimo para as Índias, iniciavam-se os Grandes Descobrimentos, um dos mais importantes processos civilizatórios de toda a História.

O humanismo renascentista emergia de envolta com inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas.

O termo “humanismo” não é unívoco. Se com ele designamos uma dada postura em face do homem e do mundo, não há um critério único que fixe sua compreensão e sua extensão. Os diferentes critérios têm fundamentos filosóficos que, por vezes, são excludentes entre si. Assim sendo, diferentes sistemas filosóficos definem-se como “humanistas”, seja o existencialismo de Sartre, seja o marxismo, seja o neotomismo de Jacques Maritain.

Há, contudo, um significado de humanismo que desborda do seu sentido filosófico ou do literário: é o significado *histórico*. Considerado o humanismo de um ponto de vista estritamente histórico, ele é um aspecto fundamental do Renascimento, designando, assim, o ideal do *homo universalis*, do homem compreendido em sua totalidade, seja em sua dimensão física, seja em sua inserção histórica, dotado de li-

vre-arbítrio e movido do ideal de uma vida universal, segundo diz Pico della Mirandola em sua *De Dignitate Hominis*:

Não te fiz determinantemente anjo nem besta, celestial nem terreno, mortal nem imortal, porque posto em tua livre vontade, como senhor e fazedor de ti mesmo, escolhas e te mudes na forma e maneira que quiseres: poderás ser besta se seguires tuas inclinações e serás anjo se as coisas do céu em teu ânimo e coração sentires. (*apud* MARTINS, 1964, p. 127)

O humanismo foi uma dimensão do Renascimento que antecedeu a este e deu poderoso contributo para sua irrupção. O Renascimento, se incorpora em si o humanismo, vai além dele, sendo uma confusa diversidade de vários elementos: descobertas científicas, novos horizontes históricos e geográficos, o confronto com a alteridade representada pelos novos povos e continentes descobertos, exigindo uma reelaboração dos quadros mentais europeus para enquadrar em seus esquemas de compreensão do homem e do mundo as novas realidades emergentes, a Reforma luterana, a cindir o Ocidente cristão em facções antagônicas, a ascensão da burguesia mercantil. O Renascimento inclui aspectos que transcendem o conceito de humanismo. Falamos, aqui, pois, de um “humanismo renascentista”, para bem situar um de nossos objetos de estudo.

Assim, o humanismo renascentista recuperou valores que julgava mais identificados com os dos antigos gregos e latinos. Resgatou-se o valor do prazer, da vida ativa sobre a vida contemplativa, buscou-se a superação da Escolástica medieval e a construção de uma *Philosophia Christi*, sem dogmas, deísta, negadora da estrutura eclesial, como mediadora necessária entre o homem e Deus.

Nesse contexto, a Filologia libertava-se de sua condição de “serva da Teologia” e assumia posição autônoma e soberana. O valor estético



e ético dos textos antigos é visto, agora, *per se* e não como *ornamenta fidei*. Reconhecem-se, neles, lampejos da sabedoria divina.

O Renascimento seria, dessarte, vincado fortemente pela problemática linguística, que lhe daria um de seus traços mais característicos, opondo-o a uma Idade Média fundamentalmente latinizante, em que o ideal do homem culto era encarnado pelo teólogo escolástico e não pelo filólogo.

Segundo Nunes (1980, p. 14),

depois que as Universidades se organizaram no século XIII..., o interesse de muitos estudiosos voltou-se de preferência para os estudos de Dialética e de Filosofia, tendo a Gramática e as Letras ficado, de certo modo e por algum tempo, no abandono.

Numa época assinalada pelo teocentrismo, os cursos de Teologia gozavam do máximo prestígio social, e o latim seria o eclesiástico e medieval.

O Renascimento, contudo, não pode ser compreendido como um todo monolítico. Fruto lídimo da Itália, ele assumiu feições distintas segundo os países europeus. Não se observa, com efeito, na Península Ibérica, a mesma ética hedonista nem o secularismo que vigeram na Florença dos Médicis, tampouco a imitação das formas clássicas seria significativa na arte da Ibéria.

Impregnado, em muitos aspectos, de uma ética hedonista e de uma visão deísta do mundo, não ocorreu uma dialética, uma síntese de opostos, entre o Renascimento e o Catolicismo, mas sim, uma negação daquele por este. Ao mesmo tempo em que o Renascimento era negado pela Contrarreforma católica, o gosto pelos clássicos e pelas línguas antigas e a pedagogia renascentistas penetravam também o Catolicismo (fazendo surgir sábios impregnados do valor da *humanitas*, como já ocorrera na Antiguidade – São Jerônimo, por exem-

plo, também foi um *homo trilinguis*) e, principalmente, empolgavam a Companhia de Jesus, que se tornaria a maior instituição de ensino da História. Plasmava-se, assim, um novo humanismo, o humanismo “inaciano”, jesuítico. Os jesuítas seriam, com efeito, os maiores humanistas da Idade Moderna.

Embora não fizesse parte de seus objetivos iniciais, a Companhia de Jesus tornar-se-ia uma ordem religiosa fundamentalmente missionária. É, efetivamente, no seio do missionarismo que se deve compreender grande parte de sua obra cultural e pedagógica.

As missões, é mister que se diga, não surgiram na Idade Moderna, mas, sim, na Idade Média. Os mercedários, os franciscanos, os agostinianos foram grandes missionários no período medieval. Contudo, caberia à Companhia de Jesus, a última ordem criada pela Igreja, o papel de dar o máximo desenvolvimento ao múnus missionário, revigorando-o, numa época assinalada pela revivescência de valores pagãos e hedonistas, como era o Renascimento.

É evidente que o Renascimento em Portugal conheceria, por sua vez, o peso da ortodoxia religiosa, tendo-se tornado o mais contrarreformista dos países europeus, ao lado da Espanha. Segundo Martins (1977-78, p. 17), “em Portugal, o Renascimento só se manifestou por espasmos, logo sufocados”, um Renascimento teocentrista.

Contudo, em que pesem as diferenças notórias entre o esplendor secularizante da Florença dos Médici, da França de Budé, dos Países Baixos de Erasmo ou da Salamanca de Nebrija, o Renascimento europeu tem um aspecto ubíquo e onipresente e que lhe confere homogeneidade: o caráter espetacular que assume, então, a problemática linguística. Esta apresentava três vertentes principais:

1. A valorização das ditas “línguas sapienciais”, ou as “línguas da missa”, na expressão de João de Barros, isto é, o latim, o grego e o hebraico.<sup>1</sup>

2. A emergência das línguas vernáculas e nacionais europeias, que passariam, agora, a receber formalização e normatização gramaticais.

3. A descoberta das ditas “línguas exóticas”<sup>2</sup> de continentes e de terras antes desconhecidos.

Verifica-se, de tais considerações preliminares, o fato da extrema relevância da questão linguística no século XVI, que não hesitamos em chamar de a “*Era das Gramáticas*”. Se o termo “gramática”, até então, não costumava, no Ocidente, evocar mais do que um corpo de sistematização das línguas clássicas, o século XVI começaria a assistir à gramaticalização maciça das línguas do mundo, fossem elas mortas ou vivas, europeias ou americanas e asiáticas, de povos de tradição literária milenar ou de povos ágrafos. O século XVI, com efeito, começou a gramaticalizar tudo e a tornar todas as línguas dignas de serem gramaticalizadas.

Para Auroux (1992, p. 35), o Renascimento foi o eixo de uma revolução técnico-linguística que, iniciada no século V, se estenderia até o ocaso do século XIX.

---

1 Por se quadrar melhor ao que queremos designar, ou seja, o conjunto formado pelas línguas latina, grega e hebraica, empregaremos as expressões “línguas sapienciais” ou “línguas sábias”, que são, a nosso ver, melhores que a expressão “línguas antigas”, (pois aí incluiríamos o caldeu e o aramaico, que alguns eruditos do Renascimento lograram conhecer) e também preferíveis à expressão “línguas clássicas”, uma vez que o hebraico não poderia ser considerado, no Renascimento, uma língua “clássica”, na perspectiva da cultura europeia. Assim, as línguas “sapienciais” são aquelas que conferiam distinção intelectual aos sábios renascentistas, aquelas que lhes possibilitavam acesso direto às fontes da cultura ocidental ou que tinham interesse maior para a exegese da Bíblia.

2 O termo “*exótico*” é usado, na Europa, desde o século XVI, designando aquilo que se refere aos continentes asiático, africano e americano. Embora assuma, hodiernamente, sentido diverso, equivalente a “*estranho*”, “*excêntrico*”, seu sentido primordial era outro e é nessa primeira acepção que o usaremos neste estudo, isto é, buscaremos resgatar seu sentido usual nos séculos XVI e XVII.

Segundo ele:

Essa gramatização constitui, depois do advento da escrita antes do terceiro milênio antes da nossa era, a segunda revolução técnico-linguística. Suas consequências práticas para a organização das sociedades humanas *são consideráveis*.

Assim, era de expansão das fronteiras geográficas, o século XVI também o seria de dilatação das fronteiras linguísticas.

Todavia, se a gramaticalização das línguas vernáculas e exóticas era um fato novo, inédito, as gramáticas das línguas clássicas, no Renascimento, seriam tão somente reformadas, de forma mais ou menos original, haja vista que já as havia desde a Antiguidade. Desse modo, o peso da herança clássica havia séculos estabelecida, de uma tradição gramatical arraigada no solo da latinidade clássica e medieval, iria fatalmente fazer-se sentir sobre as gramáticas das línguas vernáculas e exóticas.

Contudo, se a gramaticalização das línguas vernáculas e a renovação das gramáticas das línguas sapienciais eram uma nota caracteristicamente renascentista, a obra de gramaticalização das ditas “línguas exóticas” seria fruto do trabalho missionário, que, no século XVI, acompanhou *pari passu* a expansão dos ideais do Renascimento, porém não se identificando com ele, mas, ao contrário, negando seus postulados fundamentais.

Assim, a gramaticalização de algumas das línguas vernáculas europeias foi contemporânea, conforme já asseveramos, da dos continentes americano e asiático, embora empreendida em diferentes contextos e com diferentes propósitos.

Segundo Aurox (1992, p. 40),

que a gramaticalização maciça das línguas do mundo tenha acontecido a partir da Europa e que ela tenha tomado uma amplitude significativa numa época tão tardia é um problema epistemológico e histórico de grande importância, ao qual não se consagrou ainda um estudo profundo. Outras civilizações – indiana, chinesa, greco-latina – teriam tido os meios práticos e teóricos e, provavelmente, também os contatos multilíngues necessários para fazê-lo. Acontece que, sem dúvida, os contatos multilíngues não são suficientes para constituir uma causalidade determinante.

Vários fatores, a nosso ver, determinaram tal preeminência da Europa na gramaticalização das línguas do mundo todo:

- O caráter missionário da religião cristã, que se agudiza com a Reforma Protestante. Perdendo a Igreja Católica sua unidade no Ocidente, urgia impedir o alastramento do Protestantismo pelo orbe. O trabalho missionário fazia-se, pois, mister para se evitar que os sequazes de Calvino ou Lutero convertessem os povos pagãos.

Nesse sentido, nem os hindus, nem os chineses, nem os antigos gregos e romanos tiveram motivações de ordem religiosa para se lançarem àquela empresa. Os árabes, por sua vez, malgrado se tivessem convertido num povo cosmopolita e embora tivessem dilatado sua presença em três continentes, não tinham uma religião missionária, nem concebiam a ideia de que as verdades do Alcorão se transmitissem em língua que não fosse o árabe. Ademais, sob a dominação árabe, as culturas dos povos subjugados não só iam anular-se, mas tinham azo para sobreviver, haja vista que a religião muçulmana não lhes era imposta, mas tão somente o domínio político muçulmano. A Guerra Santa era, antes, subjugar o infiel e seus territórios que convertê-lo.

-Somente a Europa veria constituir-se uma classe social com forte potencial revolucionário como a burguesia, e que, consorciada aos reis, abalaria o sistema feudal, levando à formação de Estados nacio-

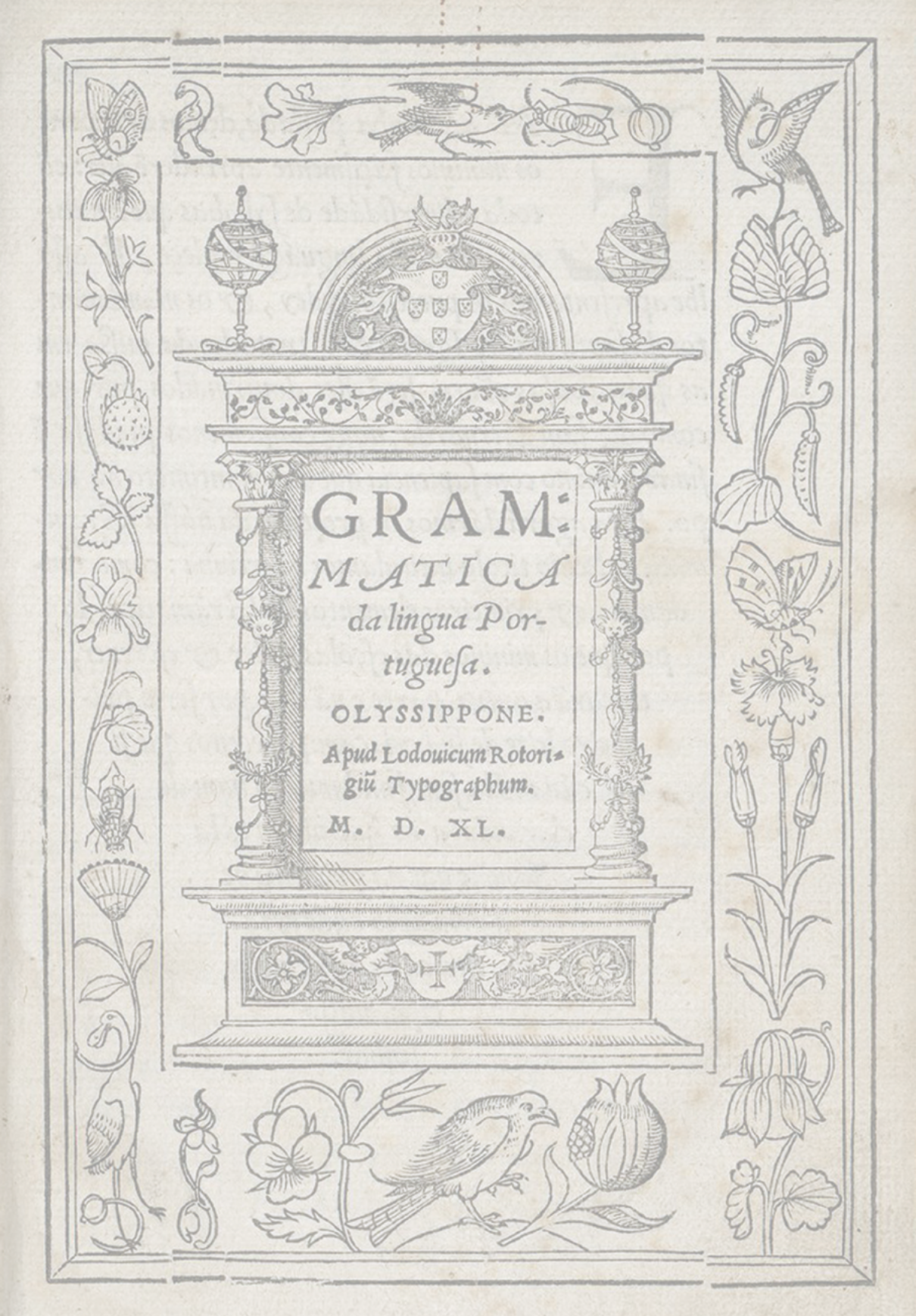
nais centralizados. Na esteira dos Estados nacionais vem a questão da emergência das línguas nacionais como “*compañeras del Império*”, como diria Nebrija. Enquanto isso, o Oriente dividia-se em imensos impérios (o otomano, o chinês), havia séculos consolidados e com línguas de forte tradição literária. Na Europa, por outro lado, o sentido de nacionalidade diluía-se, durante a Idade Média, no de “cristandade latina”. A língua da força de coalescência, de coesão dos povos, da Igreja, não era a língua desses mesmos povos.

Nenhures isso ocorreu fora da Europa. O latim pairaria, em nível supranacional, como fator de unificação, ao lado de fenômenos de dispersão e fragmentação representados pelas línguas neolatinas e vernáculas. Essas eram faladas quotidianamente, mas somente o latim seria estudado nas escolas, de modo que “estudar gramática” significava “estudar latim”, para permitir acesso à cultura escrita. A gramática torna-se “uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a qualquer língua, aí compreendida a língua materna” (AUROUX, 1992, p. 42). Isso porque o latim era uma segunda língua na Europa medieval e sua gramática foi maciçamente empregada para fins de pedagogia linguística, isto é, para se aprender uma língua que não era a materna. Rompido o equilíbrio político medieval e com a formação dos novos Estados nacionais, as línguas vernáculas seriam guindadas a primeiro plano, mas a gramática latina ficaria subjacente às suas gramáticas que então passaram a ser formalizadas e seria o modelo de qualquer gramática que se escrevesse.

-Em terceiro lugar, somente na Europa instaurara-se uma dicotomia entre as línguas da expressão do saber clássico e religioso e a língua do culto. Com efeito, o latim eclesiástico distanciou-se muito do latim clássico. O hebraico e o grego, embora línguas em que se vasaram as verdades da fé, eram pouco conhecidos. Desse modo, o humanismo renascentista era, segundo Rico (1978), frequentemente uma luta contra o latim medieval e sua “barbárie”. Tal dicotomia não ocorreria fora da Europa. Na China, na Índia, no mundo árabe, o saber clássico

estava no seio das práticas religiosas e culturais. Ademais, ao contrário do fenômeno de mobilidade das línguas no Ocidente, pode-se observar seu caráter estático no Oriente, onde a língua escrita e a intensidade da cultura dos textos tornaram lenta a evolução da língua falada.

Desse modo, instauraram-se na Europa certas condições que conduziram, no século XVI, à “éclosion” das gramáticas, fato de importantes consequências para o papel hegemônico que a Europa exerceria nos séculos vindouros sobre o mundo. Analisaremos, em seguida, as vertentes da questão linguística no Renascimento com mais pormenores.



The title page features a central architectural frame containing text. The frame is topped with a coat of arms and two globes. The sides are decorated with vertical floral and bird motifs. The bottom of the frame is also decorated with floral and bird motifs. The text is centered within the frame.

GRAM-  
MATICA  
da lingua Por-  
tuguesa.

OLYSSIPPONE.

Apud Lodouicum Rotori-  
giu Typographum.

M. D. XL.



## 1. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS SAPIENCIAIS

O humanista busca ardentemente conhecer o grego, o latim e o hebraico, as línguas que facultavam retorno aos textos da Sagrada Escritura e da Antiguidade cristã e pagã.

Reconhece-se, assim, o valor humano das línguas antigas que confeririam ao homem maior dignidade, segundo o princípio do *hominem humaniorem facere*. Lembra-nos Kuckenheim (1951, p. 1) de que

o sábio, sem intermediário, penetra o pensamento grego, exprime-se na língua de Cícero, entra em contato com seu Deus pela Escritura santa: é o homem dotado de triplex lingua, trium linguarum gnarus ou o homo trilinguis.

Vários humanistas atingiram tal ideal erudito: Erasmo, Nebrija, Reuchlin, Clenardo, Munster e outros.

Com relação ao latim, buscava-se um retorno às formas puras e escoimadas do jargão que os autores latinos da Idade Média haviam criado para seu próprio uso. O latim renascentista será uma língua de eruditos que porfiavam em expurgar de seus textos o que não fosse perfilhado pelos melhores autores da Antiguidade.

Na segunda metade da Idade Média, a subordinação da Gramática à Lógica era completa. Perdia-se, assim, o contato com as realidades

da língua. A terminologia da Lógica e da Gramática era idêntica. O espírito escolástico impregnava as gramáticas, que recorriam até mesmo a alegorias “piedosas”, como as encontradas na obra de Gerson, gramático medieval:

*Prima declinatio est ab obedientia Dei in suggestionem diaboli: per hanc declinavit Eva. Secunda ab obedientia Dei in consensum mulieris, ut Adam declinavit.*

[...]

*Personae autem verbis accidunt III. Quod credo divinitus esse inspiratum.*<sup>3</sup>

(in Thurot, Notices et Extraits, p. 65, apud KUKENHEIM, 1951, p. 50)

Era corrente a versificação do texto como prática pedagógica. O *Grécisme*, de Everardo de Béthume, compõe-se de 4440 hexâmetros. O *Doctrinale Puerorum*, de Villadei, a mais famosa gramática do final da Idade Média, escrita por volta de 1200, era composta de 2645 hexâmetros que deveriam ser memorizados pelo aprendiz. As “*regras para enformarmos os menynos en latin*”, manuscrito português do século XIV, inspirado em Villadei, dá-nos conta disso:

*Tres casus similes donat semper tibi neutrum:  
primum cum quarto quintoque sono dabit uno.*<sup>4</sup>  
(apud NASCIMENTO, 1989, p. 230)

---

3 “A primeira declinação está afastada da obediência de Deus por sugestão do diabo: por essa se declinou Eva. A segunda está afastada da obediência de Deus de consenso com a mulher, como Adão se declinou.

[...]

Três pessoas incidem sobre os verbos. O que creio ser divinamente inspirado.”

4 “Três casos semelhantes dá sempre o neutro para ti: o primeiro com o quarto e o quinto numa só palavra dará.”

Contra os versos de Villadei vociferariam Erasmo e seus sequazes. Um deles, diria: “*Abeat iam barbarus Alexander et barbaram cum sua barbarie repetat patriam*”<sup>5</sup>. (apud KUKENHEIM, 1951, p. 53).

O Renascimento veria surgir, como coroamento dessa busca de acrisolamento do latim, segundo os melhores autores da Antiguidade, um grande número de gramáticas latinas. Enquanto em Portugal, em todo o século XVI, publicaram-se somente duas gramáticas portuguesas (das quais adiante trataremos), o número das edições das gramáticas latinas ascende a cerca de vinte, conforme se observa no Quadro 1:

QUADRO I

**Autores de gramáticas latinas em Portugal de 1500 a 1572  
e número de edições delas**

<b>Autor</b>	<b>n.º de edições</b>
Pastrana	3
Nebrija	3
Estevão Cavaleiro	2
Clenardo	2
Jerônimo Cardoso	2
Máximo de Sousa	1
Despautério	2
André de Resende	1
Manuel Álvares	3
incógnito	1

(TORRES, 1984)

Desse modo, o latim, dada uma tradição multissecular de estudos que atravessou a Idade Média, foi a mola-mestra do humanismo

5 Vá embora já o bárbaro Alexandre e retorne para sua bárbara pátria com sua barbárie.

renascentista. Haja vista sua relevância naquele momento histórico, dele trataremos com mais pormenores adiante. O grego, por outro lado, fora mui pouco conhecido na Idade Média. Os tesouros da cultura grega chegaram à Idade Média em traduções latinas. Em poucos lugares podiam-se ler, traduzir ou copiar as obras gregas. Muitas estavam perdidas ou era desconhecido seu paradeiro. A antiquíssima expressão portuguesa “parece que está a falar grego” dá conta do seu caráter de língua ininteligível. *Graecum est, non legitur* (“É grego, não se lê”), soía-se afirmar na Idade Média e tal foi regra em toda a Europa. Além de ignorado, o grego era visto na Idade Média, em muitos meios, como língua suspeita, veículo de todo tipo de heresia.

No século XV, como fruto da aproximação entre a Europa e o Império Bizantino, engendrada pelas Cruzadas, vêm para a Itália sábios bizantinos que ali passam a ensinar o grego e para lá levam manuscritos antigos. Nos últimos anos do século XIV, ali já estava Chrysoloras. Vêm, nas primeiras décadas do século XV, Gaza e Chalcondyle. Com a queda de Constantinopla em 1453 sob o jugo turco, muitos sábios egres-sam de lá e vão em direitura à Itália. Após 1456, alguns deles estavam na França. Muitos estudiosos, contudo, iam para a Itália para estudar o grego. Começam a surgir as cadeiras de grego nas universidades, e os mestres passam a ser também europeus e não somente bizantinos. Desse modo, em Oxford passa a lecionar Erasmo, na Espanha pontificou o célebre Nebrija, patrono do humanismo renascentista naquele país, e o flamengo Nicolau Clenardo, que também promoveu o estudo do grego em Portugal, Reuchlin na Alemanha, Guillaume Budé, na França.

Em oposição a uma Idade Média profundamente vincada pela perquirição filosófica e teológica, suscita-se, agora, o gosto pela literatura pagã e pelos seus valores intrínsecos, em que os humanistas do Renascimento viam a própria prefiguração do ideal cristão. Nessa perspectiva, o grego voltou a ser estudado ardorosamente. Mas, além dos ideais literários, também os teológicos eram perseguidos pelos hu-

manistas, haja vista que existiu uma Antiguidade grega cristã que eles aspiravam a conhecer e, principalmente, pelo fato de que o grego é a língua do Novo Testamento.

As gramáticas gregas não tiveram no século XVI, em nenhum momento, um número de edições comparável ao das latinas. São dignas de menção as de Reuchlin, Melanchton, Erasmo, Guillaume Budé e Clenardo. Este último foi o autor da gramática grega que gozou da melhor fortuna crítica na Europa, inclusive em Portugal, conforme adiante veremos.

Finalmente, o Renascimento resgatou o estudo da língua hebraica nos meios não judeus, embora esse estudo suscitasse profundas desconfianças e temores nos meios mais identificados com a velha Escolástica decadente, isso porque o hebraico era ensinado, inicialmente, por mestres judeus, e esses viviam, em muitos países da Europa quinhentista, à margem da sociedade.

A busca da exegese dos textos bíblicos, a da conversão dos judeus, o interesse pela Cabala, numa época muito marcada pelo misticismo e pelo ocultismo, tudo isso propiciou o dito “Renascimento hebraico”, a par de um Renascimento greco-latino.

Trazia-se, assim, para os meios eruditos europeus, uma língua de índole muito diversa da das línguas clássicas. O hebraico, com efeito, não conhece a noção de tempo verbal, mas somente a de aspecto. O hebraico conhece o absoluto e o construto dos nomes, isto é, esses adquirem formas diferentes se estiverem numa relação genitiva. Assim, *bait* significa “casa” mas *casa da paz* diz-se *beit Shalom*. Em hebraico, por outro lado, não existe o verbo *ser* no presente, além de muitos outros pontos que afastam essa língua dos modelos greco-latinos, entre os quais a inexistência de casos.

Assim, antes de receber o impacto das línguas exóticas da América, da Ásia e da África, a Europa renascentista já estudava o hebraico e outras línguas semíticas, como o árabe, o caldeu e o siríaco.

co, cuja índole era muito diferente da das línguas clássicas. Gramáticas hebraicas já eram publicadas na Europa desde o século IX por sábios judeus, com o fito precípua de servir às comunidades judaicas, tendo sido influenciadas pela tradição gramatical árabe em sua feitura.

As grandes novidades do Renascimento, nesse aspecto, foram o fato de as gramáticas hebraicas passarem a ser escritas por cristãos e também o da sua subordinação ao modelo latino. A gramática hebraica, pelo menos na forma em que chegou à Europa renascentista, por meio de seus manuais mais em voga, como o de Nicolau Clenardo, foi inserida num quadro preconcebido, o da gramática greco-latina. Segundo Kukenheim (1951, p. 129) “[...] *é mesmo provável que a gramática do hebraico derive indiretamente de Dionísio, o Trácio*”. Analisando o tratamento do substantivo nas gramáticas hebraicas, diz também Kukenheim (*ibidem*, p. 104, tradução nossa):

O que nos interessa é a clareza da exposição gramatical. Ora, essa clareza foi, por herança, a pesada autoridade das línguas clássicas, notadamente do latim; o Renascimento, menos ainda que a Idade Média, não pôde livrar-se do formalismo estrito que a gramática latina lhe havia inculcado. Tanto Bacon quanto Bodeker provam penetrar melhor a estrutura do hebraico que seus sucessores. Este último diz: “Os hebreus não têm, com efeito, uma gramática distinta e articulada pelas declinações dos nomes e dos verbos como têm os latinos e os gregos”.

Desse modo, na Idade Média já havia quem mostrasse que o modelo clássico não era universal. Contudo, o que predominou entre os gramáticos não judeus do Renascimento foi o enquadramento naquele modelo. Reuchlin, por exemplo, no início do século XVI, emprega uma nomenclatura latina, em sua gramática hebraica, que se manteve até hoje, exceto no âmbito do hebraico moderno, falado em Israel.

As gramáticas hebraicas que gozaram de maior voga no Renascimento foram as de Pellican, Septemius, Reuchlin, Munster e Clenardo. No Portugal renascentista, a de Clenardo foi, sem dúvida, a mais compulsada.

### 1.1. A GRAMÁTICA LATINA TRADICIONAL, SUA GÊNESE E IMPORTÂNCIA NO RENASCIMENTO

A gramática latina tradicional, que vinha recebendo desde a Antiguidade seus contornos definidores, assume no Renascimento, em virtude da emergência das línguas vernáculas e exóticas, o papel de modelo para a sistematização delas. Isso por várias razões:

- O latim fora língua viva na Idade Média, gozando do estatuto de *lingua universalis* dentro da Europa, isso por ser língua da Igreja, numa era marcadamente teocêntrica.

- O latim, além de *lingua universalis*, não disputara com outra língua sua primazia, nem tivera contestada sua hegemonia cultural. Com efeito, conforme já asseveramos, pouco se conhecera o grego na Idade Média. Se outra língua gozou de universalidade naquela época, essa foi o árabe, que era, todavia, a língua do Islã, o principal oponente da Europa cristã ocidental e oriental.

- No final da Idade Média, o latim era uma segunda língua, já gramaticalizada havia séculos, em meio a grande número de línguas *rusticae* que, embora faladas quotidianamente, não tinham uma gramática escrita. Desse modo, a passagem da língua gramaticalizada ao estatuto de segunda língua criaria uma pedagogia linguística que seria guindada ao nível de modelo gramatical no momento em que surgiram os Estados nacionais europeus e os novos continentes foram descobertos, trazendo a questão do estudo das línguas vernáculas e exóticas a primeiro plano.

Desse modo, no dealbar do Renascimento europeu, o conhecimento gramatical identificava-se com o da gramática latina. Essa serviu, pois, de paradigma para a gramaticalização das novas línguas que emergiam no século XVI. Isso por mais dois motivos, além dos anteriormente explicitados:

- No que tange às línguas vernáculas, em virtude da consciência de que o latim era o fundamento delas e de que elas seriam suas herdeiras, sendo isso fator de sua própria nobilitação.
- No caso das línguas exóticas, em razão de viger, desde a Antiguidade, a ideia da unidade do gênero humano. Era tradicional na Europa cristã tal doutrina. “Postulava-a a Sagrada Escritura, defendiam-na os Padres da Igreja, professavam-na os doutores da Escolástica” (DIAS, 1973, p. 191).

Ora, se o gênero humano é uno, se a diversidade linguística reinante é fruto da punição de Deus, que na torre de Babel confundiu as línguas, e não de uma diversidade dos homens, não seria errôneo se aplicar o modelo latino para a gramaticalização de todas as outras línguas do mundo.

Segundo Auroux (1992, p. 42),

o fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem. Ele explica por si só a homogeneidade conceptual dessas disciplinas, o que podemos considerar como sua identidade de metalinguagem. [...] Como essa metalinguagem, qualquer que seja (de fato será aquela das línguas que se vão impor na Europa das nações, do Renascimento à época moderna), terá a mesma estrutura de qualquer outra surgida nas mesmas condições, haverá uma certa equivalência entre as gramáticas das diferentes línguas redigidas em qualquer dos vernáculos em uso.



Para ele, houve uma constituição em rede do conhecimento linguístico no processo maciço de gramaticalização ocorrido no Renascimento. Assim:

De língua em língua, o processo de gramatização é, efetivamente, transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível. É assim que as gramáticas podem ser simples traduções umas das outras. [...]

No detalhe, a construção da rede supõe adaptações locais e um certo viazamento das descrições. O quadro teórico que se constitui, assim, corresponde “grosso modo” a uma descrição comum que convém mais ou menos à língua inicial e às outras. Nesse sentido, pode-se falar em uma gramática latina estendida (GLE). (p. 44)

Importa-nos, pois, conhecer o processo de gestação da gramática latina tradicional, suas formas e conteúdos, haja vista sua relevância para a sistematização das línguas que passariam para a esfera do conhecimento do homem do século XVI, entre as quais o tupi, que foi gramaticalizado por Anchieta e por Figueira.

A gramática latina, tal qual nos chegou, é uma herança que os gregos legaram ao mundo romano. Assim, deve-se considerar sem solução de continuidade o desenvolvimento da gramática grega e da gramática latina e, ademais, atentar para o fato de que sua evolução foi concomitante e de que ambas são tributárias da escola helenística, numa época em que o mundo latino e o grego, mais do que nunca antes, encontravam-se.

Lembra-nos Hjelmslev (1976, p. 19) que

a concepção gramatical, tal como subsiste em nossa ciência da linguagem, deriva por completo da gramática greco-latina da Antiguidade e da teoria escolástica que sobre ela se desenvolveu. Começada por Aristóteles

e pelos estóicos, particularmente Crisipo, e acabada por Donato (cerca de 350 d. C. ) e por Prisciano (cerca de 500 d. C. ), essa teoria acabou por se impor a toda a gramática moderna.

Não foi, contudo, o mundo greco-romano o único a estabelecer uma tradição gramatical. Também a Índia, o Japão e a China viram surgir obras de tal jaez, desenvolvidas independentemente. Houve, dessarte, quatro escolas gramaticais no mundo antigo: a greco-latina, a indiana, a chinesa e a japonesa. Dessas, a única que pretendeu aplicar seus princípios a todas as línguas humanas foi a primeira. Segundo Hjelmslev (1976, p. 20), “Na época moderna esse desejo se difundiu por todas as partes do mundo e, por isso, os princípios dessa escola proporcionaram as bases únicas da ciência gramatical”.

A gramática greco-latina teve, em seu nascedouro, o sinete da análise lógica. Segundo Buescu (1978, p. 11), na correlação estabelecida entre a lógica e a gramática, isto é, na correspondência de uma à outra em mútuo condicionamento “reside... a fundamentação teórica da própria constituição da gramática, isto é, a sua natureza formal”. Com efeito, foi Aristóteles que legou ao Ocidente a ideia de que a estrutura da língua corresponde à estrutura do mundo, ou seja, tudo o que é *substância* ou *acidente* e não se pode pensar nada fora disso, não se pode pensar nada que não seja ou substância ou acidente, pois não se pode pensar algo que não é. Substância e acidentes compõem as *categorias*, que são os gêneros supremos do ser. A substância, como sua etimologia revela, é o que existe em si e por si e não num sujeito. Já o acidente (etimologicamente “aquilo que sobrevém” a alguma coisa) não pode existir em si, mas apenas num sujeito. Os acidentes são nove:

1. A qualidade
2. A quantidade
3. A relação

4. O fazer (a ação)
5. O sofrer (a paixão)
6. O lugar
7. A situação
8. O tempo
9. O hábito

Tudo o que é encontra lugar entre as categorias de substância ou acidente. Elas compreendem, portanto, todas as palavras ou declarações possíveis e, assim, correspondentemente, compreendem todos os conceitos e todas as coisas.

Se dizemos, por exemplo: “O gato comeu a comida da menina”, estamos pensando em termos de *substância* (gato, comida, menina), *ação* (comeu) e *relação* (comida da menina). Se afirmamos “O cachorro branco fugiu ontem”, pensamos em termos de *substância* (cachorro), *qualidade* (branco), *ação* (fugiu) e *tempo* (ontem). Assim, a linguagem retrataria a estrutura do mundo, daria os modos do ser, e aquilo que é se assinalaria na linguagem. Isso é o desenvolvimento da concepção platônica exposta no diálogo *Crátilo*, de que segundo a natureza de cada ser existe uma designação exata.

Aristóteles chega à conceituação de categoria por meio de uma análise lógica da linguagem. Nas categorias, “pode-se ver um exame dos quadros de linguagem em paralelismo com o exame dos quadros metafísicos” (NEVES, 1987, p. 69)

Aristóteles, a partir de Platão, funda, assim, uma tradição de exame da função da linguagem em vista de uma concepção ontológica e de uma formalização lógica. Assim, surge um conceito-chave que balizará os estudos linguísticos no Ocidente até nossos dias, que é o de *ratio*, ou seja, a especulação filosófica a construir a gramática.

Mas, ao lado de uma função teórica (*logos*), Aristóteles também viu uma função prática para a linguagem, ou seja, a função retórica e a

poética (*lexis*). Nesta, o que mais importa é a eficiência da comunicação, a qualidade da elocução, a beleza e o estilo. Nesse caso, estamos diante de um outro conceito-chave, que é o de *usus*, que, juntamente com o de *ratio*, balizam o percurso do gramaticalismo no Ocidente nos últimos 2500 anos.

A gramática, contudo, não nasceu com Aristóteles. Ela seria fruto do período helenístico posterior à morte de Alexandre (323 a. C.). Naquela época, acentuou-se a consciência da comunidade intelectual que havia entre os gregos, opondo-os aos bárbaros. Ademais, havia a consciência da necessidade de se resgatar o glorioso passado da Grécia clássica, por meio do estudo de seus autores e da análise de suas obras. Nasce, assim, a Filologia, a História Literária e a Crítica. Surge a escola como lugar de ensino coletivo com um certo número de séries, onde os autores gregos eram estudados. Nessa época (século III a. C.), o gramático (*grammatikós*) é o que ensina literatura, concebida como leitura explicada de obras literárias. Alexandria foi o grande centro dos *grammatikoi*.

O período helenístico viu surgir também o Estoicismo, a última grande escola filosófica que nasceu na Grécia após a morte de Aristóteles e que grande influência teria sobre o cristianismo primitivo. Os estóicos analisaram os mecanismos da linguagem para assegurar o fundamento de sua lógica. Eles apresentam a distinção entre significado e significante, permitindo descobrir o caráter específico do fato linguístico e fazendo com que a linguagem fosse tratada como objeto material, fora de qualquer especulação. Propõem eles categorias gramaticais que não serão, porém, puramente funcionais, uma vez que, para os estóicos, todo pensamento é tributário da linguagem e o significado depende do significante para existir.

Os estóicos foram partidários da anomalia linguística em oposição aos eruditos de Alexandria, que defendiam a analogia como princípio regedor da linguagem. A divergência reside no fato de que

a palavra, segundo seu conteúdo e suas relações, não corresponde exatamente ao conceito e às suas relações dialéticas. Há falta de correspondência entre as relações conceptuais e as formas léxicas.

Há, aqui, então, uma discordância entre a linguagem e a lógica. Isso é o que os estóicos chamariam de *anomalía*. Se dizemos, por exemplo, “*tenho dor nas costas*”, referindo-nos, com uma palavra no plural, a uma parte do corpo que é singular, é porque há aí uma anomalia linguística. Os estóicos preocuparam-se mais com o funcionamento espontâneo e natural da linguagem do que com as regras artificiais que a violentam.

Isso foi discutido entre os filósofos estóicos e principalmente pelos da escola de Pérgamo, que se opunham aos filósofos alexandrinos, para quem as considerações sobre a linguagem deveriam sair do terreno filosófico e da busca das suas relações com a lógica e passar para o campo prático da busca de analogias entre os elementos linguísticos, para se chegar aos paradigmas e à codificação da gramática, às suas regras. As exceções, as anomalias, seriam legitimadas pelo *usus*, isto é, o que não é lógico, e o que está em discordância com as regras se torna gramatical pelo uso que os melhores autores fazem da língua.

Desse modo, os alexandrinos estavam preocupados em fixar a forma padrão da língua grega, numa época em que ela se expandia pela bacia do Mediterrâneo e se “barbarizava”. O princípio da analogia levava a encontrar as formas comuns entre as variantes dialetais do grego. Baseia-se nas semelhanças. Já o princípio da anomalia não cria regras, pois baseia-se nas discordâncias e não nas semelhanças. Os alexandrinos tinham, com seu princípio de analogia, um objetivo bem prático: fundar as regras, as normas da gramática grega, atendo-se ao que havia de comum entre os diferentes dialetos e não nas discordâncias entre lógica e linguagem, que empolgou os estóicos de Pérgamo. Assim, a norma na gramática grega, nascida do sentimento da unidade da língua, malgrado sua diversidade, e de uma certa

consciência da sua regularidade, desenvolveu-se dum esforço pedagógico para fixá-la num certo estado de pureza e permitir o estudo dos escritores do período clássico.

A grande controvérsia entre alexandrinos e os estóicos de Pérgamo foi central na história da gramática. Com ela, passava-se do estudo da linguagem, necessariamente abstrato, para o estudo da língua. Segundo Holtz (1981, p. 10, tradução nossa), ela teve o resultado prático de “permitir a classificação dos fatos linguísticos, a percepção do mecanismo da flexão e a confrontação com casos concretos”.

Foi justamente naquele momento que surgiu a gramática latina. O princípio da analogia, sendo aplicado pelos romanos, permitiu-lhes chegar a uma forma padrão. Foi nesse momento que os conceitos gregos foram aplicados ao latim. Os fatos da língua latina passam a ser considerados por si mesmos e são percebidas as diferenças e as semelhanças entre as duas línguas.

Assim, a gramática da época helenística e romana nasceu normativa numa dupla acepção: ela descreve os diferentes constituintes da linguagem e do enunciado e ensina a correção linguística. A gramática não nasce, assim, nem filosófica nem “lógica”, mas sim, sobre o modelo da arte de bem dizer em poesia e em prosa, em vista da eficiência na comunicação e excelência nas formas de expressão. Dionísio, o Trácio, autor da primeira gramática do Ocidente, chamou a gramática de “*empeiría ton legoménon*”, “o conhecimento empírico das coisas que são ditas” (1989). Ela é prática e não especulativa. Ela não é disciplina filosófica, não é uma reflexão lógica sobre a linguagem, como o foi para Aristóteles. O que este e Platão fizeram foi uma doutrina sobre a linguagem, examinando seus princípios e criando uma nomenclatura gramatical. Foi somente com Dionísio, o Trácio, já no período helenístico, que a gramática nasceu e o conceito de *usus* dominou. O *usus*, assim, foi guindado à condição de lei básica da ciência gramatical, da

“*téchne grammatikê*” (“arte de gramática”), nome dado por Dionísio, o Trácio, à sua obra.

Em Roma, a gramática nasceu em meio a uma efervescência ideológica sem precedentes. Segundo Casevitz *et alii* (*apud* BÉDARD, 1983, p. 57, tradução nossa), “a latinidade é a observância do falar correto no quadro da gramática latina. Ela repousa sobre os quatro seguintes elementos: natureza, analogia, uso, autoridade”. Impõe-se como regra tudo o que corresponde ao uso dos bons autores, tudo o que foi escrito pelos antigos autores (princípios da *uetustas, auctoritas e consuetudo*). O princípio da *consuetudo* (ou do *usus*) foi, em Roma, definido por Quintiliano em suas *Institutio Oratoriae* (1975). Para ele, o uso não é o que faz a maioria, pois formas viciosas de se falar estão difundidas, e elas não podem constituir a regra da língua.

Os gramáticos latinos foram extremamente pragmatistas. Não realizaram uma análise exaustiva e sistemática do latim. “Procuraram disciplinar a língua para que se tornasse um instrumento de fácil manejo.” (COUTINHO, 1965, p. 387) A parte central de suas obras é sempre a que trata das partes do discurso ou *partes orationis*, que, para Sêrvio, era o domínio específico dos gramáticos. A gramática grega reconhecia a existência de oito partes da oração:

A frase é uma composição em prosa que manifesta um pensamento completo. A frase tem oito partes: o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio, a conjunção. O apelativo se coloca, com efeito, sob o nome, como uma de suas espécies.

(DIONÍSIO, o Trácio, 1989, tradução nossa)

Também a tradição gramatical latina reconhece oito *partes orationis*, que são os nomes (*nomina*), pronomes (*pronomina*), verbos (*verba*), advérbios (*adverbia*), particípios (*participia*), conjunções (*coniunctiones*), preposições (*praepositiones*) e interjeições (*interiectio-*

nes). É sabido que os sete primeiros termos são adaptações (ou decalques) de descrições clássicas do grego antigo. O grego também incluía um termo para *artigo* (*árthron*) que não tinha correspondente em latim. O termo *interiectio* representa uma inovação conceptual feita pelos gramáticos latinos.

Se o grego e as línguas vulgares possuíam o artigo, era preciso, segundo o método dedutivo, caro aos filósofos, admitir que o latim também o tivesse. Na Idade Média, o arcebispo de Cantorbery, Robert Kilwardby (*apud* KUKENHEIM, 1951, p. 66, tradução nossa) dizia:

Pode-se duvidar do que diz que para os latinos não há artigo. Uma vez que a ciência permanece a mesma para todos, assim suas partes essenciais devem permanecer as mesmas para todos [...] e, assim, se o artigo é para os gregos uma parte, deve ser uma parte para os latinos. É evidente, assim, que a ausência do artigo entre nós e (sua) presença entre os gregos não tornam diferente a gramática entre nós e eles de maneira essencial, mas só acidentalmente.

A primeira obra totalmente voltada para o estudo do latim entre os romanos é de Varrão (116-27 a. C.), e se intitula *De Lingua Latina*. Após Quintiliano (35-95 d. C.), estabeleceu-se definitivamente a divisão do discurso em oito partes que chegou até a Idade Média. Segundo ele (*apud* COUTINHO, 1965, p. 388):

Os antigos, com efeito, dentre os quais Cristóteles e Teodecto, não falaram senão de verbos, de nomes e de termos de ligação, sem dúvida porque os verbos constituem a parte ativa da língua, os nomes a matéria, um a exprimir aquilo que nós dizemos, o outro aquilo de que falamos, tendo os termos de ligação o papel de indicar suas conexões; esta última categoria é comumente chamada *coniunctio*, mas esse termo me parece traduzir mais propriamente *sýndesmos*.



Pouco a pouco, os filósofos, sobretudo os estóicos, aumentaram-lhe o número; com efeito, aos termos de ligação foram acrescentados os artigos, depois as preposições; aos nomes, o apelativo, depois o pronome e o particípio, forma oriunda do verbo; aos verbos acrescentaram-se os advérbios. Não sendo o artigo exigido por nossa língua, seu papel distribuiu-se entre outras partes do discurso; mas às partes já mencionadas se junta a interjeição. Outros, todavia, fundando-se na autoridade de autores competentes, não seguiram senão a classificação em oito partes, como Aristarco e, em nossos dias, Palemão, que fizeram entrar na categoria do nome o apelativo, como espécie sob um gênero.

Essa classificação do discurso em oito partes vingou e cristalizou-se na obra dos gramáticos posteriores e passou por poucas modificações. Os principais aperfeiçoamentos ocorreram no que tange à distinção entre substantivos e adjetivos (*nomina substantiva* e *nomina adjectiva*) e ao reconhecimento de uma classe separada de numerais. A distinção entre substantivos e adjetivos fez-se na Idade Média. Para os antigos gramáticos, o adjetivo era somente uma das muitas subclasses da classe dos nomes. A distinção dos numerais como classe separada é bem mais tardia.

Assim, segundo Auroux (1992, p. 102)

Por seu recurso às partes do discurso, a elaboração ocidental do tratamento das línguas, tanto européias quanto extra-européias, pressupõe que a decomposição da linguagem em palavras é algo absolutamente essencial.

Com efeito, Auroux reconhece que a linguagem humana tem uma natureza categorial e que toda língua deve ter um sistema mínimo de partes do discurso. Para ele (*ibidem*, p. 103), esse sistema mínimo é, sem dúvida, trinário (duas classes, nome e verbo, e uma terceira clas-

se para o resto). Teríamos, assim, os morfemas lexicais, que remetem ao universo antropocultural e os morfemas gramaticais, que são os de relação interna da língua.

Contudo, para a elaboração da teoria clássica ocidental das oito partes do discurso, os critérios utilizados seriam, para Auroux (*ibidem*, p. 104-108), bem diversos: morfológicos, semânticos, funcionais, metalinguísticos. Para definir o advérbio, por exemplo, o gramático renascentista Despautério (1537, p. 17) utilizou um critério funcional (sintagmático):

*Proprium est adverbii cum verbo poni nec sine eo perfectam significationem posse habere.*

Próprio é do advérbio apor-se com o verbo e não poder, sem ele, significação completa. (tradução nossa)

Assim, *advérbio*, para ele, só é plenamente inteligível em uso simultâneo com o verbo.

Para a definição de interjeição, por outro lado, o gramático Manuel Álvares (1572) utiliza um critério que é, fundamentalmente, psicológico (que Auroux insere no âmbito dos critérios semânticos):

*Interjectio est pars orationis quae varios animi affectus indicat. (p. 119)*

A interjeição é uma parte da oração que indica as diversas afecções da alma. (tradução nossa)

No século IV d. C., a gramática latina assumiria, com Donato, a forma com que chegaria até a Idade Média. Em sua *Ars Grammatica*, inspiraram-se todos os tratadistas medievais. Divide-se em *Ars Minor*, na forma de perguntas e respostas, técnica pedagógica que chegaria até o Renascimento na organização de texto das gramáticas, e em *Ars Maior*. A *Ars Minor* trata das classes de palavras. A *Ars Maior* estuda

o som, a letra, a sílaba, os pés, os tons, a pontuação, as partes do discurso, a estilística, estando subdividida em três partes.

Donato foi o mais conhecido gramático latino na Idade Média, ao lado de Prisciano. Eles, com efeito, definem aquilo que se entende por “gramática tradicional”.

A principal contribuição de Prisciano foram os capítulos XVII e XVIII de sua *Institutiones Grammaticae*, em 18 livros. Aqueles dois últimos capítulos fazem de Prisciano o primeiro sistematizador da sintaxe latina.

Toda a história da gramática ocidental será, doravante, dominada pelas concepções de Donato e Prisciano, que são divergentes:

Mas essa concorrência não apareceu, verdadeiramente, senão a partir do século IX, para que o prestígio de que gozava Prisciano fosse empalidecer a reputação de Donato: seis séculos, pois! (HOLTZ, 1981, p. 240, tradução nossa)

## 1.2. O MODELO LATINO COMO REGISTRO DE UMA GRAMÁTICA UNIVERSAL

Na introdução de sua *Gramática da Língua Portuguesa* de 1540, João de Barros (1971) afirma seu intuito de elaborar uma gramática preceitativa, em repúdio à gramática especulativa, e que deve fazê-lo nos termos da gramática latina, “*cujos filhos nós somos, por nam degenerar della*” (p. 294).

Tem-se, aqui, uma informação vital para a questão da gramaticalização de todas as línguas, ou seja, a utilização do modelo latino. A doutrina romana foi, com efeito, patrimônio universal dos gramáticos do Renascimento, conscientes de uma “*inexperiência que os impede de caminhar sem o fardão dos antigos*” (BUESCU, 1971, p. XLIII).

Nebrija, em sua *Gramática de Ia Lengua Castellana*, atribui ao castelhano os cinco casos da língua latina, seus sete gêneros. Ele imita os gramáticos latinos, ao transferir para o latim (e, daí, para o castelhano) o modo optativo do grego. Coloca o gerúndio, forma nominal do latim, como classe gramatical do castelhano. Assim, se em latim o gerúndio de *amare* é *amando*, *amandi*, *amandum*, Nebrija inclui tal categoria gramatical no castelhano, substituindo as formas *amandi* e *amandum* por uma construção em que entram preposição e infinitivo. Assim, o genitivo *amandi* fica, em castelhano, “*de amar*” e o acusativo *amandum*, “*a amar*”, numa forçada adaptação dessa língua ao modelo latino.

O mesmo sucedeu com as gramáticas francesas, inglesas e italianas coetâneas. Dubois (1531) quer restituir ao francês a latinidade perdida. O bom uso, segundo ele, é o que aproxima mais do modelo latino. Assim a frase *j'ai vu tes chiens* deveria, segundo esse raciocínio, escrever-se *j'ai vos tes chiens*, pois corresponderia à forma latina *habeo vistos canes tuos*. Ora, se em latim o verbo vai para o plural, em francês também deveria fazê-lo. Os primeiros gramáticos da língua francesa utilizam, assim, os quadros da gramática latina, repetindo as definições de Donato e Prisciano. Dubois atribui ao francês o mesmo sistema de casos do latim, cuja falta indicaria inferioridade em relação a esta língua e ao grego. Assim, *table* é o nominativo, *ô table*, o vocativo, *de table*, o genitivo, *à table*, o dativo, e assim por diante.

W. Bullokar, primeiro gramático da língua inglesa (1586), submete tal língua a categorias gramaticais latinas sem nenhuma justificação formal para isso, baseando-se, somente, em critérios semânticos. Dá cinco casos ao substantivo; o adjetivo, invariável em inglês, é tratado como parte declinável do discurso. Fala ele de um modo optativo e de um modo subjuntivo que, formalmente, não se distinguem do indicativo e não têm justificativa dentro da estrutura da língua inglesa.

Finalmente, a gramaticalização do português no século XVI também terá por fundamento o modelo clássico. Assim, tanto Fernão de Oliveira quanto João de Barros, os dois autores de gramáticas portuguesas de Quinhentos, expressam a

observância geral das normas clássicas. Observância tão insistente e tão fiel que, não atingindo apenas as definições, vai tocar a própria ordenação e a substância maior das matérias [...]. Tanto é importante em Barros a influência greco-latina, sobretudo latina, que no estudo da flexão há o sistema curiosíssimo de se disporem os nomes por declinações, sistema que, por sinal, continuará mais tarde.

(GONÇALVES, 1936, p. 7-8)

Veja-se, por exemplo, “*a primeira declinação*” do português na gramática de João de Barros (1540, p. 315):

***Nominativo***—*a rainha*

***Genitivo***—*da rainha*

***Dativo***—*à rainha*

***Acusativo***—*a rainha*

***Vocativo***—*ó rainha*

***Ablativo***—*da rainha*

Segundo Buescu (1971, p. XLIII), para ele,

[...] como para quase todos os seus contemporâneos, o latim aparece, principalmente, como a) ponto de referência; b) modelo de codificação gramatical; c) fonte de empréstimos vocabulares. Esse tríptico conceito vai manter-se em muitos dos gramáticos dos séculos seguintes, até ao de Novecentos.

No que tange aos gramáticos das línguas exóticas, eles afirmaram, quase unanimemente, terem tais línguas as oito partes da oração latina, fator da sua própria nobilitação. Num momento histórico em que se polemizava na Europa acerca da própria natureza humana do índio, a afirmação da existência das oito partes da oração latina nas línguas ameríndias deu forte contributo para que ficasse assente a ideia da humanidade do homem americano. No *Prólogo del Autor al Christiano Lector*, Frei Domingos de Santo Thomas (1560), gramático da língua quêchua, expressa tal ideia ao afirmar que “[...] *en esta lengua como en la latina y en las demás, hay todas las ocho partes de la oración o habla.*”

Eis que se nos antolha aqui um passo de profundo significado: a afirmação de uma perspectiva essencialista da linguagem, ideal esse que haveria de ser perseguido até a era contemporânea. Estão aqui postos os fundamentos epistemológicos de uma gramática universal, que se assenta no postulado agostiniano da unidade do gênero humano.

No intróito de sua *Gramática da Língua Portuguesa*, João de Barros (1540, p. 293-294) apresentou, quiçá pioneiramente, ideias que têm grande parecença com as do autor da gramática quêchua que anteriormente citamos:

E como para o jogo de xadrez se requerem dois reis, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leis do que cada uma deve fazer (segundo o ofício que lhe foi dado), assim toda as linguagens têm dous reis, diferentes em gênero e concordes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Verbo. Cada um destes reis tem sua dama: a do nome chamam Pronome, e à do Verbo, Advérbio.

A metáfora usada por João de Barros é extremamente elucidativa dessa busca de um modelo universal que dê conta de reduzir “*todas as linguagens do mundo*”, que foi nota distintiva do Renascimento. Assentam-se, aqui, como já o haviam feito muitos outros gramáticos daquele luminoso e complexo século XVI, os fundamentos epistemológicos de uma gramática universal, o que nos remete a Aristóteles, o grande filósofo da Antiguidade. Com efeito, a ideia de que a língua tem “dois reis”, o Nome e o Verbo, tem base na lógica do Filósofo: o homem apreende as coisas, forma conceitos e chega ao termo, dando nomes às coisas. Ao fazer juízos sobre as coisas (segunda operação do espírito), ele predica alguma coisa de outra (uma é o sujeito, a outra é o predicado). O sujeito, em seu núcleo, é um nome, tem uma quiddidade, é uma substância. O predicado, em seu núcleo, é um nome ou um verbo, é um acidente. Assim, o homem, segundo a lógica aristotélica, estrutura seus juízos sobre um sujeito e um predicado. Se o juízo é uma operação do espírito humano, se os homens têm o mesmo estatuto ontológico (ideia que provinha da Antiguidade cristã), logo todos os homens estruturariam todos os seus juízos sobre um sujeito e um predicado, *sobre algo que é e algo que se lhe predica*.

O modelo gramatical universal teria, assim, fundamento na própria estrutura do espírito humano. As desconformidades que houvesse seriam anomalias que não afetariam o modelo básico, uma vez que este é analógico, baseia-se naquilo que os homens têm de comum, isto é, o pensamento, e o pensamento humano estruturar-se-ia segundo as mesmas regras e teria as mesmas operações (apreensão, juízo e raciocínio). A expressão verbal da apreensão é o termo, a do juízo é a proposição e a do raciocínio é o argumento. Todos os princípios e regras válidas das operações do espírito seriam, também, de suas expressões verbais. Nessa correspondência entre Lógica e Gramática está o próprio fundamento teórico desta, i.é., de sua natureza formal. A lógica aristotélica foi considerada, assim, até o advento do racionalismo cartesiano, como a própria sistemática do espírito humano.

Assim, existiriam premissas extralinguísticas sobre as quais as regras gramaticais se estabeleceriam. Estando tais premissas assentadas numa dada antropologia sustentada desde a Antiguidade, as regras gramaticais teriam, pois, uma certa universalidade, um núcleo em todas as línguas do mundo.

Em sua *Arte Quechua*, diz Holguin (1607, fol.23), por meio de um diálogo entre um discípulo e seu mestre:

*Discípulo: —No puedo creer lo que se dize que en esta lengua no hay géneros, sino que no se han procurado sacar a luz.*

*Maestro: —Lo que quieren dezir es que no son tan largos y tan regulares los géneros como en Latin, mas cada lengua a su modo los tiene.*

Em Pedro Dias, autor da *Arte da Língua d'Angola* (1697, nota I), lemos:

Tratamos somente das regras gerais que pertencem a todas as línguas & que se podem accómodar à dos Ambundos, deixando as especiais da língua latina.

Assim, não seria a gramática latina a gramática universal, mas sim um registro dela. Teria, com efeito, o latim, suas regras especiais, mas tem todas as regras da gramática universal e, assim, é um modelo para as outras gramáticas:

*Nombres patronímicos no los tiene esta lengua... No hallamos cosa que corresponda a esto, sino los nombres y sobrenombres, ni es cosa necessária, pues no es comun a otras lenguas sino a Ia Latina y Griega. (HOLGUIN, op. cit., foi. 99)*

Assim, Holguin admite disparidades entre o modelo universal, que dá conta do que é comum a outras línguas ou a todas elas, e o



modelo latino, que tem particularidades não encontradas em outras línguas.

A inadequação da aplicação das normas latinas a estruturas linguísticas que diferem amplamente das do latim já havia sido pressentida também pelos gramáticos das línguas vernáculas do século XVI. Em Nebrija, não faltam indicações de que o castelhano tem traços particulares que não há em latim: os diminutivos, a utilização ampla de um infinitivo nominal, os tempos perifrásticos expressos por “*ro-deo*” como, por exemplo, “*estoy escribiendo*”.

Segundo Bédard *et al.* (1983), o francês Meigret, em sua gramática de 1550, rejeita, até certo ponto, o modelo latino e busca fundar a gramática sobre o uso dos bons autores, “*des hommes bien appris en la langue française*” (...“*dos homens bem versados na língua francesa*”).

Mathieu (1560 *apud* BÉDARD, 1983) recusava-se a “*faire parler le peuple de France en la langue patriote selon les règles des Latins*”. (“... *fazer falar o povo da França na língua pátria segundo as regras dos latinos*”). Reconhecendo que o francês e o latim são duas línguas distintas, não se deveria reduzir uma à outra.

Já, na Inglaterra, são seródias as tentativas de subtrair a gramática inglesa de uma formalização segundo o modelo latino. O primeiro gramático inglês a fazê-lo de forma decisiva foi J. Wallis, em 1653, que acreditava que cada idioma possui uma essência individual. Coopers (1685), por outro lado, tentou mostrar a *nativa ratio* da língua inglesa.

Em Portugal, a percepção da desconformidade entre o latim e o português é patente tanto em Fernão d’Oliveira quanto em João de Barros. Tal busca de afastamento em relação ao modelo latino patenteia-se em Fernão d’Oliveira (1933, p. 21), ao afirmar que “*melhor he que ensinemos a Guiné que sejam ensinados de Roma*”. João de Barros (1540), por sua vez, afirma várias vezes tal individualização do português em face do latim. Se o latim gozava de insuspeitável

prestígio por ter sido a língua do maior império da Antiguidade, o português era a língua de um novo império, o que a nobilitava. A consciência das particularidades do português é clara:

*Artigo é ùa das partes da oraçam, a qual [...] nam tem os latinos. (p. 79)*

[...]

*Nós, destes cinco géneros, temos somente dous. (p. 91)*

[...]

*Os latinos têm quatro conjugações; nós, três. (p. 97)*

O modelo latino, como registro culto da gramática universal, tem, contudo uma precedência temporal e uma ascendência sobre outros modelos: o latim era a língua da Igreja, foi a “língua geral” da Europa medieval, era a língua mãe de muitas línguas europeias. Assim, se o modelo latino tinha particularidades que o afastavam, às vezes, do modelo universal, aplicável a todas as línguas do mundo, ele tinha uma materialidade como modelo didático. Somente no século XIX é que as gramáticas das línguas vernáculas seriam ensinadas separadamente da gramática latina, em cadeiras próprias.

A gramática latina era, como já dissemos, um registro culto da gramática universal. Sendo herdeiras do latim, as línguas vernáculas europeias teriam suas gramáticas como um registro “vulgar” da gramática universal. Doravante, os que não soubessem latim poderiam estudar outras línguas desde que conhecessem a gramática do português, do castelhano, do francês etc.

### 1.3. O PROJETO PEDAGÓGICO RENASCENTISTA PARA O ENSINO DAS LÍNGUAS

No Renascimento, sobrelevando-se a Filologia à condição de guia e mestra da própria reflexão filosófica e teológica e a perse-

guição do ideal do *trium linguarum gnarus* ou do *homo trilinguis* como definidor da mais acendrada cultura, antolhava-se por diante a questão do ensino e da didática das línguas antigas, questão essa que foi um dos fulcros do projeto renascentista de retorno aos clássicos e ao cultivo das *litterae humaniores*.

Como tornar o latim e o grego clássicos línguas vivas? A resposta a tal questão empolgou os luminares e os expoentes do humanismo renascentista, como Vitorino da Feltre, São Bernardino de Sena, Erasmo, Clenardo, Guarino de Verona e muitos outros.

Vitorino da Feltre e Guarino de Verona foram os expoentes da educação renovada na Itália quatrocentista, sendo que os colégios por eles fundados converteram-se em paradigmas para outros que surgiram na Itália e em outras nações.

Guarino de Verona, no que concerne ao ensino do grego, preconizava o recurso ao método bilíngue, em que o aluno, tomando obras gregas traduzidas para o latim, lia a obra no original, juntamente com a sua tradução latina e cotejava-as. Ao mesmo tempo, lia-se em voz alta para se assimilar o que se estudava.

Vitorino da Feltre foi, por outro lado, o mais completo mestre do Renascimento. Iniciava ele a instrução de seus alunos com o ensino da gramática, feito diretamente nos textos dos melhores autores. O mesmo faria mais tarde o grande humanista flamengo Clenardo, que tanta importância teria para Portugal. O ponto nevrálgico de sua didática era o ensino direto do latim. Em suas cartas a Rutgero Réscio, a Vaseu e “à Críandade”, Clenardo expôs os princípios pedagógicos para o ensino de línguas que são empregados hoje em dia (*apud* CEREJEIRA, 1926, p. 397):

Não tinha pressa nenhuma em meter-lhes à cara, logo de princípio, as regras da gramática, coisa esta que costumava ser pouco convidativa. Pelo contrário, punha todo o meu saber em que as palavras latinas ressoas-

sem a todos os momentos no meio da grande multidão dos meus discípulos, para que aprendessem o latim pelo método por que os negociantes aprendem as línguas dos diversos países, isto é, com a prática.

Isso significava uma verdadeira revolução nos métodos de ensino de línguas até então vigentes, que enfatizavam a memorização e eram centrados na gramática em si e não na língua. Estudava-se a língua pela gramática e não a gramática pela língua. Clenardo antecipava, assim, trezentos anos antes, o advento do sistema de Berlitz, invenção do século XIX e em voga até hoje no mundo.

Além do ensino direto da língua, Clenardo (*apud* CEREJEIRA, op. cit., p. 233) preconizava a amenidade do ensino, que queria vivo e intuitivo:

Eu também fugia quanto possível de proporcionar a minha pequenada tudo o que pudesse desgostá-la; não era por antífrase que eu chamava à minha escola Ludus, mas brincava nela deveras. Possuía três escravos... Estavam longe de serem abalizados gramáticos; mas à força de viverem comigo tinham conseguido entender-me em tudo o que eu dizia e responder-me no mesmo idioma latino, embora pecassem frequentemente contra as regras de Prisciano. Levava-os para a aula, fazia-os travar diálogos na presença de meus discípulos, e conversava com eles acerca dum sem-número de assuntos: o auditório de atento não perdia uma palavra, tendo por milagre que um negro falasse latim.

Clareza e simplicidade eram componentes indissociáveis da nova didática das línguas que o Renascimento viria introduzir:

Tenho por norma de ensinar que nunca se deixe alguma coisa dependente das seguintes; pelo contrário,

os princípios que o aluno já conhece é que devem trazer nova luz à lição presente.

[...] Tu, meu caro, acomoda-te à inteligência das crianças, falando-lhes a linguagem que elas entendem.

(*apud* CEREJEIRA, op. cit., p. 259)

Na Inglaterra, também se fazia sentir a renovação dos métodos de ensino de língua. Pontificaram ali os nomes de Roger Ascham e Richard Mulcaster. Ascham foi o primeiro a redigir em inglês um tratado de pedagogia, *The Schoolmaster* (“O Mestre-Escola”). Ao tratar do ensino do latim, preceituava o método da dupla tradução (latim-inglês, inglês-latim). A gramática devia ser aprendida, da forma mais rápida e segura, recorrendo-se a exemplos de bons autores e não por meio de meras regras, como soía ocorrer na Idade Média.

A renovação pedagógica do ensino de línguas antigas atingiria toda a Europa. Os novos métodos seriam, com efeito, uma antecipação, em muitos pontos, da reforma de Port Royal, no século XVII. Muitos dos ensinamentos dos humanistas renascentistas têm, neste aspecto, ressaibos modernos evidentes e ainda hoje constituem o cerne da didática das línguas.

#### 1.4. A QUERELA ENTRE OS GRAMÁTICOS DA “ARTE NOVA” E OS DA “ARTE VELHA” NO RENASCIMENTO

O Renascimento viu reacender-se a velha polêmica, já posta entre os antigos, entre a *ratio*, isto é, a justificação lógica da linguagem (que fica no plano filosófico) e o *usus*, ou seja, a realização linguística e as relações internas entre os fatos linguísticos e as analogias entre eles, que conduzem à formulação de gramáticas normativas, consideradas um sistema de regras e exceções que se obtêm de forma prática, não teórica, comparando-se os fatos linguísticos e buscando-se os pontos comuns.

Com efeito, a valorização da Literatura e da Retórica no Renascimento, as novas concepções estéticas, que eram fruto da nova mentalidade da época, exigiam que a gramática renascentista assumisse caráter eminentemente normativo, que ela se aproximasse do ideal dos gramáticos gregos e latinos que fundaram a Gramática não sobre a Lógica, mas sobre a Retórica. Assim, a gramática renascentista, aproximando-se da tradição, será também filha da Retórica. Demonstra-o a definição de gramática dada por Gauricus em 1540:

*Grammatica est ratio et scientia recte loquendi, siue recta latini eloquii disciplina. (apud KUKENHEIM, 1951, p. 51)*

A gramática é a doutrina e a ciência de falar corretamente ou a correta disciplina da elocução latina. (tradução nossa)

Assim, a imitação do latim clássico, a busca do latim puro prescindem de investigações filosóficas, que deveriam ser “deixadas aos dialéticos”, conforme salienta Manuel Álvares em sua gramática latina de 1572 (*apud* TORRES, 1984, p. 187):

Não se esteja demasiado solícito em investigar as razões, porquanto mais do que a razão interessam a vontade e o uso dos melhores autores, vontade e uso preferíveis às leis de todos os gramáticos.

Estas “leis dos gramáticos” só poderiam ser fruto de elaboração lógica, da *ratio* platônico-aristotélica, segundo a qual o uso deveria partir da gramática e não a gramática do uso:

E assim, à míngua de leis gramaticais seguras por parte dos peritos, observaremos e aguardaremos diligentes o que espontânea e elegantemente nos disseram, a fim de o proporcionarmos à nossa imitação, sem a necessidade do confronto com a estreiteza da norma gramatical.

E além disso, “Contentem-se os jovens com o conhecimento da sintaxe e deixem a substância e os acidentes aos dialéticos” (*ibidem*).

Assim, a *ratio* platônico-aristotélica dominava a gramática medieval do século XII em diante, em nítida oposição àquilo que fez a gramática antiga ser constituída, ou seja, a abstração da Filosofia.

A gramática renascentista típica deveria, assim, basear-se fundamentalmente no *usus*, no emprego que os bons autores fazem da língua. Nesse contexto, Cícero será erigido a modelo de perfeição, que deveria ser imitado.

A reação contra os pseudo-gramáticos da Idade Média, contra os bárbaros escolásticos que faziam especulações filosóficas intermináveis sobre a gramática, irrompeu com Lourenço Valla, que, em suas obras *Elegantiae* e *Epistola Apologética*, faz declaração de guerra a eles, estendendo-se, depois, para Nebrija, Despautério (o autor em que Anchieta estudaria latim) e para muitos outros.

Nebrija, ao voltar da Itália, onde se abalizara nas línguas antigas, empunhou a bandeira contra os bárbaros da cultura “*para que por la lei de la tornada despues de luengo tiempo restituiesse en la possessión de su tierra perdida los autores del latin, que estavam ia muchos siglos avia desterrados de España.*” (Rico, 1978, p. 22)

Nebrija é, assim, considerado o patriarca do humanismo renascentista na Península Ibérica. Sua influência no Portugal quinhentista será imensa. Ao publicar suas *Introductiones Latinae*, em 1481, Nebrija converteu-se no grande paladino da “Arte Nova” contra os sequazes da “Arte Velha”, que oporão, em acesa querela, os gramáticos da Universidade de Lisboa uns contra os outros nas duas primeiras décadas do século XVI, fato que inaugura o debate gramatical no Portugal do Renascimento, do qual Anchieta será lídimo fruto e Figueira, fruto seródio.

Nebrija criava, desse modo, uma verdadeira escola filológica baseada nos novos princípios humanísticos, com representantes nos grandes centros culturais da Espanha e de Portugal, que passavam a adotar as suas *Introductiones Latinae* ou a criar compêndios baseados nessa obra, que foi a primeira gramática autenticamente renascentista da Península Ibérica. Ele define gramática como o “método de falar e escrever corretamente de acordo com a autoridade e o uso dos melhores autores”, conceito esse que teria grandes e importantes consequências, fortalecendo a normatização, princípio norteador da elaboração das gramáticas quinhentistas e seiscentistas, entre as quais incluem-se as de Anchieta e Figueira (embora estejam essas inseridas dentro de um contexto de inacionismo e de sistematização de línguas exóticas).

O fim almejado pelos gramáticos renascentistas, muitos dos quais capitaneados por Nebrija, era “*sanar el latín para sanar los saberes, hacer de la eloquentia (Gramática, Retórica, Filología) núcleo de toda la cultura*” (RICO, 1978, p. 23). É na língua, assim, que se funda todo o movimento humanístico, como alicerce de todo saber humano. Sua degradação e o desvio do saber filológico de uma perspectiva histórica e realista, ao se afastar dos modelos clássicos, é que levou a uma gramática de cunho especulativo construtora de análises filológicas disparatadas, com reflexos nefastos no conteúdo da cultura teológica, filosófica, jurídica, literária e das ciências em geral. Disso dá perfeita conta Vives (1948, p. 136), um dos que lutaram no Renascimento contra os gramáticos medievais:

[...] fechados os livros de Donato, Prisciano, Capro, Focas, Diomedes e dos outros antigos, assaltaram-na aqueles que, sendo preceptores de língua latina, ensinavam esses preceitos barbaramente, como Alexandre Gallo (Alexandre de Villadei), e porque pensavam que se devia dar nas escolas uma ou outra explicação semântica, substituíram a Donato, Sérvio, Ácron,



Porfírio, Festo, Varrão, Marcelo e outros de semelhante prestígio e autoridade por Hugoción, Papias, Catolicon, Braquilocos, Grecismo, Juan de Garlandia e outros nomes tão risíveis como estes, porque ensina cada qual sua nativa incultura e não a virgem e casta latinidade. ”

A luta antibarbárica foi travada em várias partes da Europa e empolgou espíritos ilustres nos Países Baixos e na Alemanha. Nesse contexto, grande relevância teve a participação do humanista Erasmo de Roterdão com suas obras *Liber apologeticus* e *Antibarbarorum liber*, que definiram o programa de luta dos gramáticos renascentistas contra os medievalizantes.

A ruptura dos gramáticos do Renascimento com o espírito medieval não seria, em certos casos, tão radical quanto se pensa. A versificação que Villadei emprega continua a ser usada até mesmo no final do século XVI, com Manuel Álvares. Uma das críticas que se fizeram a este foi justamente “versificar pouco” as regras da gramática, o que seria feito por reorganizadores de sua obra após sua morte. Além disso, persistiria em vários gramáticos o espírito religioso que assoberbou a Idade Média. A discussão dos acidentes, o refinamento das divisões e sub-divisões, o tratamento filosófico da gramática não seriam apanágios dos gramáticos medievais, mas também esteve presente nas obras dos renascentistas.

Houve, também, na Idade Média, vozes dissonantes que apregoavam a independência da Filologia em relação à Teologia. Roger Bacon afirmou que “o conhecimento da verdade passa pelo conhecimento das línguas”. Isto seria praticamente repetido por Erasmo, para quem “a Teologia está sob a jurisdição da gramática porque, para entender a Sagrada Escritura, é preciso conhecer as línguas.” (apud CHOMARAT, 1981, p. 188). Roger Bacon, contudo, seria em seu tempo uma *vox clamantis in deserto...*

Como quer que seja, ainda que o renascimento das Letras não tenha modificado completamente o ensino gramatical e ainda que a renovação tenha sido gradual, o certo é que com a luta que os humanistas renascentistas empreenderam contra a gramática lógica dos medievais e com a universalização da gramática normativa, por eles conseguida, seria dado o passo fundamental no sentido da sistematização das línguas vernáculas, que então emergiam no contexto cultural europeu, e das línguas exóticas africanas, asiáticas e americanas, que seriam gramaticalizadas segundo os princípios analógicos que a normatização advogava e exigia, o que permitiria que os europeus as aprendessem, ainda que não participassem do universo cultural em que tais línguas se situavam e dos quadros conceituais aos quais elas remetiam. Se estivesse fundada na Lógica, na *ratio*, a gramática renascentista europeia não poderia empreender a sistemática de línguas de povos cuja lógica não era, talvez, a aristotélica ou, como querem alguns, que viviam na fase “pré-lógica” ou, ainda, na fase mítica do pensamento. Fundada na analogia dos fatos linguísticos, a gramática renascentista chegaria à formulação de um modelo que daria conta da diversidade assombrosa de línguas que existiam no novo Pentescostes do Renascimento, o que permitiu serem assimiladas e incorporadas pelos quadros mentais europeus.

---

## 2. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS VERNÁCULAS E NACIONAIS

O Renascimento foi, sob todos os aspectos, um período histórico pleno de contradições no que tange à questão linguística. Com efeito, os humanistas renascentistas haviam fortalecido o cosmopolitismo no plano cultural e criado uma nova base comum de comunicação entre os eruditos. Contudo, o ideal do *trium linguarum gnarus* não era fácil de ser atingido, haja vista os recursos precários da época. Conhecer com proficiência o latim, o grego e o hebraico requeria anos de estudos metódicos, nenhuma preocupação com a subsistência, dinheiro para buscar os mestres onde quer que eles se encontrassem. Isso somente era facultado aos quadros da Igreja ou aos ricos, quer fossem nobres ou burgueses. A educação formal, sistemática, escolar, que se estruturava, então, era apanágio de classes abastadas, excetuando-se, aí, os judeus, que não conheceram o analfabetismo em seu meio na Idade Média. Assim, escrever e falar o latim ciceroniano, ler o Antigo Testamento em hebraico e os autores gregos em sua própria língua era algo inacessível às camadas sociais populares.

O latim medieval era relativamente fácil, privilegiava a ordem direta e por isso era usado por muitos. Buscando o acrisolamento das formas, a perfeição do estilo, segundo padrões clássicos, os humanistas do Renascimento contribuíram para tornar o latim uma língua morta, que somente seria falada dentro de contextos altamente intelectualizados, ao passo que as massas populares não participavam

de tal processo de retorno às fontes eruditas da cultura que se instaurara na Europa quinhentista. Muitos de seus representantes simplesmente desprezaram as línguas vernáculas, como é o caso de Erasmo e Clenardo. Este último, apesar de viver cinco anos em Portugal, na década de trinta do século XVI, não aprendeu o português.

Contudo, a cultura popular europeia, desde a Idade Média, encontraria azo para se desenvolver e encontrar formas de expressão ricas e autênticas. A dignificação das línguas vulgares, que se plasma-  
vam havia séculos (entre as quais estavam as *rusticae romanae linguae*, das quais os *Juramentos de Estrasburgo* são o primeiro documento existente ) será finalmente atingida com sua utilização em grandes obras literárias, sendo que uma das maiores foi *A Divina Comédia* de Dante Alighieri.

Dirigindo-se aos eruditos que lhe exprobravam o ter redigido sua grande obra em língua vulgar, escreveu ele *De Vulgari Eloquentia*, em que afirma existir o *vulgar illustre*, que ele chama de *cardinale, aulico, curiale*:

*Ritrovato così quel che cercavamo, diciamo che è illustre, aulico, cardinale e curiale in Italia quel parlare volgare che è di tutte le città e non pare che sia proprio de alcuna; col quale i volgari di tutte le città d'Italia si debbono misurare, pesare e comparare.* (1918, p. 105)

Encontrado, assim, aquilo que procurávamos, digamos que é ilustrado, áulico, cardeal e curial, na Itália, aquele falar vulgar que é o de todas as cidades e não parece que seja próprio de nenhuma, com o qual os (falares) vulgares de todas as cidades da Itália se devem misturar, pesar e comparar. (tradução nossa)

Assim, a língua vulgar começa a ser dignificada e aceita como língua literária, embora Dante assevere que seu uso não deve ser concedido a qualquer um, mas só aos excelentes poetas.

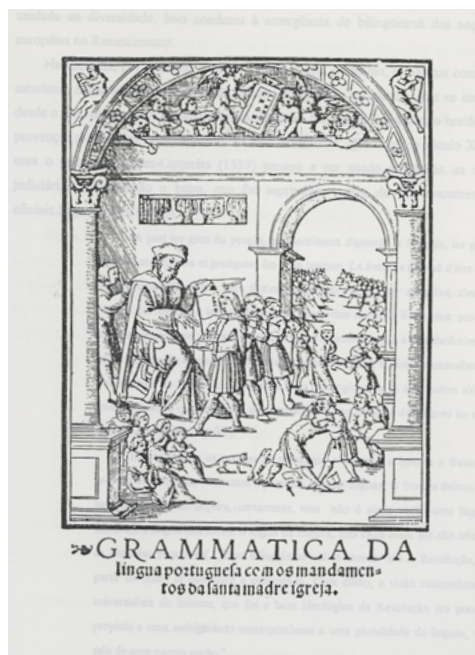
Da maior parte das grandes línguas europeias existem documentos escritos desde o século IX. A literatura em vernáculo desenvolveu-se séculos antes de se proceder à gramaticalização das línguas ditas *rusticae*. É certo que as primeiras gramáticas do islandês, do irlandês, do provençal e do gaulês datam de época bem anterior ao século XVI, tendo tido o fito de organizar e regular línguas literárias. Contudo, somente no Renascimento é que o meio linguístico seria deslocado do conjunto das atividades intelectuais, deixando de ser o veículo de expressão de uma minoria para ser expressão das nacionalidades emergentes: língua gramaticalizada para as novas classes mercantis, para servir à empresa colonial, para se pôr a Bíblia em vernáculo nas mãos do povo (consoante o princípio luterano do sacerdócio universal) etc.

Várias gramáticas de línguas vernáculas, assim, foram fruto, em sua gênese e em sua formalização nos séculos XV e XVI, de imperativos políticos. Com efeito, a gesta espanhola e portuguesa nas terras recém-descobertas fez-se acompanhar da elaboração de gramáticas em língua vernácula: a de Nebrija, em 1492 (mesmo ano do descobrimento da América), a de João de Barros, em 1540. É interessante, com efeito, observar que a *Gramática da Língua Portuguesa* tenha sido escrita por João de Barros, importante figura da administração colonial, o grande panegirista do imperialismo português. O ano de 1540, em que sua obra veio ao prelo, era do governo de D. João III, período fecundo para a expansão ultramarina lusitana.

No intróito de sua *Gramática de la Lengua Castellana*, Nebrija (1980, p. 97) afirma que “*siempre la lengua fue compañera del imperio; y de tal manera lo siguió, que juntamente comenzaron, crecieron y florecieron y después junta fue la caída de entrambos.*”

Contudo, não somente a serviço de um projeto imperialista estaria a gramaticalização das línguas nacionais europeias. Os Estados nacionais europeus, recém-unificados, necessitavam, outrossim, de um

fator de coesão, de garantia de unidade da nação. A língua seria esse fator. É sabido, com efeito, que muitas nações europeias apresentavam quadros de grande complexidade linguística, com muitos dialetos e línguas diferentes. É o caso da Espanha, da Alemanha, da França, da Itália. A gramaticalização das línguas nacionais vinha de encontro a tal busca de unidade na diversidade. Isso conduziu à emergência do bilinguismo das nações europeias no Renascimento.



Na Espanha, por exemplo, línguas como o basco, o catalão, e dialetos como o asturiano, o valenciano, o galego são falados ao lado do castelhano, que se impôs desde o final do século XV como a língua nacional. Na França, o gascão, o bretão, o provençal são falados regionalmente, ao lado do francês, que desde o século XVI, com o edito de Villers-Cotterêts (1539) passou a ser usado em todas as atas judiciais, substituindo o latim, que foi suprimido, então, de tais documentos oficiais. Segundo Bec (1986, p. 81, tradução nossa),

Excetuando-se as pessoas do povo, que continuam a ignorar o francês, as pessoas cultivadas conhecem e praticam as duas línguas. O francês deixou de ser uma língua estrangeira, certamente, mas não é ainda senão uma língua adotiva; é a língua dos livros, a língua da cultura, mas nada mais: ele não atinge as camadas populares [...]. Esse bilinguismo vai-se manter até a Revolução, a partir da qual se começará a contestá-lo. Com efeito, a visão racionalista e universalista do homem, que foi a base ideológica da Revolução era pouco propícia a uma ambiguidade correspondente a uma pluralidade de línguas, no seio de uma mesma nação.

Foi, com efeito, durante o Iluminismo que o bilinguismo seria tenazmente combatido não só na Europa, mas também nos outros continentes, e as línguas dos impérios europeus seriam impostas com medidas mais drásticas. Lembremos, a propósito, o Diretório de 1758, de Pombal, a proibir o uso da língua geral no Brasil e sua proibição de 1754, que acabava com a tipografia na Índia (onde muitos livros eram publicados nas línguas autóctones).

Assim, a emergência das línguas nacionais no Renascimento era a mais lídima expressão do desejo de unidade nacional, de unificação política, mas não eliminaram elas as línguas e os dialetos regionais, que se mantiveram até hoje em muitos países europeus. Emergindo as línguas nacionais, no século XVI, o bilinguismo passaria, desde então, a fazer parte da realidade linguística da Europa.

Assim, ao ideal da *humanitas*, que universalizava uma dada concepção de cultura, associava-se o ideal da afirmação da nacionalidade, avivado e robustecido pelas grandes navegações, que faziam renascer impérios na Europa, ressuscitando, de certo modo, o Império Romano. Camões, no passo em que Vênus defende os portugueses das acusações de Baco, diz:

Sustentava contra ele Vênus bela  
 Afeiçoada à gente lusitana  
 Por quantas qualidades via nela  
 Da antiga tão amada sua romana:  
 Nos fortes corações, na grande estrela,  
 Que mostraram na terra tingitana  
 E na língua, na qual quanto imagina  
 Com pouca corrupção, crê que é a latina”  
 (Canto I, 33)

E na dedicatória da obra lê-se:

Cesse tudo o que a musa antiga canta  
 Que outro valor mais alto se alevanta.  
 (Canto I, 3)

Ressumbra aqui a ideia da língua portuguesa como expressão do novo império. Aquela, se purificada das corrupções surgidas ao longo do tempo, pode fazer renascer em si a dignidade do latim como língua imperial. A razão do orgulho que os versos de Camões espelham reside na proximidade do português em relação às fontes da latinitude, isto é, “reside na sua dignitas histórica, agora ao serviço de um grande império” (Osório, 1975-76, p. 33).

Esse projeto utópico de restauração do Império Romano foi primordialmente ibérico, por terem sido Portugal e Espanha os primeiros países a se lançarem à aventura atlântica. Foi na Península Ibérica, assim, que surgiu a ideia de associação entre língua e projeto imperialista. A ideia de que Portugal estava destinado por Deus a ser o Quinto Império mundial (após o dos assírios, persas, gregos e romanos) dominou o pensamento do padre Vieira, no século XVII. A dignificação da língua portuguesa tinha, assim, razões evidentes de ser.



Por outro lado, é publicada em 1534, na Alemanha, a *Ein Teutsche Grammatica*. A sistematização gramatical do alemão foi fruto de um acontecimento que possuía indubitáveis implicações políticas, que foi a Reforma Protestante.

Assim, é notória a íntima conexão entre a gramática vernácula e o quadro político na Europa no século XVI. Ela é fruto, em grande medida, ou do nacionalismo, engendrado pela consolidação do Estado nacional centralizado, do imperialismo, em cujo contexto a língua poderia ser a expressão do “novo império”, ou do protestantismo, que ao advogar o princípio do livre exame da Bíblia e pô-la nas mãos do povo deveria traduzi-la para as línguas vernáculas, promovendo, assim, sua nobilitação e sua gramaticalização, haja vista que se tratava de traduzir um dos maiores livros da humanidade. Desse modo é que a *Lutherbibel* é um dos clássicos da língua alemã. Ademais, no caso dos protestantes, a dignificação do vernáculo correspondia a uma busca de identidade própria em face da tradição pós-nicena, recusada pela Reforma, e que consolidara e universalizara o latim como língua oficial da Igreja Católica.

Se Roma, ao avançar sobre a Europa e ao constituir o império, levou o latim aos mais longínquos rincões, fator esse de adesão dos territórios conquistados ao Império Romano, era também imperioso a Portugal, à Espanha e depois às outras nações europeias, que se lhes seguiram na empresa colonial ultramarina, imporem suas próprias línguas a suas colônias.

Desse modo, as línguas vernáculas passariam a ter estatuto de instrumento da dominação cultural que era condição *sine qua non* para a estabilidade e a permanência da dominação política que as nações europeias impuseram nas terras africanas, asiáticas e americanas. A perseguição de Pombal, no século XVIII, às missões jesuíticas, que porfiavam em ministrar o ensino catequético em línguas indígenas e a imposição que se lhes fez do ensino do português, retrata bem essa

indissociabilidade entre dominação cultural e projeto imperialista a que anteriormente aludimos. Segundo Auroux (1992, p. 49),

a velha correspondência uma língua, uma nação, tomando valor não mais pelo passado, mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de uma língua oficial uma obrigação para os cidadãos.

As novas nações surgidas tinham sua plena afirmação nas línguas nacionais, às quais se pretendeu atribuir a mesma dignidade e excelência das ditas “línguas sábias”. Geoffroy Tory (1529), que trata da pronúncia do francês, busca refutar a opinião de que a língua francesa é pobre, com poucas regras e sem recursos para rivalizar com o latim. J. du Bellay (*apud* BÉDARD, 1983, p. 81), em sua *Defense et Illustration de la Langue Française*, afirmou que “*la langue Française n’est si pauvre que beaucoup l’estiment.*” (...“a língua francesa não é tão pobre quanto muitos a imaginam”, tradução nossa). Palsgrave, autor da primeira gramática do francês (1530) buscava dar a essa língua “*règles certaines et preceptes grammaticaux comme les autres trois langues polies.*” (“... regras certas e preceitos gramaticais como as três outras línguas polidas”) (*ibidem*, p. 82, tradução nossa).

Conforme já afirmamos, a gramaticalização das línguas vernáculas no século XVI obedeceu, em larga medida, a imperativos políticos. Assim, a gramática, além de normativa, deveria ser prática, pois a expansão colonial, em sua concretude e brutalidade até, foi obra de comerciantes, negociantes, artesãos, lavradores, senhores rurais, ou seja, de quem se norteava por objetivos sumamente pragmatistas e a quem não interessava a argumentação escolástica de gramáticos medievalizantes. João de Barros (op. cit., p. 60) acerca de tal questão afirmava: “[...] (vejamos) nam segundo convém à ordem da gramática especulativa, mas como requiere a preceitiva...”

Os conceitos de *praticidade, simplicidade, clareza, uso e normatividade* eram inerentes, assim, ao projeto de elaboração das gramáticas vernáculas no Renascimento. A eles viria ainda somar-se o conceito de *didatismo*. Com efeito, lembra Buescu (1978, p. 17) que “se torna necessário encontrar uma codificação que, mais do que normativa, se tornará didática”.

Com efeito, não somente no âmbito das línguas antigas ver-se-ia a questão didático-pedagógica ser guindada a posição proeminente dentro do novo contexto cultural da Europa quinhentista. Se, para os cultores das línguas antigas, a renovação nos seus métodos e nos seus conteúdos de ensino era componente de um projeto de erudição e formação do homem culto, de uma *Bildung* posta como superior, no que concerne às línguas nacionais, a questão didática tinha implicações políticas e sociais mais evidentes. Tratava-se, nesse caso, de estabelecer a comunicação com povos das mais diferentes línguas, quase todas não indo-europeias, povos esses que deveriam aprender as línguas das potências coloniais que os dominavam.

É nesse contexto que surgem também as primeiras cartilhas ou “cartinhas para ensinar a ler”, fato que marca uma mudança cultural de grande magnitude que se processava no século XVI. O ensino das primeiras letras passaria, então, gradualmente, a ser feito nas línguas maternas. Na Europa quinhentista, grandes nomes pelejaram em prol desse ideal: Montaigne, Lutero, Mulcaster. Em Portugal, os expoentes de tal reviravolta pedagógica foram D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu, que publicara cartinhas para ensinar a ler os africanos (tinha ele o título de “Primaz da África”), João de Barros, que as fez para ensinar os príncipes do Oriente, e também Frei João Soares, dentre outros. As cartinhas mais antigas, que remontam às últimas décadas do século XV, são as de D. Diogo Ortiz e estão ligadas à história da conquista e colonização da África. Da cartilha de João de Barros conhecemos apenas uma edição, do século XVI, enquanto da cartilha de Frei João Soares conhecemos a existência de, pelo menos, cinco edições qui-

nhentistas, duas das quais póstumas. No prólogo da cartilha de João de Barros de 1539, que porta o título *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* e dedicada ao príncipe D. Felipe, filho de D. João III, lemos:

E qual será, logo, a linguagem que nesta tenra e delicada idade de Vossa Alteza mais natural e mais obediente vos deve ser senão a vossa portuguesa, de que vos Deus fez príncipe e rei em esperança ? Aquela que em Europa é estimada, em África e Ásia por amor, armas e leis tão amada e espantosa, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infieis da terra; aquela que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todas as seitas e idolatrias do mundo, desprega, pregando e vencendo as reais quinas de Cristo, com que muitos povos da gentilidade são metidos no curral do Senhor. Da qual obra ora temos um divino exemplo na conversão de cinquenta e sete mil almas na terra do Malabar, onde São Tomé com tanto trabalho e martírio passou desta vida à celestial glória. Com zelo de aprender a qual língua, quatro dos principais deste povo vieram este ano por, mais sem pejo dos impedimentos da pátria, cá nestes reinos a poderem melhor praticar e, por ela, aprender os preceitos da lei em que esperam acabar[...]. Pois gente em que tanto obrou a língua portuguesa e que o amor dela os traz tantas mil léguas, que linguagem por arte podem mais facilmente aprender senão aquela que neles obrou salvação ? Porque eles, com amor do tal benefício e os meninos destes reinos por lhe ser madre e não madrasta, madre e não ama, nossa e não alheia, com tanto amor receberam os preceitos dela que, quando forem aos da gramática latina e grega, não lhe serão trabalhosos os que cada uma destas tem, pela conformidade que entre elas há, como se pode ver nestes preceitos da gramática de nossa língua portuguesa que ofereço a Vossa Alteza,

a quem são devidas as primícias de todos os novos e proveitosos frutos. (1971b, p. 239-240)

O texto anterior permite-nos tecer uma variada gama de considerações. Em primeiro lugar, ele testemunha quão forte foi a influência da expansão ultramarina no advento da sistematização gramatical de uma língua vernácula, como é o português. É sabido por carta de Afonso de Albuquerque, datada de primeiro de abril de 1512, que, em Cochim, na Índia, já havia cartilhas para ensinar a ler. Nelas relata seu autor que ordenara que, por tais cartilhas, se ensinassem os moços a ler e escrever. Segundo Cortez Pinto (1948), em 1515 foram enviadas para a Abissínia 2000 cartilhas. Segundo ele (que se funda em informações de Damião de Goes e de outros), já em 1504 tinham sido enviados para o Congo muitos “mestres de ler & escrever que abrissem escolas onde instruissem meninos...Ahos principais a que encarregou destes negocios, mandou entregar muitos livros de doutrina christã” (p. 238-239). Conclui Cortez Pinto (*ibidem*, p. 239) que tais livros de doutrina cristã eram também as cartilhas, “visto que nelas se se incluía por via de regra o ensino da leitura antes do catecismo”.

Isso pressupõe a pujança da indústria de livros em Portugal naquela época. Com efeito, a imprensa somente seria negócio rendoso se pudesse publicar muito, e isso pressupõe publicar também em língua vulgar, pois, em caso contrário, os livros somente seriam adquiridos por um escol de detentores de um saber erudito, e esses eram minoria, e a publicação não se justificaria economicamente. Com efeito, o advento das primeiras gramáticas em línguas vernáculas é quase concomitante ao aparecimento da imprensa: a *Gramática de la Lengua Castellana*, de Nebrija, veio ao prelo em 1492 e as *Regole* da língua italiana são de 1495. Com efeito, segundo Auroux (1992, p. 52), a gramaticalização das línguas vernáculas e a difusão da imprensa “fazem parte da mesma revolução técnico-linguística”. Os efeitos da imprensa sobre a uniformização ortográfica, sobre a pontuação, sobre a regularização

da morfologia seriam de grande importância para a fixação das formas das línguas vernáculas.

Do texto de João de Barros, anteriormente citado, pode-se também depreender o grau elevado de ufanismo patriótico que derivava para a glorificação da língua portuguesa, “estimada em tres continentes”, “instrumento da conversão de muitos povos infiéis”. Ao latim e ao grego estaria destinado, desde então, o papel de base comum de comunicação dos eruditos, considerada num nível supranacional e cosmopolita, de índice de distinção intelectual e erudição. Às línguas vernáculas, o de expressar a alma nacional em suas aspirações particulares. Tal só foi possível em virtude da emergência do Estado nacional centralizado, fruto da época renascentista, em que a língua aparecia pela primeira vez “como o espírito e a alma de cada nação” (BUESCU, 1971, p. XXXIX).

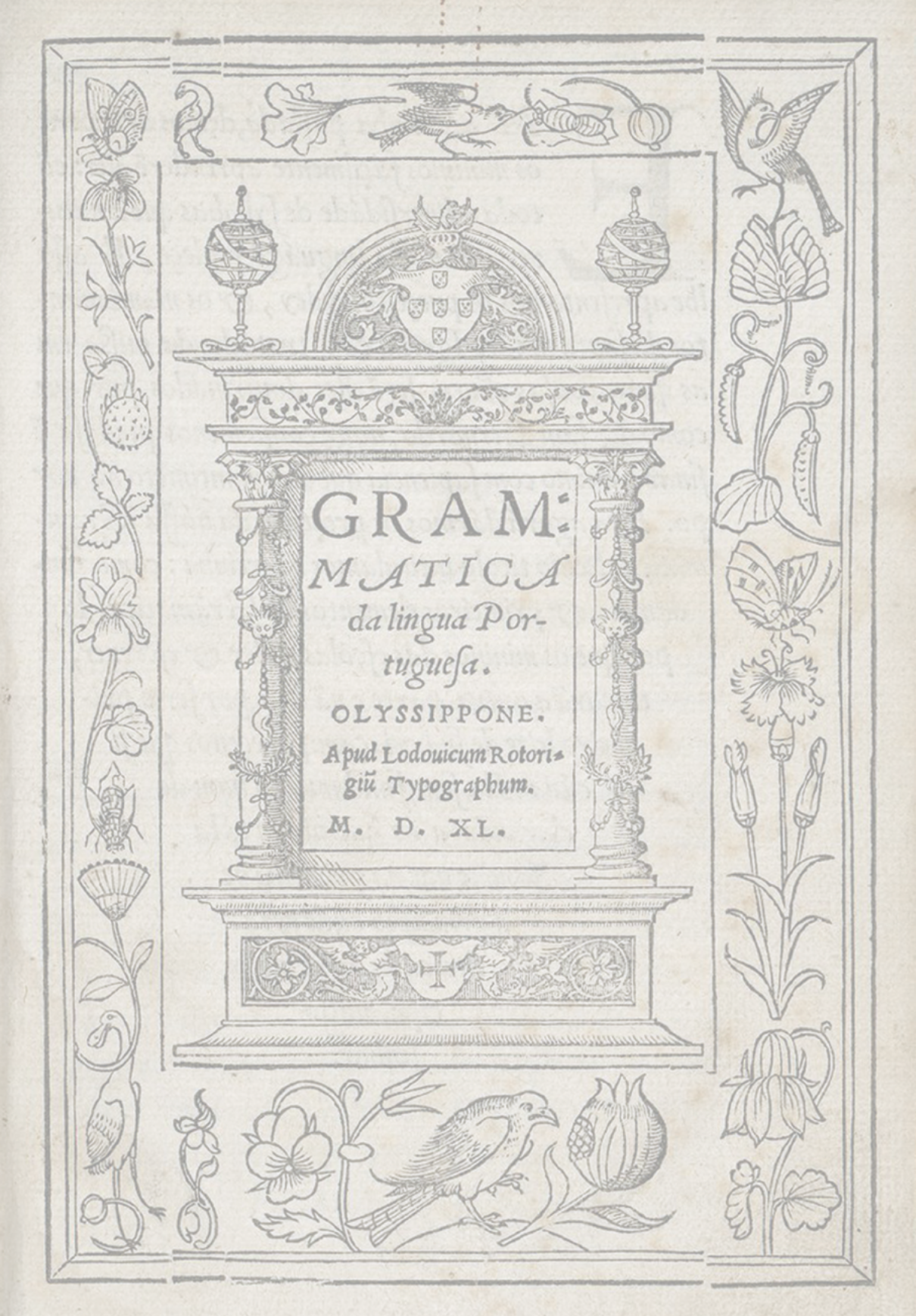
No texto de João Barros pode-se lobrigar, outrossim, a função de facilitação de aprendizagem da línguas clássicas que teria a iniciação na gramática portuguesa. A gramática vernácula teria, além dos papéis que já assinalamos anteriormente, a função de propedêutica para as línguas clássicas. Sendo herdeiras do latim, as línguas vernáculas facilitariam sua aprendizagem.

Outro papel desempenhado pelas línguas vernáculas e que presidiria também a seu nascedouro era o de referência para os que não sabiam latim e, no entanto, precisavam dominar um certo núcleo de conhecimentos gramaticais que lhes permitisse transitar por outros sistemas línguísticos, como eram as línguas exóticas. Se o modelo de sistematização das línguas exóticas era o latino, não necessariamente se deveria saber latim para utilizá-lo, uma vez que as gramáticas vernáculas poderiam suprir tal papel. O modelo, com efeito, prescindia da língua sobre a qual ele se formara e passava a ter uma validade supralinguística. Assim, a gramática latina seria um registro de uma gramática universal, mas esta prescindia daquela como forma de ex-

pressão: as línguas vernáculas poderiam bem ser formas de expressão dessa gramática universal. Assim, no prólogo de sua “Arte Malabar”, o Pe. Henrique Henriques diria (*apud* BUESCU, 1983, p. 65-66):

Para mais facilmente se entêder esta arte ha mister ter conhecimento da arte latina (entenda-se “gramática”) e os que não souberem latim devem de ler pela gramática portuguesa de João de Bairros (sic).

Assim, as gramáticas vernáculas seriam o registro vulgar da gramática universal e, como tal, poderiam também ser usadas para se penetrar em sistemas linguísticos gramaticalizados, segundo aquele modelo.



The title page features a central architectural frame containing text. The frame is topped with a coat of arms and two globes. The sides are decorated with vertical floral and bird motifs. The bottom of the frame is also decorated with a coat of arms and floral elements. The text is centered within the frame.

GRAM-  
MATICA  
da lingua Por-  
tuguesa.

OLYSSIPPONE.

Apud Lodouicum Rotori-  
giu Typographum.

M. D. XL.



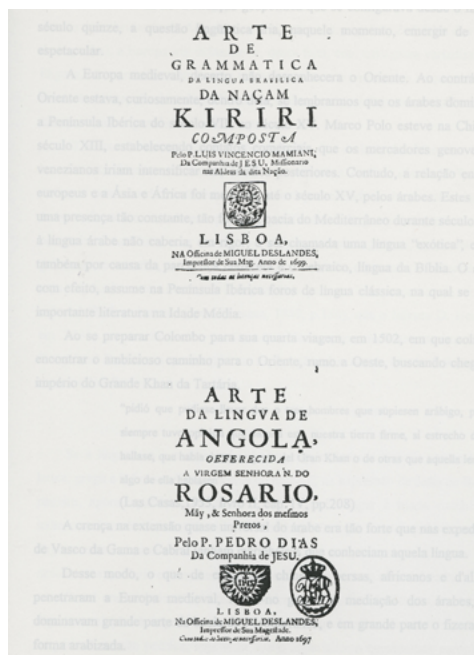
### 3. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS

O termo “exótico” tem, aqui, acepção nitidamente eurocêntrica. Segundo Moraes Silva, em seu *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Vol. IV, p. 1013-1014), “diz-se ordinariamente do que é extra-europeu e, mais especialmente, das terras longínquas tropicais”. O termo é empregado, hodiernamente, mais em seu sentido figurado “de estranho, esquisito, estapafúrdio”. Vem do latim “exoticus” e esse do grego *exotikós*, “de fora”, “externo”. Segundo Corominas (1954, p. 464), o termo está documentado na língua espanhola desde 1614. No francês, contudo, o termo foi usado por Rabelais em *Pantagruel*, IV, I, já no século XVI:

*Marchandises exotiques et peregines, qui estoyent  
par les halles du port.*

(*apud* LITTRÉ, *Dictionnaire de la Langue Française*,  
vol II, p. 1566)

O caráter eurocêntrico do termo merece algumas reflexões. Com efeito, foi na Europa que se gestaram as novas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que dariam ao mundo hodierno seus contornos definidores. Foi da Europa que partiram os impulsos transformadores que, progressivamente, iriam mundializar a economia capitalista, modelando o mundo *imagine et similitudine sua*, homogeneizando espaços e culturas, europeizando o orbe terrestre.



Ponto fulcral da nova situação geopolítica que se configurava desde o final do século XV, a questão linguística iria, naquele momento, emergir de modo espetacular.

A Europa medieval, decerto, não desconhecera o Oriente. Ao contrário, o Oriente estava, curiosamente, dentro dela, se lembrarmos que os árabes dominaram a Península Ibérica do século VIII ao século XV. Marco Polo esteve na China no século XIII, estabelecendo contatos comerciais que os mercadores genoveses e venezianos iriam intensificar nos séculos posteriores. Contudo, a relação entre os europeus e a Ásia e África foi mediada, até o século XV, pelos árabes. Estes foram uma presença tão constante, tão forte na bacia do Mediterrâneo durante séculos, que à língua árabe não caberia, em rigor, o ser chamada uma língua “exótica”, e isso também por causa da parecença entre ela e o hebraico, língua da Bíblia. O árabe, com efeito, assume na Península Ibérica foros de língua clássica, na qual se vasou importante literatura na Idade Média.

Ao se preparar Colombo para sua quarta viagem, em 1502, em que colimava encontrar o ambicioso caminho para o Oriente, rumo a Oeste, buscando chegar ao império do Grande Khan da Tartária,

*pidió que pudiese llevar dos o tres hombres que supiesen arábigo, porque siempre tuvo opinión que pasada esta nuestra tierra firme, si estrecho de mar hallase, que había de topar gente del Gran Khan o de otras que aquella lengua o algo de ella hablasen.*

(LAS CASAS, 1955, livro II, cap. IV, p. 208)

A crença na extensão quase universal do árabe era tão forte que nas expedições de Vasco da Gama e Cabral vinham marinheiros que conheciam aquela língua.

Desse modo, o que de exotismos chineses, persas, africanos e d'alhures penetraram a Europa medieval, foram-no graças à mediação dos árabes, que dominavam grande parte da bacia do Mediterrâneo, e em grande parte o fizeram de forma arabizada.

Já com as Grandes Navegações, nos séculos XV e XVI, (e recordemos que o ano do descobrimento da América coincidiu com o da expulsão definitiva dos árabes da Espanha), a Europa iria defrontar-se, dessa feita, com uma gama variadíssima de línguas, não somente asiáticas mas também africanas e americanas, o que esboroava a vetusta concepção da universalidade do árabe e criava indagações novas acerca de uma pretensa origem hebraica das línguas do orbe.

O afluxo de termos (sem a intermediação dos árabes) de diferentes línguas americanas, africanas e asiáticas para línguas europeias, desde o século XVI, firmou, assim, o conceito de *exotismo*, que passou à posteridade e chegou até nós. Se o árabe estivera próximo demais para ser qualificado de língua exótica, o mesmo não ocorreria, dessa feita, com o maia, o quêchua, o tupi, o guarani, o quimbundo, o guineense, o canarim, o malabar, o sânscrito, o chinês, o japonês, o tai-

landês etc., cujo conhecimento tornava-se indispensável para o bom sucesso da empresa colonial. Refere Azurara (*apud* FONSECA, 1940, p. 158), que o Infante D. Henrique, em 1436, ao se iniciarem as Grandes Navegações, incitara um marinheiro, Gonçalves Baldaia, a prosseguir na exploração das novas terras descobertas e recomendou-lhe: “Trabalhai por haver a língua dessa gente”.

Se a língua era a companheira do Império, consoante Nebrija, se as línguas latina, grega e hebraica, (“as princesas do mundo”, na expressão de João de Barros) passam, agora, segundo Kukenheim (1932), a ceder lugar à tríade românica (o italiano, o francês e o castelhano), não é menos certo que sem o conhecimento das línguas exóticas recém-conhecidas a dominação europeia sobre as novas terras descobertas quedaria extremamente dificultada ou até mesmo obstaculizada.

Se tal era verdade no que tange à esfera política da colonização, o mesmo se diga em relação à expansão do Catolicismo, a qual, além de sentido religioso, adquiria dimensão política, haja vista que o imperialismo quinhentista europeu era considerado um ato de “acrescentamento da fé”. Com efeito, somente o conhecimento das línguas das novas terras descobertas facultaria a ação missionária. Bem o vislumbrou Inácio de Loyola, que nas Constituições de 1540 escrevia:

*Ad maiorem unionem eorum qui in Societate vivunt & c. singuli addiscant eius regionis linguam, in qua resident.*

(*apud* ARAÚJO, 1952, Prólogo)

Para a maior união daqueles que na sociedade vivem e doutros, cada um aprenda a língua da região em que reside. (tradução nossa)

No Prólogo de seu *Catecismo na Língua Brasílica*, de 1618, Araújo (*ibidem*) comentava tal passo das Constituições nos seguintes termos:

Quam necessário pera a conversão seja este meio, mostrou bem o Mestre & Autor della, quando antes de me-

ter nas mãos de seus Apóstolos a execução della lhes concedeo primeiro o dom das lingoas. Loquebantur variis linguis. Porque como a notícia dos altíssimos mysterios da Fé (tão importante pera a salvação) não tenha entrada no interior da alma, salvo pella porta do ouvido: Fides ex auditu, e o que por esta a mete dentro, he a palavra do filho de Deos. Auditus autem per verbum Dei: quem duvida que a comunicação desta divina palavra se ha de fazer por meyo da lingua daquelle a quem pretendemos reduzir?

Elucidativa, a tal propósito, é a legenda que se acha no “*Vocabulario de la lengua general de todo el Peru*”, do Pe. Diego Holguin de 1608 (frontispício):

*Volo autem vos omnes loqui linguis, ut Ecclesia aedificationem accipiat. (I Corint., 14)*

*Si ergo nesciero virtutem vocis, ero cui loquor barbarus & qui loquitur mihi barbarus.*

Quero, com efeito, que todos vós faleis em línguas, para que a Igreja seja edificada. (I Corint. 14)

Se, pois, desconhecer o poder da palavra, serei àquele a quem falo um bárbaro e aquele que fala a mim será um bárbaro. (tradução nossa)

Se o conhecimento e o uso das línguas exóticas faziam-se mister para a expansão política e econômica europeias, permitindo a adaptação a realidades naturais totalmente diversas, facultando o entendimento com potentados locais, dos quais dependia o bom sucesso da estratégia colonizadora (lembre-se do que significou o apoio dos morubixabas indígenas para a expulsão dos franceses do Brasil por Mem de Sá), a produção de textos escritos era necessária para que a catequese pudesse vingar. Efetivamente, urgia traduzirem-se catecismos para as línguas exóticas, e dotar os missionários de um domínio linguístico suficiente para pregar, ouvir confissões, enfim, desempenhar

seu múnus apostólico. No prólogo de sua *Arte de la lengua quichua*, o Pe. Diego de Torres Rubio (1619) expunha tal tríplice desiderato:

*Con los preceptos y reglas generales que van en este Arte de la lengua Quichua, puede uno aprender a hablar congruamente lo suficiente y necesario que es menester para catequizar, confesar y predicar.*

Desse modo, fazia-se imperiosa a necessidade de se gramaticalizarem as línguas exóticas e tal foi a tarefa assumida pelas grandes ordens religiosas: os franciscanos, os dominicanos, os agostinianos e os jesuítas, que dotaram muitas daquelas línguas de uma literatura escrita, fato antes desconhecido por muitas sociedades, que eram ágrafas.

Assim, a comunicação entre o mundo europeu e o mundo exótico apresentava dois níveis principais: o puramente dialógico e o nível pedagógico. No nível dialógico, situa-se o mercantilismo, que necessitava estabelecer bases comerciais em ultramar, devendo, assim, contar com a colaboração de algumas camadas sociais das regiões dominadas. O segundo nível de comunicação com o mundo exótico, que era o pedagógico, foi aquele em que se deu o trabalho apostólico, missionário: não se tratava mais de dialogar, mas, agora, de ensinar, na sua acepção etimológica, isto é, “imprimir signos” (do latim *in* + *signare*). Foi este o “segundo medium da desbabelização” (BUESCU, 1983, p. 55). O europeu passará, então, a produzir literatura nas línguas exóticas, destinada aos povos d’além-mar, como puramente *ouvintes* ou como *leitores* dos textos produzidos. No caso da produção de textos para serem lidos pelos povos de ultramar, eles deveriam, no que tange às sociedades letradas, ser vertidos para as suas línguas ou no seu próprio sistema gráfico ou no alfabeto latino (dando-se, então, a transliteração). Neste último caso, impunha-se a alfabetização dos povos exóticos no sistema gráfico latino. Na hipótese de haver a produção de textos destinados a sociedades ágrafas, somente a alfabetização far-se-ia necessária.

Na América, muitas línguas indígenas tornar-se-iam as línguas mais usadas por quase todos os membros do sistema colonial. Milhares de crianças cresceriam em ambientes bilíngues. Desse modo, publicar textos em línguas indígenas passava a fazer sentido em dois aspectos: para dotar os índios ou colonos alfabetizados de textos que eles pudessem ler (em línguas que eram bem mais faladas que o castelhano e o português) ou oferecer aos missionários aquilo que esses deveriam ler, seja para se instruírem seja para instruírem os índios ou os colonos bilíngues. Nesta última categoria estavam as gramáticas, os sermonários, os confessionários, os textos homiléticos etc. Na categoria anterior estavam as cartilhas, os catecismos, as biografias de santos etc.

Fato, assim, de subida importância foi a existência de cartilhas em línguas exóticas, provando que houve alfabetização nelas já nas primeiras décadas do século XVI. Temos notícia da *Cartilla para los niños, en lengua tarasca*, pelo Frei Maturino Gilberti, impressa no México no ano de 1559. Ela foi reimpressa em 1575 (*apud* VIÑAZA, 1892, p. 30). Viñaza dá-nos notícia, também, de uma cartilha em língua chuchona, vinda ao prelo no ano de 1580. Seu título é: *Cartilla y Doctrina Christiana, breve y compendiosa, para enseñar los niños: y ciertas preguntas tocantes a la dicha Doctrina, por manera de Dialogo: traduzida, compuesta, ordenada y romançada en la lengua Chuchona del pueblo de Tepexic de la Seda*. Seu autor era o dominicano Frei Bartholomé Roldan e foi impressa no México.

Sabemos também, por Viñaza (*op. cit.*, p. 115), da existência de uma *Cartilla mayor en lengua Castellana, Latina y Mexicana*, publicada no México em 1683.

Em 1554, sob os auspícios de D. João III, inicia-se a publicação de obras didáticas destinadas não só ao ensino de português aos povos de ultramar, mas à alfabetização desses nas próprias línguas exóticas. É a primeira vez em que se imprime numa língua asiática dentro da Europa e por iniciativa de europeus. Naquele ano, assim, veio

ao prelo a *Cartilha que contem brevemente ho que todo christão deve aprender pera sua salvação. A qual el rey dom Johão terceiro desse nome nosso Senhor mandou em lingoa Tamul e Português com a declaração por cima de vermelho*. Os autores da cartilha são três indianos bilíngues: Vicente de Nazareth, Jorge de Carvalho e Tomé da Cruz. A língua tamul ou malabar é a mais falada das línguas dravídicas da Índia e possui rica literatura.

A *Cartilha...em Tamul e Português* trazia uma grande inovação pedagógica, utilizando duas técnicas concomitantes: a interlinearidade e o exercício estrutural. O Credo católico vinha, nela, assim:

Dos ceos e da terra	criador	todo	
<b>Agájamum</b>	<b>bumium</b>	<b>paracheuân</b>	<b>çaravamun</b>
Creo em Deos	padre	todo	poderoso,
poderoso padre	em Deos	creo.	
<b>ánauanè: pidane tambirane vizvácam.</b>			
criador dos ceos e da	terra		

A interlineação é apresentada, assim, em tríplice registro: na linha do meio está escrita a frase em tamul, na linha de baixo vem a tradução portuguesa e na linha de cima (a primeira de cada série), que no original aparece em letras vermelhas, vem uma versão portuguesa segundo a ordem sintagmática própria do tamul. Outro exemplo:

-*Ni naçaranió?* A tradução indicada na *Cartilha* é “Vós sois cristãos?”, mas a “declaração”, isto é, a tradução segundo a ordem sintagmática do tamul é “Vós cristão sois?”

Segundo Lebon, em sua *Psychologie de l'Education*, (*apud* CORTEZ PINTO, op. cit., p.358), esse é “o sistema mais profícuo para o conhecimento de uma língua diferente, sem necessidade de gramática nem de dicionário”. Consoante Buescu (1983, p. 62),



do ponto de vista pedagógico, parece-nos poder identificar o método de ensino seguido como singularmente próximo do ensino estrutural moderno [...]. A aprendizagem é feita não ao nível dos quadros gramaticais nem ao nível do vocabulário amorfo, mas ao nível das estruturas sintáticas.

Se as cartinhas de João de Barros e de outros autores, como D. Diogo de Ortiz Vilhegas, já anteriormente mencionadas, destinavam-se a ensinar português às crianças portuguesas ou aos povos de ultramar, as cartinhas bilíngues como a que anteriormente mencionamos tinham, além dos objetivos catequéticos evidentes e comuns a todas as obras do tal gênero, três outros objetivos precípuos:

1. Ensinar o alfabeto latino aos povos nativos, falantes de tamul, habilitando-os a ler textos catequéticos ou religiosos nessa língua.
2. Ensinar português aos falantes de tamul. Com efeito, a expansão do Império Português exigia a expansão da língua portuguesa, ainda que isso se desse numa base bilíngue.
3. Ensinar tamul aos portugueses. O capitalismo mercantil de um lado e o trabalho missionário de outro exigiam que se penetrasse nos sistemas linguísticos dos povos de ultramar, justamente porque, nos primeiros séculos, as línguas desses seriam mais faladas que as línguas europeias. Os dois primeiros séculos de colonização da América, da Ásia e da África conheceram o bilinguismo como elemento definidor da própria cultura colonial. É nesse sentido que se insere a alfabetização dos povos exóticos: deveriam saber a língua do europeu, mas poderiam também falar e ler em sua própria língua (e esta era, com efeito mais falada que aquela). No prólogo de sua *Cartilla y Doctrina Christiana... en la lengua Chuchona*, já mencionada, o Frei Roldán diz (*apud* VIÑAZA, op. cit., p. 38):

*Y assi acordé de hacer un librito, el qual sirva de Cartilla y doctrina y dialogo. La cartilla sera para enseñar a leer: y la doctrina para doctrinar y enseñar la Doctrina cristiana...Y el Dialogo sirvira de ciertas preguntas, tocantes a la Doctrina Christiana que la declaran. Pongo al principio de la Cartilla el Calendario de los Sanctos, para que sepan los naturales, las fiestas que son de guardar para ellos...Estas dos cosas, Doctrina y Dialogo, van en las dos lenguas.*

O passo supramencionado é claro: produziam-se textos para que os naturais da terra lessem na língua indígena. Assim, ao contrário do que muitos supõem, nem toda a literatura catequética produzida por europeus destinava-se, tão somente, a ser ouvida pelos povos exóticos e lida pelos próprios europeus. Uma vez aprendendo a ler, os textos ser-lhes-iam destinados, sem que sua leitura fosse mediada pelos missionários.

Quanto à existência de cartilhas em línguas africanas, informamos Cortez Pinto (1948, p. 327), que as houve, por exemplo, no Congo:

Em 1624, o Padre Mateus Cardoso que ali dirigia a missão dos jesuítas, traduziu a célebre cartilha de Marcos Jorge para a língua do Congo, dedicando-a ao muito poderoso e catholico Rei do Congo D. Pedro Afonso, segundo deste nome. Nota Inocêncio que a versão é inter-linear, trazendo primeiramente o texto em português e, por baixo de cada regra, a tradução correspondente em língua Conguesa.

As obras gramaticais, contudo, que são as que aqui nos interessam mais de perto, constituíam um gênero de literatura (em seu sentido lato, é claro) feita por missionários e para missionários. Produzir gramáticas para falantes da língua que é gramaticalizada somente faz sentido se se tiver por objetivo a preservação e o ensino de um patrimônio literário escrito ou a afirmação de uma nacionalidade.

Segundo João de Barros (op. cit., p. 293), a gramática é “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”. Ora, esse não era o objetivo dos missionários ao gramaticalizarem as línguas exóticas. Não lhes interessava preservar patrimônio literário escrito algum (e, no caso das línguas ameríndias, ele não existia), mas levar a mensagem evangélica aos povos de ultramar. Muito menos poderia ser o seu desiderato a afirmação de uma nacionalidade: essa deveria anular-se em face da empresa colonial e os povos de ultramar dever-se-iam converter em súditos dos reis europeus.

Assim, as gramáticas das línguas exóticas não se destinavam somente a missionários ou a europeus envolvidos na empresa colonial, e é fundamental que retenhamos esse dado nevrálgico para bem compreender fenômeno tão espetacular da História, que significava a descoberta de línguas que durante dezenas de séculos permaneceram ignoradas pelos europeus. Foi esse o momento de encontro entre todos os homens do planeta, entre sociedades que, durante milênios, não se conheceram.

A catequese, com efeito, era o corolário do trabalho de dicionarização e gramaticalização. Assim, na tríade *vocabulário*, *gramática* e *literatura catequética* esgotavam-se as exigências de produção de textos que se punham diante das ordens religiosas e de seus devotos missionários. Tal literatura catequética, na América, Latina incluía:

- O Catecismo Romano propriamente dito (contendo a doutrina cristã) vertido para as línguas indígenas
- Sermões e homilias
- Cartilhas seguidas das orações, para o ensino das línguas indígenas para as crianças, concomitantemente com o ensino da religião (p. ex., a *Cartilla para los niños en lengua Tarasca*, pelo Frei Maturino Gilberti, México, 1559)
- Confessionários

- Santorais
- Exercícios espirituais quotidianos
- Psalmodia cristã e cantos religiosos
- Tradução das Epístolas e dos Evangelhos
- Tradução de bulas papais para as línguas indígenas
- Biografia de índios piedosos (P. ex., *La Vida y Muerte de tres niños de Tlaxcalla, que murieron por la confesion de la Fe*, traduzida para o nahuatl por Fray Iuan Baptista, México, 1601)
- Manuais de párocos (missais)
- Biografias de santos
- Obras sobre a vida de Jesus
- Manual dos sacramentos
- Autos e poemas religiosos. (VIÑAZA, 1892)

O catálogo de Viñaza (1892, p. 96) consigna, ademais, uma obra de cunho profano em língua indígena: trata-se de uma versão para o nahuatl de três comédias de Lope de Vega, feita por Bartolomé Alba, em 1641. Não consta, porém, que tenha sido publicada jamais.

Nem sempre, contudo, se estava diante de línguas de tradição puramente oral. No século XVI, os europeus defrontaram-se também com sociedades complexas que já conheciam a escrita e que já possuíam literatura escrita mais que milenar: foi o caso dos chineses, dos japoneses e dos indianos, que possuíam, inclusive, livros religiosos tão antigos ou mais antigos, ainda, que a Bíblia, como é o caso do Rg Veda e do Tao Te King. Nesse caso, as exigências do estudo linguístico por parte dos missionários transcendia a mera produção de textos catequéticos. Bem ilustrativo dessa situação deparada pelos missionários na Ásia foi o trabalho do jesuíta Matteo Ricci, na China, que chegou a Macau em 1582. Ricci produziu literatura em chinês de natureza não catequética, com o fito explícito de chamar a atenção

da China para sua cultura e, ao interessar os chineses em sua cultura, buscava levá-los a se interessarem pelo seu Deus. Ao arrostar o desafio de aprender o chinês, afirmava Ricci (*apud* SPENCER, 1986, p. 152) em carta a um amigo:

Posso assegurar-lhe que é algo completamente diferente do grego ou do alemão. Na língua falada, há tanta ambiguidade que existem muitas palavras que podem significar mais de mil coisas e, muitas vezes, a única diferença entre uma palavra e outra é a forma como você dá a entonação alta ou baixa, em quatro diferentes tons...Todas as letras escritas diferem umas das outras. Quanto a essas letras escritas, você não acreditaria sem vê-las e usá-las como fiz. Eles têm tantas letras quantas são as palavras e as coisas, de modo que existem mais de setenta mil delas, cada uma totalmente diferente e complexa.

Para obstar a toda essa dificuldade (também sentida pelos próprios chineses) de aprender a escrever a língua chinesa, Matteo Ricci criou um método mnemônico que deixou a aristocracia chinesa estupefacta. Havia quem dissesse que ele podia lembrar qualquer livro que lera de passagem apenas um vez (*Opere Storiche*, p. 235-236, *apud* SPENCE, op. cit., p. 155 ).

Desse modo, valendo-se de seu prestígio junto aos letrados da China, Ricci escreveu em chinês *Dez Discursos de um Homem Paradoxal* (1608), que continha uma transcrição da vida do fabulista grego Esopo por Planudes e paráfrases do filósofo Epicteto, *Sobre a Amizade* (1559), onde ele citou dezenas de autores clássicos, *Vinte e Cinco Sentenças* (1605), seleção de pensamentos de Epicteto. Ricci, por outro lado, verteu para o chinês os *Elementos de Geometria de Euclides* e executou trabalhos em Óptica, Astronomia, Geografia, levantamentos topográficos, Horologia. Ricci buscava envolver os chineses em suas realizações científicas para que esses se tornassem mais

receptivos à fé cristã. Conforme disse a Clavius, seu antigo mestre, em 1597 (*apud* SPENCE, op. cit., p. 165), ele

entalhou mensagens em chinês nas bases de seus quadrantes desmontáveis, apontando a fragilidade da conduta humana se não viesse acompanhada de alguma compreensão da graça de Deus e advertindo aos que olhavam o tempo passar pela face do quadrante solar que não poderiam recapturar o passado nem antever o futuro, mas deviam fazer o bem no presente, enquanto tinham oportunidade para tal.

No campo catequético *stricto sensu*, Matteo Ricci imprimiu em chinês o *Verdadeiro Significado do Senhor do Céu (Tianzhu shiyi)*, um sumário da doutrina cristã em que dialogam um chinês e um erudito cristão e onde Ricci apresenta célebres argumentos éticos da tradição clássica greco-romana, entre os quais o conhecido “Mito da Caverna”, de *A República* de Platão.

Se, por um lado, na China da dinastia Ming os missionários católicos defrontavam-se com uma sociedade complexa, letrada e com uma língua dotada de alfabeto ideográfico com literatura milenar, outros eram os desafios para os missionários da América, que dotariam, demiurgicamente, as línguas americanas de uma escrita, elas que tinham somente uma tradição oral. Das dificuldades que aí topavam os que se arrostavam com tão árduo empreendimento dá-nos conta o passo do famoso “Sermão do Espírito Santo” do Padre Vieira (1959, vol. II, p. 415-416):

Pois se a Santo Agostinho, sendo Santo Agostinho, se à águia dos entendimentos humanos se lhe fez tão dificultoso aprender a língua grega, que está tão vulgarizada entre os latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender, que serão

as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler nem escrever? Que será aprender o nheengáíba, o juruna, o tapajó, o tremembé, o mamaianá, que só os nomes parece que fazem horror?

As letras dos Chinas e dos Japões muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como a dos Egípcios; mas, enfim, é aprender línguas de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela; distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como o de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes; não há dúvida que é empresa muito árdua a qualquer entendimento e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus. (vol. II, p. 415-416)

Se, como vimos anteriormente, em certas regiões as necessidades de produção de textos não se resumiam à tríade “vocabulário-gramática-catecismo”, espraiando-se para o campo da Ética, das ciências e da Apologética, isso foi mais uma exceção que uma regra. Na América e na África, foi exatamente aquela tríade que predominou, com raros desvios para campos conexos, como é o caso da poesia tupi de Anchieta e mesmo de seu teatro naquela língua.

### 3.1. A OBRA MISSIONÁRIA PORTUGUESA E ESPANHOLA, O PADROADO E A GRAMATICALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS

No intróito de sua Bibliografia, Viñaza (1892, p. IV) aduz o seguinte:

*Las lenguas asiáticas, las del África, las malayas y las de Polinesia y las americanas comenzaron a ser estudiadas y sabidas por españoles y portugueses. Fray Martin de Rada, escribiendo el arte y vocabulario de la lengua china; Fr. Juan Cobo, traduciendo por primera vez a una lengua vulgar europea una obra de aquella literatura; Fr. Juan González de Mendoza, trayendo antes que nadie a Europa una colección de xilogravuras sónicas; San Francisco Xavier y los P. P. Juan Rodríguez Gaspar de Vilella y Pedro Gomes, Fr. Luis Sotelo, Fr. Diego Collado y Fr. Manuel Preces, descrifrando los arcanos de la lengua japonesa; Fr. Gaspar de San Miguel y los P. P. Diego de Ribero, Francisco Hernández, Enrique Enríquez y Francisco Ros, proclamando las reglas gramaticales de los idiomas de la India, ó formando sus vocabularios ó traduciendo en ellas libros de devoción; los P. P. Andrés de Oviedo, Pedro Páez y Antonio Hernández, alcanzando la plena posesión de algunas lenguas africanas; innumerables españoles, durante cuatro siglos, componiendo las artes ó los Diccionarios de todos los idiomas hablados en Filipinas y en las demás islas de la Oceanía; y las legiones de varones apostólicos que, procedentes de la península ibérica se esparcieron por el nuevo continente para evangelizar a sus habitantes, fueron acopiando los inmensos materiales necesarios para erigir el magnifico monumento de la filología comparativa.*

Releva atentar para a seguinte questão: se a Igreja Católica é supranacional, por que os missionários católicos vindos para a América nos séculos XVI e XVII deveriam ser majoritariamente portugueses e espanhóis? A resposta a tal indagação deve ser buscada numa instituição medieval que chegaria até a Idade Contemporânea: o Padroado. Instituído no século V, o Padroado era um expediente encontrado pe-



los papas para interessar os cristãos leigos na construção de templos e manutenção de obras pias. Ao padroeiro incumbia despender recursos com tal fito, sendo-lhes concedidas honras e prebendas:

*Patrono debetur honos, onus, emolumentum,  
Praesentet, praesit, defendat, alatur egenus.*  
(*apud* SILVA REGO, 1949, p. 94)

Ao patrono deve-se honra, trabalho, vantagem,  
Que proveja, comande, defenda, o necessitado seja alimentado.” (tradução nossa)

A instituição do Padroado conduziria, entretanto, com o tempo, a graves desvios de suas finalidades precípuas, a verdadeiros abusos. Os padroeiros passavam a interferir em questões internas da Igreja, usufruíam de rendas dos mosteiros, das paróquias, cobravam tributos do clero etc. O Concílio de Trento iria, assim, diminuir sua amplitude. Deixaria, porém, subsistirem os padroados régios e os concedidos por “causa onerosa”.

Assim, aos reis de Portugal e da Espanha, os primeiros a colonizar as terras remotas da África, da Ásia e da América seria concedido o Padroado e, assim, a eles incumbia o dever ou assistia o direito de evangelizar seus povos. Os reis da Espanha, Fernando e Isabel, foram designados pelo Papa Alexandre VI, em bula de 4 de maio de 1493, *Vicarii Christi* para os países americanos recém-descobertos. Declararam eles e todos os seus sucessores que a conversão dos indígenas constituía o alvo principal que perseguiram na América.

Com efeito, até o final da Idade Média sustentou-se a ideia de que os papas eram os senhores universais das terras possuídas pelos que não eram súditos da Igreja. Assim, por concessão pontifícia, D. Manuel I recebeu o título de “Senhor da Guiné” e de “Senhor da navegação, conquista e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Segundo João de Barros (*apud* SILVA REGO, op. cit., p. 98), a explica-

ção de tal concessão deve-se procurar “nas muitas e grandes despesas que nestes reynos eram feitas” .

O Padroado do Oriente e da América significava o poder de nomear bispos, de comandar a faina catequética e missionária. Nos primeiros versos de “Os Lusíadas”, Camões afirma cantar também:

...a memória valerosa  
daqueles reis que foram dilatando  
a fé e o império e as terras viciosas  
de África e Ásia andaram devastando. (Canto I, 2)

Assim, a empresa missionária, embora levada a efeito por uma instituição supranacional, que é a Igreja, assume o caráter nacional: no Império Espanhol atuavam missionários espanhóis ou de províncias religiosas espanholas (antes que se criassem, em ultramar, as províncias religiosas locais) e no Império Português atuavam missionários portugueses ou vinculados às províncias portuguesas das ordens religiosas. São célebres, com efeito, os casos de S. Francisco Xavier e do Pe. Tomás Estêvão, missionários jesuítas da Índia. O primeiro era espanhol; e o segundo, inglês. Ambos, contudo, foram grandes fautores da difusão da língua portuguesa no Oriente. S. Francisco Xavier escreve e faz com que se escreva em português. Ele a si próprio se denomina português e trata *El Rey* de Portugal como “nosso senhor”. Já o Pe. Tomás Estêvão, autor de gramática da língua konkani, aporuguesou seu próprio nome e baseava-se na pronúncia portuguesa para fazer transcrição naquele idioma. Segundo Cortez Pinto (1948, p. 369), “tão zeloso era o Pe. Estêvão do portuguesismo missionário que à hora da morte ainda acautelava os portugueses contra a admissão de estrangeiros no Estado da Índia”.

Assim, a obra missionária assume, desde o século XVI, um caráter nacional. Frágeis seriam, com efeito, os vínculos do clero com a hierarquia romana, vaticana.

O Padroado teve o condão de resgatar o sentido missionário da Igreja. Até o século XVI as missões ocupavam, segundo Silva Rego (op. cit., p. 99),

um lugar manifestamente inferior na vida católica européia. Não existia mesmo o conceito de “missão” no seu atual significado. Falava-se bastante na conversão de judeus e de sarracenos, mas o resto eram pagãos, paganos, palavra muito vaga ainda.

Com os descobrimentos, as fronteiras do mundo conhecido alargaram-se imensamente. A premente necessidade de evangelização das novas terras descobertas compeliu a Igreja a recorrer ao poder dos monarcas dos Estados nacionais emergentes com o fito de viabilizar tal projeto, que demandava largos recursos materiais (dentre os quais, o controle de uma tecnologia náutica, sem a qual os missionários não poderiam atravessar os oceanos, ainda pouco singrados e repletos de perigos).

Dessarte, de Igreja europeia ou cingida às plagas mediterrâneas, a Igreja converteu-se, com os Grandes Descobrimientos, em Igreja missionária, universal, “katholikê”. Nunca o mandamento de Cristo “*Ite et evangelizate omnes gentes*” fora tão amplamente cumprido, de guisa que, do Japão ao Brasil, da Índia ao Peru, os missionários católicos estariam presentes desde o século XVI, mudando a conformação cultural e religiosa do mundo.

Se a evangelização dos novos continentes era mister delegado aos reis patronos, e se os primeiros que se lançaram à aventura do Atlântico, do Índico e do Pacífico foram os reis ibéricos, patente fica que o século XVI foi dominado pelas missões portuguesas e espanholas.

Desse modo, as gramáticas das línguas exóticas dos séculos XVI e da primeira metade do século XVII foram vasadas quase todas nas línguas portuguesa e espanhola. Foi esse o mais impressionante

momento da universalização da cultura ibérica pelo mundo. Aos ibéricos coube a primazia de gramaticalizar, pela primeira vez, dezenas de línguas do mundo, dentre as mais faladas então. Isso demonstra cabalmente, conforme afirmara Nebrija em 1492, que a língua é a companheira do Império e, completariamos, de um império temporal e não espiritual. Não fosse assim, as gramáticas das línguas exóticas, sendo destinadas a missionários, deveriam ser publicadas em latim, a língua da Igreja e não nas línguas dos novos impérios coloniais emergentes, como ocorreu de fato. Estando à testa da obra de evangelização, os monarcas patronos impuseram aos missionários as línguas dos novos impérios coloniais que regiam.

Assim, ainda hoje em Malaca, na língua crioula, a expressão que traduz “língua portuguesa” é *pappyá kiristan*, isto é, “falar cristão”, enquanto nas ilhas malásias o português é chamado *linguagem nazarena*. Menciona, por outro lado, Cortez Pinto (1948, p. 375) que “por todo o Indústão [...], em dioceses há tanto tempo afastadas da influência temporal do Estado, se perguntarem a um índio do domínio inglês que religião professa, ele responde muito naturalmente: católico apostólico romano *português*”.

## 3.2. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS AFRICANAS E ASIÁTICAS

### 3.2.1. A África

Antes mesmo de empreenderem a conquista do Atlântico, Portugal e Espanha já haviam vivenciado a poliglossia dentro de seu próprio território, onde o hebraico era usado pelos numerosos judeus lá estabelecidos, e o árabe era ainda falado pelos moçárabes e pelos seus imediatos descendentes, língua da qual não se apartariam facilmente.

Com a tomada de Ceuta, em 1415, iniciava-se a gesta portuguesa na África, o que redundaria nos contatos cada vez mais intensos com as realidades linguísticas do continente. Somente, em 1498.

Portugal abria o caminho para a Ásia pelos grandes oceanos. Desse modo, quase todo o século XV seria uma época de relações intensas entre Portugal e a África e de conhecimento das novas línguas ali deparadas. Com efeito, além do árabe, que já era conhecido por muitos navegadores, as línguas berbere, a guineense, a mandinga, as línguas do ramo kafir-zumbo, o quimbundo e muitas outras passaram a ser conhecidas por navegadores, comerciantes e religiosos portugueses. Reconhece Fonseca (1940, p. 159) que

[...] por intermédio da grande legião dos portugueses conhecedores das línguas indígenas (i. e., da África), e por conseguinte, superiormente aptos a se relacionarem com os naturais dessas novas regiões encontradas, é que a velha civilização européia tomou conhecimento das particularidades geográficas e etnográficas de imensos territórios que se ignoravam.

Contudo, se as línguas africanas passaram a ser mais bem conhecidas desde a quarta década do século XV, quando o Infante D. Henrique encetou seu grande empreendimento náutico, foi somente no século XVII, em 1659, que foi impressa a primeira gramática de uma língua africana, o kikongo. Intitulava-se ela *Regulae quaedam pro difficillimi Congresium idiomatis faciliori captu ad gramaticae normam reductae*. A gramática foi publicada em Roma e seu autor era o Pe. Jacinto Brusciotto di Vetralla. Segundo Alexandre (1967, p. 30):

É uma obra notavelmente avançada para seu tempo, malgrado esse título incontestavelmente de época e tanto mais moderno, se assim se pode dizer, (se se considerar) que o Pe. Brusciotto não parece jamais ter posto os pés no Congo, mas, antes, escreveu sua obra a partir das observações, traduções, compilações de vocabulários etc., de missionários que trabalharam no local.

É pasmoso, com efeito, o atraso com que uma língua africana era gramaticalizada. Se já havia mais de duzentos anos que os europeus frequentavam as costas africanas, se em 1498 todo o contorno do continente era conhecido, quando Vasco da Gama realizou seu périplo, se as línguas africanas eram faladas desde o século XV pelos agentes da expansão portuguesa no continente, por que se procrastinaria tão largamente a gramaticalização das línguas da África? É mister que saibamos, outrossim, que dezenas de gramáticas de línguas ameríndias (conforme adiante se verá) e de línguas asiáticas já estavam publicadas, quando a primeira gramática de uma língua africana veio ao prelo.

A explicação do fato parece-nos fácil: que outro continente teve sociedades inteiras emigradas à força pelo tráfico de escravos? E qual foi o estatuto que a antropologia dos séculos XV e vindouros concedeu ao negro africano? A escravidão negra representava, com efeito, descompromisso com o estudo científico do continente, a negação das culturas autóctones.

A migração forçada de imensos contingentes de africanos para a América e também para a Europa deslocaria para outros continentes o empenho missionário de conversão dos negros escravos. Nesse sentido, há que se aludir às gramáticas de línguas africanas escritas na América. Um exemplo bem ilustrativo desse fato foi a “*Arte da Língua d’Angola*”, do jesuíta Pedro Dias, publicada em 1698, que incidia sobre uma língua geral africana do Brasil, o quimbundo, e que colimava a catequese dos escravos. Embora publicada em Portugal, a gramática de Pedro Dias foi escrita no Brasil, tendo sido a primeira gramática daquela língua africana publicada no mundo.

Tais fatos e quejandos outros dão-nos a vislumbrar o grau de desestruturação que a migração forçada dos negros africanos engendrava, não se justificando, pois, a publicação de gramáticas numa situação de tal instabilidade social. Bem ressalta Alexandre (1967, p. 30, tradução nossa) que

o estudo científico do Continente Negro não foi empreendido, quase nada, com efeito, senão com o desenvolvimento do movimento anti-escravagista que lhe está estreitamente ligado; num certo sentido, filantropos e filósofos têm necessidade, para justificarem suas campanhas humanitárias, de provar não somente a dignidade, mas, mesmo, a simples humanidade do homem africano.

A ideia da “ineducabilidade” do homem africano, da sua bruteza e inaptidão a uma “verdadeira cultura” emanava da pena de muitos missionários e colonizadores, com evidentes reflexos sobre a produção de textos catequéticos, que foi pequena no continente negro. Em 1637, segundo nos informa o Pe. Franco sobre o Congo (*apud* CORTEZ PINTO, 1948, p. 328):

[...] os jesuítas, depois de sacrifícios sobre-humanos, vêem-se forçados a retirar elucidados e desiludidos [...] por ser o clima tão doente que entrar nele e morrer distavam muito pouco: as gentes tão bárbaras que parecia não se ter dado por achada com eles a natureza humana, de que apenas mostravam ter uma feições em tudo grosseiras.

Há notícias, contudo, de publicação de literatura religiosa nas línguas africanas nos séculos XVI e XVII: em 1560 era publicado, em Goa, um *Tratado* dedicado aos abissínios pelo Pe. Gonçalo Rodrigues. Em 1624 e 1629, são publicados, respectivamente, uma *Doutrina Cristã* e um livro de orações. Em 1661, o Pe. Antônio do Couto, natural da capital do Reino de Angola, publica um *Catecismo em três línguas: Português, Latim e Angolano*. Em 1642, é publicada em língua e caracteres abexins (da Etiópia) a *Magseph Assetat sive Flagellum Mendaciorum*, do Pe. Antônio Fernandes. Essa obra foi publicada na Índia. Também na Índia foi publicada em língua e caracteres abexins, pelo mesmo autor, a *Vida da Virgem Santíssima*, em 1652.

Cortez Pinto (op. cit.) dá-nos notícia de várias obras escritas na Abissínia que não vieram ao prelo: os jesuítas Antônio Fernandes e Pero Pais traduziram o Evangelho para o abexim e verteram para o geez (outra língua da Abissínia) os comentários da Sagrada Escritura. Por volta de 1614, os padres Luís de Azevedo e Francisco Antônio Angelis “ocupam-se a trasladar alguns livros nossos na língua da terra” (i. e., da Abissínia). (op. cit., p. 350). Seriam interpretações dos Evangelhos, de Epístolas e do Apocalipse. Em 1626, o Patriarca Afonso Mendes escreveu um *Catecismo* em língua abexim, que o *Negus* da Etiópia chamaria de *Bran Hamayot* (“Luz da Fé”). Na segunda década de 1600, o Pe. Luís d’Azevedo compôs uma *Gramática Amhárica*, que foi a primeira da língua da Etiópia, traduzindo também o Novo Testamento, em colaboração com Luís Cordeiro.

### ∴ 3.2.2. A Ásia

A descoberta do caminho oceânico para a Ásia poria o homem europeu em contato direto com outras realidades linguísticas sem os óbices antes apresentados pelos muçulmanos aos que se abalançassem a atravessar seus territórios para chegar ao Extremo-Oriente e à Ásia das Monções. A Ásia que o homem medieval conhecera não passava do Oriente Próximo e da Anatólia. Os Grandes Descobrimentos desvendariam a Índia, a China, o Japão, a Indochina aos olhos dos europeus, impelindo-os a seus territórios através dos oceanos.

A primeira corporação religiosa a missionar a Ásia foi a franciscana. Foram os franciscanos, seguidos pelos dominicanos e agostinianos, quem sustentaram e impulsionaram, nos primeiros tempos, a evangelização no Oriente. Segundo uma estatística referente a meados do século XVI, publicada pelo Arcebispo Amorim Pessoa (*apud* BAIÃO *et alii*, 1939, p. 190), naquela época.



[...] os franciscanos tinham no Oriente 14 conventos, 16 colégios, 3 hospícios, 237 reitorias ou residências-paróquias. Vários documentos da segunda metade desse século calculam em cerca de 500 o número de franciscanos filiados na custódia de S. Tomé, dependente da província de Portugal. Outros franciscanos missionavam no Oriente: da província de Piedade; espanhóis provenientes das Filipinas; algum italiano, como Fr. João Baptista, que se distinguiu em Malaca, Macau e na China; franceses como Fr. Pedro Bonfer, antigo doutor parisiense e seu companheiro Fr. Pedro Pascázio, que de 1557 a 1560 evangelizaram no Pegu.

É preciso, por outro lado, dizer que, na gramaticalização das línguas asiáticas no Renascimento, avultaria sobremaneira o papel da última ordem da Igreja e de seus membros, os maiores humanistas da Idade Moderna: os jesuítas. Com efeito, ao depararem os europeus sociedades cultas, letradas, com tradição gramatical muito antiga como eram, no século XVI, a sociedade chinesa, a indiana e a japonesa, era mister larga formação humanística e científica para estabelecer o diálogo religioso com tais sociedades exóticas. Tal foi o múnus que foi incumbido à Companhia de Jesus. As primeiras gramáticas publicadas das línguas do Japão, da Índia e da Indochina seriam da lavra de jesuítas, o que não ocorreu na América, onde o papel daquela ordem religiosa na publicação de gramáticas das línguas ameríndias só seria importante a partir do final do século XVI (e a *Arte* do Padre Anchieta seria, em 1595, a primeira delas).

Dessarte, a história da gramaticalização das línguas asiáticas pelos europeus confunde-se com a história da Companhia de Jesus.

### ∴ 3.2.2.1. O Japão

O primeiro missionário cristão a arribar ao Japão foi S. Francisco Xavier, em 1549. Nas primeiras décadas da presença jesuíta no país, a obra missionária vingava prosperamente. Ao morrer Xavier, em 1582,

havia 200 000 convertidos e 250 igrejas católicas no país. O ingresso de nipônicos na Companhia de Jesus era, também, significativo.

No Japão, o primeiro a escrever uma *Arte da língua japonesa* foi o jesuíta português Duarte da Silva, que faleceu naquele país em 1564. O Pe. Luiz D'Almeida (*apud* FREITAS, 1904, p. 767) disse que “*elle envẽtôu a arte de Japão e fez vocabularios da lingoa muy copiosos*”. Informa o mesmo jesuíta que o Pe. Duarte da Silva “*veo não somẽte alcançar as letras do Japão, mas as da China, que sam muyto difficultosas*”. A *Arte da lingoa japonesa*, do Pe. Duarte da Silva, não chegou, contudo, a ser impressa. Foi, porém, de grande valia para os europeus que demandavam o Japão nas primeiras décadas dos contatos com a Europa.

Outro jesuíta que escreveu uma *Grammatica da Língua Japoneza* foi João Fernandez, falecido no Japão em 1567. Segundo informou o Pe. Luiz Froes, em carta de 3 de outubro de 1564 (*apud* FREITAS, 1905, p. 128, grifos nossos):

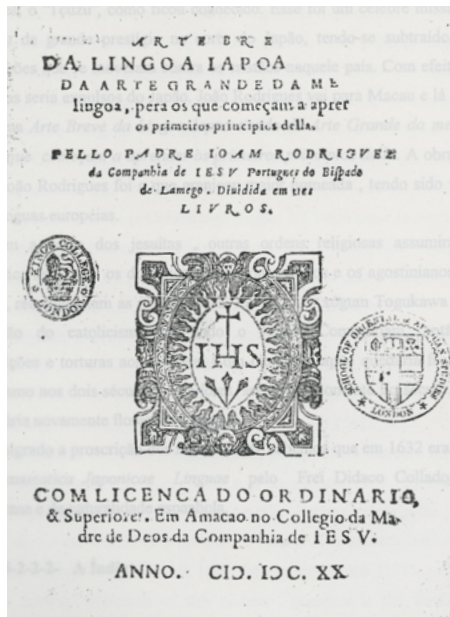
Por em Iapão até agora não aver arte conforme a ordem que tem a latina por onde se padecia detrimento no aprender da lingoa, determinou o irmão Ioão Fernandez (por então ter algũ vagar & desposição pera se occupar nisso) de a fazer com suas conjugações, prae-téritos, sintaxi e mais regras necessária cõ dous vocabularios por ordẽ do alfabeto, hũ que começa em português & outro na mesma lingoa.

Pela leitura do passo supracitado, pode-se verificar o caráter didático do modelo latino, que João Fernandez aplicou para o japonês. A falta de *Arte*, “conforme a ordem que tem a latina”, dificultava a aprendizagem da língua japonesa, e a gramática de Fernandez vinha suprir aquela falta.

Em 1594, é vertida para o japonês parte da gramática latina do Pe. Manuel Álvares. Ela é conhecida como a *gramática japonesa do Pe. Manuel Álvares*, mas é, na verdade, somente a versão da parte re-

lativa aos verbos, não tendo sido aquele insigne jesuíta o autor da versão, mas, sim, algum de seus correligionários no Japão. A obra, intitulada *Emmanuelis Alvari e Societate Iesu de Institutione Grammatica Libri Tres / Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica (in Collegio Amacusensi Societatis Iesu cum facultate superiorum / Anno MDXCIII)*, insere as conjugações em latim, japonês e português em três colunas, além de sentenças e frases japonesas, com explicações sobre sua sintaxe, e citações de Confúcio.

Em 1604, viria ao prelo a *Arte da lingoa de Japam*, composta pelo Padre João Rodrigues, o “Tçuzu” (*Intérprete*), como ficou conhecido. Esse foi um célebre missionário que desfrutou de grande prestígio na corte do Japão, tendo-se subtraído, assim, às perseguições que se moveram contra os cristãos naquele país. Com efeito, em 1610, os jesuítas seria expulsos do Japão. João Rodrigues vai para Macau e lá publica, em 1620, uma *Arte Breve da Lingoa Iapoa tirada da Arte Grande da mesma lingoa pera os que começam a aprender os primeiros principios della*. A obra gramatical do Pe. João Rodrigues foi a que granjeou maior nomeada, tendo sido vertida para outras línguas europeias.



Com a saída dos jesuítas, outras ordens religiosas assumiram a faina catequética no Japão: os dominicanos, os franciscanos e os agostinianos. Em 1613, contudo, recomençariam as perseguições. Em 1614, o xógum Togukawa decretava a proscrição do catolicismo em todo o Japão. Começariam, então, grandes perseguições e torturas aos cristãos. Com efeito, o Japão quedaria fechado para o cristianismo nos dois séculos posteriores, sendo que, somente no século XIX, a obra missionária novamente floresceria no país.

Malgrado a proscrição dos missionários, sabemos que em 1632 era publicada a *Ars Grammatica Japonicae Linguae* pelo Frei Didaco Collado, da ordem dominicana e de naturalidade espanhola.

### ∴ 3.2.2.2. A Índia

A complexa realidade linguística da Índia foi vivida pelos europeus desde 1498, com a chegada de Vasco da Gama àquele país. Os franciscanos e os dominicanos foram os primeiros religiosos a chegar, logo seguidos pelos jesuítas e pelos agostinianos. A obra missionária estava, fundamentalmente, sob o patrocínio de Portugal, que enviava missionários vinculados às províncias portuguesas daquelas ordens religiosas supramencionadas, embora a Santa Sé, reconhecendo a insuficiência dos recursos de Portugal para catequizar país tão vasto, passasse a nomear vigários apostólicos.

Gramáticas das principais línguas do país desde as primeiras décadas do século XVI passaram a ser escritas, tendo a Companhia de Jesus papel proeminente nesse mister. Outras ordens religiosas também contribuíram nisso. Informa-nos David Lopes (*apud* CORTEZ PINTO, 1948, p. 360) que o Frei Manuel da Assumpção escreveu uma *Gramática Bengala com um Vocabulário Português-Bengala e Bengala-Português*. Os primeiros, porém, a publicar livros, gramáticas inclusive, na Índia, seriam os jesuítas. Em 1598, o Pe. Enríquez publicou uma *Gramática Bengali*. Literatura catequética foi publicada logo

depois: o *Catechismus in modum dialogi* e o *Tractatus quo Catholicae Fidei Capita Explanantur*, do Padre Francisco Hernández. Em 1632, o Padre Diego de Rivero traduziu para o bengali o *Catecismo* do Cardeal Belarmino e o *Flos Sanctorum*, do Pe. Rivadeneyra.

A primeira gramática da língua malabar foi escrita pelo jesuíta Henrique Henriques. É a *Arte da língua malabar em português*, composta por volta de 1548-49. Ele também teria traduzido para aquela língua a *Cartilha da Doutrina Cristã*, de Marcos Jorge, S. J., publicada em Lisboa em 1561.

Já a língua konkani foi gramaticalizada pela primeira vez pelo jesuíta Thomaz Estêvão, que chegou a Goa em 1579 e aí morreu em 1619. Também do Padre Thomaz Estêvão é a *Arte da Lingoa Canarim..., acrescentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Cõpanhia e novamente revista & emendada por outros quatro padres da mesma Companhia*, de 1640. Informa-nos Boxer (1975, p. 83, tradução nossa) que "...a Arte da Lingoa Canarim dessa gramática pioneira é a forma konkani do marathi."

As gramáticas do sânscrito tardariam a aparecer. A primeira a ser publicada foi a do carmelita alemão Johann Philip Wesdin (conhecido também por "Paulinus a Santo Batholomeo"), em 1790. Os jesuítas Roberto de Nobili e Heinrich Roth foram, contudo, no século XVIII, grandes entusiastas do estudo do sânscrito. Roth foi o primeiro a dar informações sobre o alfabeto dessa língua, que foram publicadas por Athanasius Kircher, em 1667, na obra *China Illustrata*.

O estudo do sânscrito, com efeito, levaria à célebre descoberta da origem comum dessa língua, do latim e do grego. Em 1767, o Pe. Coeurdoux enviou para a França uma memória intitulada *Donde vem que na língua sanscritica se ache um tão grande número de palavras que lhe são comuns com o latim e o grego, sobretudo com o latim?* (apud COUTINHO, 1972, p. 17).

### ⋮ 3.2.2.3. A Indochina

Os primeiros missionários chegaram à Indochina no século XVI. Dominicanos e franciscanos portugueses e espanhóis tentaram fundações missionárias no Camboja e na Cochinchina. As contínuas guerras, especialmente entre o Sião e o Camboja, impediram, contudo, a estabilidade das missões. Somente em 1615 iniciou-se a obra missionária dos jesuítas. Esses estabelecem-se em 1615 na Cochinchina e, em 1626, no Tonquim. Conseguiram, apesar das esporádicas expulsões e perseguições, implantar o Cristianismo. O fundador e apóstolo da Igreja anamita foi o jesuíta Alexandre Rhodes. Esse atingiu grande conhecimento da língua anamita e a ele atribui-se a invenção do *quoc-ngu*, isto é, a adaptação do alfabeto romano à língua vietnamita. Ele publicou um *Dictionarium Annamiticum-Lusitanum-Latinum*, em 1651.

### ⋮ 3.2.2.4. A China

A penetração ibérica na China começou no ano de 1518, quando D. Manuel I de Portugal enviou uma embaixada ao imperador daquele país, dirigida por Tomé Pires. A embaixada, contudo, malogrou completamente e somente nos anos oitenta do século XVI é que a presença dos missionários na China seria significativa. Isso foi obra de um escol de jesuítas eruditos que deslumbraram a aristocracia chinesa com seus conhecimentos de Astronomia, Matemática e Cartografia. O Padre Matteo Ricci, a que já fizemos menção anteriormente, o Pe. Schall von Bell (1592-1666), o Pe. Verbiest (1623-1688) e muitos outros, são exemplos de eruditos que buscavam criar espaços para a evangelização da China por meio de suas obras científicas.

No que tange à gramaticalização do chinês pelos missionários, não se conhecem, nos séculos XVI e XVII, obras gramaticais publicadas. É crível que tais gramáticas deveriam circular em cópias manuscritas. Com efeito, sendo ínfimo o número de convertidos ao Cristianismo

na China dos séculos XVI e XVII e sendo a obra missionária naquele país levada a efeito por eruditos cientistas, não fazia sentido, com efeito, a publicação de gramáticas, que era um gênero de obra voltado primordialmente para simples missionários. Ao contrário, grande parte do que foi publicado na China naqueles dois séculos pelos missionários voltou-se para os próprios chineses e não tinha caráter religioso, mas visava a chamar a atenção para a cultura europeia para, desse modo, buscar interessar os chineses pela religião cristã. Temos notícia, contudo, por meio de Viñaza (1892, p. VI) de que o Frei Martin de Rada, franciscano, escreveu uma *Arte* e um Vocabulário da língua chinesa.

### ∴ 3.3. A IMPRENSA MISSIONÁRIA NO ORIENTE

Em 1556, instalava-se a imprensa missionária em Goa, na Índia. Em 26 de novembro de 1559 escrevia ao Padre Geral da Companhia de Jesus o Patriarca Nunes Barreto, acerca de um impressor jesuíta de Goa:

[...]Fez aqui moldes e matrices e o mais artificios de punções e outras cousas de letra redonda [isto é: impressa] e da letra que corre em os reinos do Preste e em que tem escriptos seus livros que eu prezo muito para compormos nella doctrinas cristãas, confessionários e outros livros necessários; porque tam larga terra não se poderá doutrinar senão com muitos livros impressos na sua lingoa, que mandarei laa imprimir na impressão que aqui tenho pera levar. (*apud* WICKI, 1956, p. 564, grifos nossos)

Dois fatos de notável relevância revelam-se da leitura do passo supramencionado. Em primeiro lugar, imprimia-se na própria Índia e para indianos, nas próprias línguas do país e em suas próprias letras. Em segundo lugar, considerava-se que a doutrina deveria ser transmitida com livros impressos nas línguas da Índia. As publicações su-

cedem-se constantemente, bilíngues, “*nas línguas canarim, tamil, malabar, brâmana, marasta, brâmana vulgar, concanim...*” (*apud* CORTEZ PINTO, op. cit., p. 368).

Tais publicações de que se tem conhecimento foram de oito tipografias diferentes, tipografias essas que imprimiram livros não só para a Índia (onde o Colégio de São Paulo de Goa recebeu alunos de várias partes do Oriente), mas para outras regiões da Ásia e até para a Abissínia.

O mesmo ocorreria no Japão e na China: as obras de João Rodrigues, o Tçuzu, foram impressas em Nagasaki e em Macau, como consta do frontispício das mesmas.

Em 1587, o jesuíta Alexandro Valignano escrevia a Dom Theotonio de Bragança, arcebispo de Évora (*apud* BOXER, 1975, p. 350):

Quanto ao parecer que Vossa Senhoria tem que em Japão não se introduzão livros de hereges, e de gentios que fallem em ritos (mitos?) he tão acertado, e conueniente a Japão, que fora mui grande erro fazer-se outra cousa, por onde não somente se tem prohibido isso, mas ainda se tem dado ordem que os meninos todos de seminarios não estudem por outros livros, que por mui sanctos, e catholicos, nos quaes de tal maneira aprendão o latim, que embebão juntamente os preceitos, e virtudes Christãs, e aborreção os vicios, e ainda a Philosophia, e Theologia que lhe hão de ensinar, ha de ser ao menos por muito tempo sem se lhe tratar de diversidades de opiniões erroneas, e controversias, mas dando somente a doutrina bem dirigida, e bem fundada de nossa fé Catholica, porque nem ainda os nossos livros, posto que sanctos, se hão de meter sem escolha entre os Japões, nos quais se tratão de reprovar as heregias, e outros abusos que às vezes na Christandade de Europa correm, e por isto tenho mandado vir impressão que levo comigo a Iapão pera



inprimirmos os livros lá purgados, e alinhados quaes convem a Iapão.

Em 1590, a imprensa instalou-se no Japão, inicialmente em Katsuka (1590-92), depois em Amakusa (1592-98) e, então, definitivamente, em Nagasaki. A atividade tipográfica seria, desde então, muito intensa naquele país. A primeira obra a ser impressa foi um *Flos Sanctorum*, de autoria de jesuítas, com caracteres latinos em língua japonesa: *Sanctos no go sagvio no uchi nuquigaqui* (“Um excerto da obra dos santos”) (KATSUSA, 1591). No ano seguinte, publicava-se o célebre Catecismo do Pe. Luís de Granada: *Fides no doxi to xite P. F. Luis de Granada amaretaru xo no riacu* (“Um resumo da obra legada por P. F. Luis de Granada como um guia da fé”) (AMAKUSA, 1592).

Inicialmente, os jesuítas publicaram com tipos latinos, mas logo passaram a fabricar e a estampar tipos japoneses e já em 1598 estava publicado um dicionário com os caracteres japoneses. Em carta de 1594, o Pe. Passio informava (*in* BOXER *apud* CORTEZ PINTO, 1948, p. 410):

Estão agora a imprimir a gramática do Pe. Manuel Alvarez na língua portuguesa e japoneza e logo que a tivermos acabado começaremos com um Calepino em Português e Japonês para que os japoneses possam aprender Latim e nós, os europeus, Japonês.

Até 1614, os prelos japoneses publicariam incessantemente. São impressas em japonês as *Éclogas* e *As Bucólicas* de Virgílio, as *Fábulas* de Esopo, além de vocabulários, catecismos, livros de doutrina, cartilhas, calendários, mapas etc. A primeira *Doutrina Cristã*, impressa em 1592, de autoria de Dom Theotônio de Bragança, arcebispo de Évora, intitulava-se *Nipponno Jesus no Companhia no Superior yori Christan ni soto no cotouari uo tagaino mondo no gotoqu xidai uo vacachi tamo Doutrina*. (“Uma doutrina do superior da Companhia de Jesus

do Japão para se compreenderem as verdades adequadas a cristãos, na forma de perguntas e respostas”).

Em 1588, a imprensa foi introduzida em Macau. Foi a primeira tipografia existente no Império Chinês. Daquele ano é a obra *Christiani pueri Institutio adolescentiaeque perfugium*, do jesuíta João Bonifácio, que foi a primeira obra saída de seu prelo. Contudo, existem obras anteriores àquela data. Isso porque os jesuítas usaram o primitivo processo da xilografia (ou das éneas formas) que é muito antigo na China. Matteo Ricci, por exemplo, não publicou suas obras em Macau, que se achava espiritualmente desligada do resto da China. Ligados às elites chinesas, Matteo Ricci e muitos dos outros jesuítas astrônomos que de tanto prestígio desfrutaram no Império Chinês, publicaram, segundo o que é mais crível, em oficinas chinesas. Se não tiver sido assim, então os jesuítas teriam montado oficinas de xilografia antes de introduzir a tipografia propriamente dita na China.

Dessarte, Portugal facultaria às missões de seu padroado no Oriente imprimir suas próprias obras, o que nunca ocorreria na América Portuguesa, que foi, no dizer de Hoornaert (1981, p. 22) “*uma civilização sem livros*”. Com efeito, toda a obra gramatical e catequética escrita no Brasil no período colonial seria publicada em Portugal. Dois fatos talvez expliquem tais diferenças entre o Brasil e o Oriente: as distâncias entre o Brasil e Portugal eram bem menores e, ademais, no Brasil não existiam sociedades letradas às quais se pudesse dirigir uma literatura escrita em línguas locais, como ocorreria na China, na Índia e no Japão.

Nessa tarefa de introduzir tipografias no Oriente, foi à Companhia de Jesus que coube papel primacial. Se, antes mesmo de ser fundada a Companhia de Jesus, as outras ordens religiosas (os franciscanos, os dominicanos, os lóios, os trinos) e os padres seculares já missionavam o Oriente, tendo, inclusive, escrito gramáticas de línguas asiáticas, foram os jesuítas os que primeiro imprimiram livros naquela parte

do mundo. Muitas gramáticas doutras ordens religiosas permaneceriam manuscritas e jamais viriam ao prelo. Segundo Cortez Pinto (op. cit., p. 371), que trata da imprensa missionária na Índia, “[...] Destes livros didáticos, gramáticas e vocabulários bilíngues, muitos ficariam por publicar, servindo nos Colégios dos Jesuítas e dos Franciscanos (de quem não se conhece publicação alguma...).”

Em 1754, o Marquês de Pombal proibiu a existência de tipografias na Índia. O quadro II mostra quanto se publicara na Índia ou de línguas da Índia até aquele ano. Devemos, contudo, levar em conta que muitas obras desapareceram.

#### QUADRO II

##### BALANÇO EDITORIAL DE PUBLICAÇÕES CONHECIDAS FEITAS NA ÍNDIA OU SOBRE LÍNGUAS INDIANAS ANTES DE 1754

-Edições em língua portuguesa	16
-Bilíngues e em vários dialetos orientais	24 ou 27
-Em língua e caracteres malayáiam	1
-Em língua e caracteres abexins	2
-Bilíngue em português e tAMIL, impressa em Portugal	1
-Impressas em Portugal em línguas indianas	4 ou 6
-Tradução de língua indiana para o português	1

(In Cortez Pinto, op. cit., p. 371-372)

Assim, existem de 25 a 28 publicações bilíngues, cerca da metade das que são conhecidas. Referências há também a edições que jamais foram encontradas.

### 3.4. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS AMERICANAS

Excetuando-se o território da Groenlândia, que foi convertido ao Cristianismo já no século XI (a diocese de Gurdar foi erigida em 1112), a América passou a receber missionários somente a partir

de 1492, ano de sua descoberta por Colombo. A missão da América Latina e na América Anglo-Saxônica. A evangelização da América Latina foi marcada pela instituição do Padroado, a que já aludimos anteriormente. Já na América Anglo-Saxônica, além de não existir tal instituição, o Protestantismo foi sempre um óbice para a plena expansão das missões católicas. Por outro lado, deve-se lembrar que o início da colonização da América Anglo-Saxônica remonta somente ao século XVII, com a fundação de Quebec, em 1608, por Samuel Champlain, ao passo que, na América Latina, a presença de missionários é constatada desde 1492.

Com efeito, a gramaticalização das línguas americanas conheceu atraso considerável na América Anglo-Saxônica em virtude da tardia presença ali dos missionários. Segundo Cowan (*apud* AUROUX, 1984, p. 293), a primeira descrição gramatical publicada em inglês de uma língua indígena norte-americana foi a *Indian grammar begun*, de John Eliot, de 1666. Nela, Eliot descreve a língua massachusetts, uma língua algonquiana da Nova Inglaterra meridional, falada perto de Boston. Já na América Latina, a primeira gramática de uma língua indígena foi publicada mais de cem anos antes, em 1558 (*A Arte en Lengua de Michoacan*, do Frei Maturino Gilberti).

QUADRO III-GRAMÁTICAS CONHECIDAS DE LÍNGUAS DA AMÉRICA ESPANHOLA E PORTUGUESA, DOS SÉCULOS XVI E XVII, PUBLICADAS OU INÉDITAS (FONTE: VIÑAZA, 1892)

ANO DE PUBLICAÇÃO OU REDAÇÃO	TÍTULO	AUTOR E ORDEM RELIGIOSA	LUGAR DE PUBLICAÇÃO
1547	Arte de la lengua mexicana	André de Olmos-franciscano	manuscrito inédito
1558	Arte en lengua de Michoacan	Maturino Gilberti-franciscano	não consta

1560	Grammatica et Lexicon Linguae Mexicanae, Totonacuae et Huastecae	Andreas de Olmos – franciscano	México
1560	Artes de los idiomas chiapaneco, zoque, tzen-dal y chinanteco	Fray Francisco de Zepeda – franciscano	não consta
1560	Grammatica o arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru	Domingo de S. Thomas - dominicano	Espanha
1560	Arte del Idioma Maya	Padre Francisco Gabriel de San Buenaventura – franciscano	não consta
1564	Arte de la lengua Çapoteca	Juan de Cordova – dominicano	México
1571	Arte de la lengua Mexicana y Castellana	Alonso de Molina – franciscano	México
1574	Arte de la lengua de Michoacan	Fray Juan Bravo – franciscano	México
1574	Arte y dictionario con otras Obras en lengua Michuacana	Juan Baptista de Lagunas – franciscano	México
1576	Arte de la Lengua Mexicana y Castellana	Fray Alonso de Molina – franciscano	México
1578	Arte de la Lengua Mexicana	Alonso de Molina – franciscano	não consta
1578	Arte en lengua Zapoteza	Ivan de Cordova – dominicano	México
1586	Arte y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua y en lengua española	não consta	Peru

1590	Lexica et praecepta grammatica, item liber confessionis et precum, in quinque Indorum linguis, quarum usus per american australem, nempe puquinica, tenocotica, catamareana, guaranica, naxitaca sive mogasnana	não consta	não consta
1593	Arte en lengua Mixteca	Antonio de los Reyes – dominicano	México
1595	Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil	José de Anchieta - jesuíta	Portugal
1595	Arte Mexicana,	Antonio del Rincon–jesuíta	México
1598	Arte de la lengua Mexicana	Antonio del Rincón–jesuíta	México
1603	Grammatica Y Vocabulario en la lengua general del Peru, llamada Qichua y en la Lengua Española	não consta	não consta
1603	Arte y Grammatica muy copiosa de la lengua Aymara	Antonio Ludovico Bertonio–jesuíta	Itália
1603	Arte Breve De La Lengua Aymara	Ludovico Bertonio–jesuíta	Itália
1603	Grammatica y Vocabulario en la lengua Quichua, Aymara Y Española	Diego deTorres Rubio–jesuíta	Itália

<b>1606</b>	Arte y Gramatica general de la lengua que corre em todo el Reyno de Chile, con um Vocabulario y Confessionario	Luis de Valdivia – jesuíta	Peru
<b>1607</b>	Arte de lengua Mame	Hieronimo Larios–dominicano	México
<b>1607</b>	Gramatica y Arte Nueva de la lengua General de todo el Peru, llamada Qquichua, o lengua del Inca	Diego Gonzalez Holquin–jesuíta	Peru
<b>1607</b>	Arte y gramatica brebe de la lengua allentiac, que corre en la ciudad de S. Juan De La Frontera provincia de Cuyo, jurisdiccion de Chile	Luis de Valdivia–jesuíta	Peru
<b>1607</b>	Arte de la gramatica de la lengua Zapoteca, conforme al que de la gramatica Latina escribió Antonio de Nebrija	Pedro Cueva–dominicano	México
<b>1608</b>	Arte, gramatica, vocabulario, catecismo y confessionario en lengua Chilena y en las dos lenguas Allentiac y Milcocayac, que son las mas generales de la provincia de Cuyo en el Reino de Chile y que hablan los Indios Guarpes y otros	Luis de Valdivia – jesuíta	não consta

<b>1608</b>	Arte y Gramática copiosa de la lengua Aymara	Ludovico Bertonio–jesuíta	Itália
<b>1612</b>	Arte de la lengua Aymara con una sylva de Frasis de la misma lengua y su declaracion en romance	Luis Bertonio – jesuíta	Peru
<b>1614</b>	Arte y Vocabulario en la lengua general del Peru, llamada Quichua y en la lengua española	não consta	Peru
<b>1614</b>	Arte y pronunciacion en la lengua timuquana y castellana	Francisco Pareja -franciscano	México
<b>1616</b>	Arte de la lengua Aymara	Diego de Torres Rubio–jesuíta	Peru
<b>1616</b>	Arte de la lengua Quechua general de los Indios de este Reyno del Peru	D. Alonso de Huerta–não consta ordem religiosa	Peru
<b>1619</b>	Gramatica de la lengua general de Nuevo Reyno, llamada Mosca	Bernardo de Lugo–dominicano	Espanha
<b>1619</b>	Arte de la lengua quichua	Diego de Torres Rubio–jesuíta	Peru
<b>1621</b>	Arte da língua brasílica	Luís Figueira – jesuíta	Portugal
<b>1622</b>	Grammatica de la lengua general del Cuzco	Diego de Olmos – franciscano	Peru
<b>1638</b>	Arte doctrinal y modo para aprender la lengua Matlaltzinga	Miguel de Guevara–Ordem dos Eremitas de Divi Aurelli Augustini	não consta
<b>1640</b>	Arte Y Bocabulario de la lengua guaraní	Antonio Roiz de Montoya–jesuíta	Espanha



1640	Arte de la lengua Matlaltzinga mui copioso y assimismo una suma y arte abreviado	Diego Basalenque – dominicano	não consta
1642	Arte Mexicana	Diego de Galdo Guzmán – agostiniano	México
1644	Arte y Vocabulario en lengua Mame	não consta	México
1644	Arte de la lengua yunga de los valles del Opispado De Trujillo del Peru con un Confessionario y todas las Oraciones Christianas en la lengua y otras cosas	Don Fernando de la Carrera – não consta orden religiosa	Peru
1645	Arte de la lengua Mexicana con la declaracion de los adverbios della	Horácio Carochi – jesuíta	México
1647	Vocabulario breve y manual en la lengua de Michuacan	não consta	não consta
1648	Arte de la lengua general de los indios del Peru	D. Juan Roxo Mexia Y Ocon – leigo	Peru
1652	Arte Breve y Vocabulario de la lengua tzoque, conforme se habla en el pueblo de Tepatlan	Luis Gonzalez – dominicano	não consta
1655	Introduccion a la lengua de los indios Galibis, en el continente de las Indias Meridionales	Pe. Diego Pelleprat – não consta ordem religiosa	não consta
1662	Elementos de la Gramatica Mexicana	Don Antonio Tobar Cano Y Montezuma	México

<b>1673</b>	Arte de la lengua Mexicana	Agustin de Vetancurt–franciscano	México
<b>1675</b>	Arte Mexicano, con la instrucción del Confessionario i Administracion de los Sacramentos	Agustin de Vetancurt–franciscano	não consta
<b>1680</b>	Arte yBocabulario de la lengua de los indios chaymas, cumanagotos, cores, parias y otros diversos de la provincia de Cumana o Nueva Andalucia	Francisco de Tauste–capuchinho	Espanha
<b>1683</b>	Principios y reglas de la lengua cummanagota, general en varias naciones que habitan en la provincia de Cummana en las Indias Occidentales	Manuel de Yangués–franciscano	Espanha
<b>1683</b>	Compendio del arte de la lengua de los Tarahumares y Guazapares	Thomas de Guadalaxara–jesuíta	México
<b>1684</b>	Arte de la lengua Maya	Fray Gabriel de San Buenaventura–franciscano	México
<b>1687</b>	Arte de Grammatica da língua brasílica	Luiz Figueira – jesuíta	Lisboa
<b>1689</b>	Arte de la lengua mexicana	Don Antonio Vazquez Gaztelu – padre secular	México

1690	Arte de la Lengua de los Otomites, con todos sus diferentes dialectos	Don Francisco Puron–padre secular	manuscrito inédito
1691	Arte de la lengua general del ynga llamada Qquechhua	D. Estevan Sancho de Melgar–não consta ordem religiosa	Peru
1692	Arte de la Lengua Mexicana	Joan Guerra–franciscano	México
1693	Arte de la Lengua Mexicana	Don Antonio Vazquez Gaztelu – padre secular	México
1697	Arte de la Lengua Mame	Fray Hieronimo Larios–dominicano	México
1699	Arte de la Lengua Mexicana segun el Dialecto de los pueblos de la Nueva Galicia	Fray Juan Guerra–franciscano	México
1699	Arte de Grammatica da língua brasilica da Naçan Kiriri	Luis Vincencio Mamiani–jesuíta	Portugal
1699	Arte y Vocabulario de la lengua morocosi	não consta (obra de jesuíta)	Espanha

Alguns fatos evidenciam-se da análise do quadro precedente:

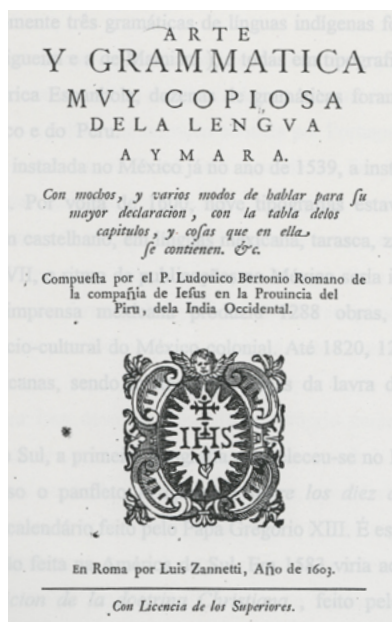
1. A participação da Companhia de Jesus e dos jesuítas na publicação das gramáticas de línguas americanas tornou-se importante somente no final do século XVI e no século XVII. O número de gramáticas escritas por membros de outras ordens religiosas foi expressivo naquele dois séculos.
2. A gramática tupi de Anchieta foi a primeira que teve autor jesuíta declarado (a *Lexica praecepta grammatica* de 1590 é, talvez, de autor jesuíta, porém desconhecido).

3. Além das gramáticas da língua tupi de Anchieta (1595) e Figueira (1621) somente a *Arte de grammatica da língua brasílica da Naçan Kiriri* do Pe. Luis Vincencio Mamiani, S.J., era de língua falada nos domínios portugueses na América. Todas as outras gramáticas publicadas naqueles dois séculos foram de línguas indígenas faladas dentro da América Espanhola.
4. As gramáticas das línguas indígenas faladas na América Espanhola foram, em sua maioria, publicadas na própria América, principalmente em Lima, "Ciudad de los Reyes" (Peru) e na Ciudad del Mexico, ao passo que as gramáticas de Anchieta, Figueira e Mamiani foram publicadas em Portugal.



5. Há um número pequeno de gramáticas escritas por padres seculares ou mesmo por leigos. Tal é o caso da *Arte de la Lengua Mexicana*, de 1689, de Antonio de Figueiroa.
6. Há maior número de gramáticas que versam sobre línguas indígenas do México e do Peru (nahuatl e quêchua).

7. Quase todas as gramáticas receberam o designativo de *Arte*, termo dessueto com relação às gramáticas latinas, gregas e hebraicas coevas e também raramente encontrado no título de gramáticas vernáculas daqueles dois séculos considerados.
8. Muito poucas gramáticas foram escritas em latim. A maior parte acha-se vasada em castelhano e somente três em português.



### 3.5. A IMPRENSA MISSIONÁRIA NA AMÉRICA

Fato que chama a atenção de quem se detém a observar um rol de publicações de gramáticas de línguas indígenas da América Espanhola e da América Portuguesa é a grande desproporção numérica entre elas. Da América Portuguesa, em todo o período colonial, somente três gramáticas de línguas indígenas foram publicadas (a de Anchieta, a de Figueira e a de Mamiani), e todas em tipografias portuguesas, ao passo que, na América Espanhola, dezenas de gramáticas foram publicadas e em tipografias do México e do Peru.

A imprensa foi instalada no México já no ano de 1539, a instâncias do bispo D. Juan de Zumárraga. Por volta de 1600, nove tipografias estavam em operação, publicando livros em castelhano, em línguas mexicana, tarasca, zapoteca, mixteca e maya. No século XVII, o ritmo de publicações no México seria impressionante. De 1601 a 1700, a imprensa mexicana produziu 1288 obras, o que reflete o desenvolvimento sócio-cultural do México colonial. Até 1820, 12.412 livros saíram de tipografias mexicanas, sendo muitos deles obras da lavra de missionários ou religiosos.

Na América do Sul, a primeira tipografia estabeleceu-se no Peru em 1582, ano em que foi impresso o panfleto *Pragmatica sobre los diez días del año*, que anunciava um novo calendário feito pelo Papa Gregório XIII. É essa, provavelmente, a primeira publicação feita na América do Sul. Em 1583 viria ao prelo o *Tercero catecismo y exposicion de la doctrina Christiana*, feito pelos jesuítas. Lima, “Ciudad de los Reyes”, foi, assim, no período colonial americano, o grande centro tipográfico da América do Sul. Até 1820, 3.948 livros saíram de seus prelos.

Na Bolívia atual, já existiam prelos em 1610 e, na Guatemala, desde 1660. Até 1800, 160 livros saíram de prelos guatemaltecos. Outras regiões da América (Argentina, Colômbia, Equador) conheceram a imprensa ainda no período colonial, no século XVIII.

Já no Brasil, a imprensa somente se instalaria no século XIX, em 1808, por iniciativa de D. João, príncipe regente. Houve duas iniciativas de instalação de tipografias no século XVIII, no Brasil, uma em 1706, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais, no Recife, e outra em 1746, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Governador Gomes Freire. Ambas as iniciativas foram *in conti-nenti* sufocadas pela metrópole portuguesa, que liquidou as oficinas tipográficas.

Resta-nos indagar as causas do contraste marcante entre a liberalidade aparente da Coroa Espanhola, que permitiu a existên-

cia da imprensa no México desde 1539 e no Peru desde 1583 e a política de restrição adotada por Portugal, que só permitiria que a imprensa se instalasse no Brasil com a vinda da Família Real em 1808. Devemo-nos perguntar, também, por que a imprensa pôde ser instalada em outras partes do Império Português já no século XVI, como é o caso da Índia, do Japão e da China. Enfim, devemo-nos indagar por que as gramáticas da língua tupi de Anchieta e Figueira não foram publicadas no Brasil, ao passo que dezenas de gramáticas de línguas ameríndias foram publicadas na América Espanhola no período colonial.

A resposta para isso deve ser buscada no próprio caráter das sociedades encontradas nas diferentes partes dos impérios luso e espanhol. Portugal encontrou na Índia, na China e no Japão sociedades letradas, com forte tradição escrita. Dominá-las implicava criar meios para que a cultura europeia pudesse medrar e desenvolver-se para poder impor-se sobre as sociedades autóctones. A imprensa e as universidades eram, assim, indispensáveis como um instrumento de dominação política. Já no Brasil, os europeus depararam-se com comunidades sem escrita e sem Estado. O embate entre o modo de produção capitalista em sua fase mercantil e o modo de produção primitivo das comunidades indígenas do Brasil seria tão violento que aos índios brasileiros poucas alternativas havia senão aculturarem-se ou sucumbirem. Criar universidades ou imprensa, aqui, era algo desnecessário, dada a fragilidade daquelas sociedades, e poder-se-ia tornar contraproducente, haja vista que se poderiam desenvolver, assim, anseios separatistas no Brasil, o que Portugal buscava a todo transe evitar. Com efeito, para a América Espanhola as universidades e a imprensa eram, na perspectiva da metrópole, um mal necessário, dadas as circunstâncias a que aludimos.

Assim, segundo Werneck Sodré (1966, p. 13):

[...] onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria

cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum...

Assim, as causas que explicam a inexistência da imprensa no Brasil no período colonial são as mesmas que explicam a inexistência, entre nós, das universidades naquele período, as quais a América Espanhola conheceu já no século XVI. A Universidade de San Marcos, de Lima, data de 1551 e é a mais antiga de todo o continente americano, ao passo que o Brasil somente conheceria universidades no século XX, quase quatrocentos anos depois do Peru.

Assim, diante do modo asiático de produção (em que se achavam os Impérios Inca e Azteca, segundo a concepção de Marx), o modo capitalista de produção deveria encontrar estratégias diferentes daquelas que adotou para as sociedades indígenas do Brasil e da África. A imprensa e as universidades, na América Espanhola, seriam, com efeito, parte de uma estratégia que o próprio processo colonizatório naquela parte do mundo demandava e que, em face das complexas realidades sociais ali encontradas, eram necessárias para sua perpetuação.

### 3.6. A OBRA DE GRAMATICALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS E AS LÍNGUAS "MAIS USADAS"

A gramaticalização das línguas americanas, iniciada no século XVI, não se fez aleatoriamente. Ela incidiu, sim, sobre as línguas que tinham grande extensão geográfica. Com efeito, a realidade linguística do continente era complexa: somente no Brasil, estima Rodrigues



(1986, p. 19) que, na época do seu Descobrimento, o número de línguas indígenas era o dobro do que é hoje (*i.e.*, seriam cerca de 350). Ademais, a impressão de uma gramática, dados os seus custos elevados numa época de imprensa ainda incipiente, só se justificaria se a língua descrita fosse falada por muitas pessoas, o que faria com que o esforço redundasse na conversão de muitas almas, fim colimado pela publicação dessa sorte de obra. É preciso que somemos a isso o fato de os recursos humanos serem limitados. O clero no século XVI era principalmente de origem europeia. Somente no século XVII o clero de origem autóctone seria significativo numericamente.

Desse modo, muitos catecismos e gramáticas elaborados por missionários católicos nunca viriam ao prelo. Os custos de publicação corriam por conta das províncias religiosas. É sabido, dessarte, que os catecismos escritos pelo Pe. Antonio Vieira jamais seriam publicados, haja vista destinarem-se a poucas centenas de falantes de determinadas línguas ameríndias:

Compus no mesmo tempo, com excessiva diligência e trabalho, seis catecismos que continham, em suma, todos os mistérios da fé e a doutrina cristã em seis línguas diferentes: um na Língua Geral da Costa do Mar, outro na dos Nheengaíbas, outro na dos Bocas, outro na dos Jurunas e dois na dos Tapajós. (VIEIRA, I, 49-50, *apud* LEITE, 1938, tomo II, p. 313)

Temos notícias de outros catecismos que jamais foram publicados: segundo Bettendorff (1910, p. 168), o Pe. Manuel Nunes compôs o catecismo dos Ingaíbas e ele próprio compôs catecismos dos Tapajós e Urucuçus.

Tais catecismos circulariam em cópias manuscritas e seriam destinados a poucos missionários. Mesmo os catecismos em língua tupi circulariam durante décadas sem serem publicados. Informamos Viñaza (1892, p. 28) que na biblioteca particular do rei da Itália

havia, na época em que ele publicou sua *Bibliografia*, uma *Doctrina y Confessionario en lengua del Brasil*, por el Pe. Leonardo Nuñez, S. J, manuscrito de 1574. Esse texto nunca foi publicado e ao que sabemos, espera por pesquisadores que o estudem e o analisem. Com efeito, somente em 1618 é que viria ao prelo o *Catecismo na Língua Brasileira*, embora seu texto já circulasse havia décadas.

É bastante sugestivo, por outro lado, o título da gramática do Padre Anchieta. Declara ele que se trata da ...*Língua mais usada na Costa do Brasil*. É sabido, outrossim, que a gramática seria impressa juntamente com um catecismo tupi. A licença para sua publicação, que consta da edição de 1595, revela-o:

Vi por mandado de Sua Alteza estes livros de Grammatica & Diálogos compostos pelo Padre Ioseph de Anchieta Provincial que foy da Companhia de Iesu no estado do Brasil...

[...] Por honde me parece que se devem imprimir estas suas obras. Em Lisboa, a vinte & cinco de Setembro de mil & quinhentos & noventa & quatro. Augustinho Ribeyro.

Assim, duas obras de Anchieta deveriam vir ao prelo em 1595. Somente uma, contudo, o foi, com efeito, isto é, a gramática tupi. Se o *Catecismo* de Anchieta não logrou igual destino, isso foi, certamente, devido aos custos de impressão que não permitiam publicação concomitante. O *Catecismo* de Anchieta só seria impresso no corpo do *Catecismo da Língua Brasileira*, do Pe. Antônio de Araújo, em 1618. Revela-se no seu frontispício que o foi “às custas dos padres do Brasil”.

Dessarte, pequeno foi o número de línguas ameríndias gramatizadas nos séculos XVI e XVII, se levarmos em conta que elas eram centenas. Prevaleceu, indubitavelmente, o critério de se publicarem somente as gramáticas das línguas mais faladas ou das ditas “línguas

gerais”. Isso é o que testificam os prólogos de algumas dessas gramáticas de línguas ameríndias daqueles dois séculos:

***Fray Domingos de Santo Thomas, Lexicon o Vocabulario de la Lengua general del Peru, 1560.***

*“Prologo del Auctor al Pio Lector-.*

*[...] Porque puesto que ay en aquella tierra otras muchas lenguas particulares, que quasi en cada provincia ay la suya, pero esta es la general y entendida por toda la tierra y mas usada de los señores y gente principal y de muy gran parte de los demas Índios.”*

***Padre Luis de Valdivia, S. J., Arte y Gramatica general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con Vocabulario y Confessionario, 1606.***

*“Al lector. Quatro cosas tiene esta lengua de Chile que la facilitan mucho y dan animo para aprendella. La primera es que en todo el reyno de Chile no ay mas de esta lengua, que corre desde la ciudad de Coquimbo y sus terminos, hasta las yslas de Chilue y mas adelante, por espacio casi de quatrocientas leguas de Norte a Sul, que es la longitud del Reyno del Chile, y desde el pie de la cordillera grande nevada, hasta la mar, que es el ancho de aquel Reyno, por espacio de veinte leguas; porque aunque en diversas provincias destes Indios ay algunos vocablos diferentes, pero no son todos los nombres, verbos y adverbios diversos y, asi los preceptos y reglas desta arte son generales para todas las Provincias.”*

***Padre Ludovico Bertonio, S.J., Vocabulario de la lengua aymara, 1612.***

*“À los Sacerdotes y Curas de la Nacion Aymara:*

*Muchos Padres de la Compañia y yo mismo entre ellos, no hemos aprendido la lengua Aymara sino en este pueblo de Iuli, que es la provincia de Chucuyto, ó Lupaca, y salidos despues a otros pueblos y especialmente a la villa de Potosi, donde por causa de las minas ay gran concurso de Indios, y particularmente de la nacion Aymara: sin estudiar otra lengua hemos predicado a muchos millares de Indios, y oydo grandissimo numero de confesiones; y aunque*

*ellos eram de diversas provincias, como Canas, Cauchis, Pacases, Carancas, Quillaguas, Charcas & facilmente entendiamos y eramos entendidos de todos aquellos Indios por ser todos Aymaraes, aunque de diversas Provincias; diferenciandonos solamente en qual y qual Vocablo. Pero eso en ninguna manera nos era estorbo para confesar y predicar con toda la claridad que conviene.”*

**Antonio Ruiz de Montoya, Tesoro de la lengua guarani, 1639.**

“Prólogo -

*Dio finalmente fin a este trabajo el tiempo de treinta años que he gastado entre gentiles y con eficaz estudio rastreado lengua tan copiosa y elegante...tan propria en sus significados...tan universal que domina ambos mares, el del Sur por todo el Brasil y ciñendo todo el Peru con los dos mas grandiosos rios del Orbe, que son el de la Plata, ...y el gran Marañon.”*

**Fray Francisco de Tauste, Arte y Bocabulario de la lengua de los indios chaymas, cumanagotos, cores, parias y otros diversos de la provincia de Cumana o Nueva Andalucia, 1680.**

*...”y supongo que este lenguaje de los Indios de la Provincia de Cumaná, o Nueva Andalucia en las Costas de Tierra Firme se dilata y comprehende mas de cien leguas, pues hasta la Provincia de Caracas, en la Ciudad de Valencia, experimenté que la entendia aquel Gentio: pero de quien es mas propia y connatural, es de los Indios Caymas, Cores, Cumanagotos, Quacas, Parias y Varrigones, y otros confinantes: y aunque es verdad que entre estas mismas Naciones dichas tienen en su estilo y practica alguna diferencia en la pronunciacion, o ya añadiendo o quitando alguna silaba, a la voz comun de el nombre o verbo; pero no es parte para no entenderse harto bien los conceptos; como v. g. acá en España las lenguas Castellanas, Aragonesa, Valenciana y Gallega; pero en la realidad es muy dificil de aprender. Lo primero por ser totalmente diversa a todos los idiomas de nuestra Europa y ser compuesta por un Barbarismo tan incapaz. Lo segundo, es dificil por su mala pronunciacion.”*

(Prólogo)

***Pe. Luis de Valdivia, Arte, gramatica, vocabulario, catecismo y confessionario en lengua Chilena y en las dos lenguas Allentiac y Milcocayac, que son las mas generales de la provincia de Cuio en el reino de Chile y que hablan los Indios Guarpes y otros.***, 1608. (apud VIÑAZA, *op. cit.*, p. 70) (grifos nossos)

Conforme se induz da leitura dos passos supracitados, o critério mais importante para se elegerem as obras gramaticais que deveriam ser publicadas era o grau de difusão geográfica das línguas que aquelas sistematizavam.

Tais línguas de grande difusão territorial como o tupi, o quêchua e o nahuatl apresentavam amiúde, contudo, algumas variantes dialetais. Vários gramáticos deram conta desse fato: Anchieta, Olmos, Domingos de Santo Thomas etc. Este último autor reconhece que para escrever na língua quêchua é preciso empregar as letras do castelhano, ainda que os povos de diversas províncias tivessem pronúncias bastante divergentes (*op. cit.*, p. 18). Molina (*op. cit.*, p. 4) nota que em nahuatl é preciso distinguir entre dois níveis da língua: o da corte e dos nobres e o falar imperfeito dos camponeses. Ele nota que, se se falar bem, poder-se-á ser bem compreendido por todos. Assim, segundo Pottier (1984, p. 230, tradição nossa):

A primeira dificuldade foi saber qual variedade dialetal seria descrita. É o tupi da costa brasileira, para Anchieta, que cita variantes de pronúnciação que vão do Paraíba, ao Norte, até a zona do Rio de Janeiro; o nahuatl da região do México para Olmos e um dialeto costeiro de Lima, muito pouco homogêneo, para Santo Thomás.

### 3.7. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS E A ANTROPOLOGIA DO SÉCULO XVI

Se as línguas vernáculas nacionais da Europa, que nos séculos XV e XVI assumem estatuto de línguas de cultura, passaram por um longo processo de desenvolvimento histórico desde o latim vulgar e foram-se impondo gradativamente até se converterem nas “companheiras dos impérios”, que surgiam na era moderna, as línguas exóticas passam a existir subitamente para o homem europeu. Com efeito, de 1492, ano do descobrimento da América, até a quarta década do século XVI, os europeus já conheciam a maior parte deste continente e também da África e da Ásia. Avultava, assim, soberbamente, a questão linguística, em dimensões nunca dantes conhecidas: línguas de longa tradição escrita e línguas de tradição puramente oral revelavam-se diante dos europeus.

A emergência das novas línguas no contexto de uma consciência europeia do mundo haveria de suscitar as mais conflitantes opiniões no campo antropológico, religioso, histórico e filosófico. Como interpretar a existência de tantas línguas tão diferentes entre si? Como postular a doutrina agostiniana da unidade do gênero humano diante da pluralidade étnica, cultural e social reinantes no mundo? Como inserir realidades tão díspares como a chinesa e a americana dentro dos esquemas de compreensão do mundo dos europeus?

Notadamente na América, onde os europeus defrontaram um maior “primitivismo” das sociedades nela existentes, as concepções acerca das novas línguas descobertas acompanharam *pari passu* os debates acerca da natureza do índio, em que se digladiaram missionários, mercadores, juristas, teólogos e sábios do século XVI. A multiplicidade de opiniões é reflexo do desconcerto diante de realidades tão diferentes que se iam descortinando nas primeiras décadas daquele século, e que escondiam, amiúde, interesses diversos.

Informa-nos Frei Domingos de Santo Thomas, no prólogo de sua *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los Reynos del Peru* (1560), que dirige a Filipe II da Espanha:

*Mi intento pues principal. S. M. al ofresceros este Artezillo ha sido para que por el veays, muy clara y manifestamente quan falto es lo que muchos os han querido persuadir ser los naturales de los reynos del Peru barbaros & indignos de ser tractados con suavidad y libertad que los demas vasallos nuestros lo son. Lo qual claramente conoscera V. M. ser falso, si viere por este Arte, la gran policia que esta lengua tiene. La abundancia de vocablos. La conveniencia que tiene con las cosas que significan. Las maneras diversas y curiosas de hablar. El suave y buen sonido al oydo de la pronunciacion della. La facilidad para escribirse con nuestros caracteres y letras: Quan facil y dulce sea a la pronunciacion de nuestra lengua. El estar ordenada y adornada con propiedad de declinación y demas propiedades del nombre, modos, tiempos y personas del verbo y brevemente las muchas cosas y maneras de hablar, tan conforme en la latina y española: y en el arte y artificio della que no parece sino que fue un pronostico que Españoles la avian de poseer...*

Infere-se das palavras de Frei Domingos de Santo Thomas, que a questão do estatuto ontológico dos índios era acompanhada de debates em torno dos recursos de que dispunham suas línguas para a expressão do pensamento:

*Si cupis indorum linguam cognoscere veram  
Et scire exoptas quae latuere diu:  
Si cupis arcanos mores, hominumque recessus  
Discere, nec Priscis cognita sacra viris:  
Huc eme que brevibus arctat membrana tabellis.  
[...] Barbaricam linguam mire (quis credere possit?)*

*Regula certa manet, regula certa tenet.*

Se desejas conhecer a verdadeira língua dos índios

E queres muito saber as coisas que por muito tempo ficaram escondidas:

Se desejas aprender os costumes secretos dos recessos dos homens,

E não os ritos conhecidos aos homens antigos

Adquire este que comprime as páginas em breves quadros.

[...] Regra certa mantém, regra certa constitui,

Admiravelmente, a língua bárbara (quem o poderia acreditar?)” (Prólogo) (tradução nossa)

Era fato que a muitos admiraria (“*quem o poderia acreditar*”) que uma língua indígena (no caso o quêchua) tivesse “*regras certas*”.

Com efeito, tal decorre da grande polêmica que se instaurou na Europa no século XVI (e na Espanha, fundamentalmente) em torno da natureza do índio, a qual não surgiu *per se*, mas dentro de um contexto mais amplo: o da discussão da legitimidade que teria a conquista dos povos americanos pela Coroa Espanhola e a maneira pela qual aqueles deveriam ser governados. Em dois âmbitos a questão da natureza do índio e de sua conquista e submissão política se discutia: no âmbito do governo civil e no do sistema missionário. Digladiavam-se nessa arena três grandes nomes: Bartolomé de las Casas, Juan Ginés de Sepúlveda e Francisco de Vitoria. Embora se discutisse o grau de inteligência e capacidade dos índios e a natureza de seus costumes, pouco se alvitrou acerca de sua condição humana, que, para a maioria dos teólogos, missionários e juristas não estava em questão. A própria bula *Sublimis Deus* de Paulo III, promulgada em 1537, não era uma declaração da humanidade dos índios, mais tivera, sim, o fito de estabelecer sua liberdade.



Mesmo o maior defensor da liberdade dos índios, que foi o dominicano Bartolomé de las Casas (que muitos reputam ser o fundador da hodierna “Teologia da Libertação”), admitiu que “...*este pueblo es debil tanto en agudeza de ingenio como en habilidad e industriosidad*”, mas afirmando também que “...*no por ello, en verdad, está obligado a someterse a un pueblo más civilizado que él y adoptar su manera de vida...*” (apud ADORNO, 1992, p. 91).

Já seus confrades dominicanos, Frei Tomás Ortiz e Frei Domingo de Betancos, declararam ser o índio incapaz até mesmo de receber a fé cristã. Outros, ainda, como o Frei Francisco de Tauste, em sua *Arte y Bocabulario de la lengua dos indios chaymas, cumanagotos, cores, parias y otros diversos de la provincia de Cumana o Nueva Aparecida*, de 1680, chegou a conclusões bem parecidas:

*...y supuesto que una lengua tan elegantemente traducida como la Latina y reducida a tan buen Arte, con la ayuda de tan buenos Maestros, que la enseñan y Bocabularios y otros libros que la facilitan, cuesta a un buen ingenio y estudioso gramatico dos años y aun casi tres para ser perfecto Latino y hablarle con facilidad y elegancia, quanto mas este language barbaro que aqui se enseña y escribe, se dificultará?*

*[...] Todo esto se enseña mejor la practica y conversacion, aunque aya repugnancia y se haga violencia al pobre misionario de tractar casi con un bruto, pero para Dios será de igual estimacion que un Angel.*

A polêmica acerca da natureza do índio acirra-se sobretudo nas décadas de 1530 e 1540. No ano de 1550, por mandado de Carlos V, celebrou-se em Valladolid o célebre debate entre o Frei Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, que considerava que a submissão dos índios ao Império Espanhol era necessária:

*Su sumisión al império de quienes con su prudencia, virtud y religion los han de convertir de bárbaros y apenas hombres en humanos y civilizados en cuanto pueden serlo, de criminales en virtuosos, de ímpios y esclavos de los demonios en cristianos y adoradores del verdadero Dios dentro de la verdadera religión. (apud ADORNO, op. cit., p. 53)*

Nesse contexto, em que muitos buscavam cercear a liberdade dos índios, em nome do princípio (exposto na *Política* de Aristóteles, autoridade conspícua naquela época) do “*império da perfeição sobre a imperfeição, da fortaleza sobre a debilidade, da virtude sobre o vício*” (SEPÚLVEDA, 1951, p. 20), a gramaticalização das línguas americanas viria lançar novas luzes sobre a questão da natureza do índio.

Recusando-se ou não a condição humana do índio (poucos a negaram), quase todos, inclusive Bartolomé de las Casas, admitiram sua debilidade de engenho e sua rudeza, ainda que este último não visse nesse fato justificativa para sua escravização ou submissão ao Império Espanhol.

As gramáticas das línguas americanas, que começaram a vir ao prelo a partir do ano de 1558 (a gramática quêchua de Frei Domingo de Santo Thomas, cujo prólogo citamos atrás, foi a terceira a ser publicada) passam a questionar o conceito de uma “*puerícia intelectual*” do índio ou de sua “*rudeza cultural*” e desmentir cabalmente os que lhe negavam a condição humana. Feitas, todavia, por missionários e para missionários, o alcance das novas concepções acerca da excelência das línguas indígenas (e, por conseguinte, do valor espiritual e cultural de seus falantes) não lograria ser muito grande a ponto de afetar a outra esfera, a do poder civil, a do Estado, à sombra da qual medravam os “*encomenderos*” e desenvolvia-se o capitalismo mercantil.

Seja como for, a gramaticalização das línguas exóticas americanas reformulou conceitos, até então arraigados, de uma inferioridade

linguística do índio, correspondentes aos de uma inferioridade social e política deles. Àquelas línguas não faltavam, segundo o que já citamos do prólogo de Frei Domingos de Santo Thomas “*las muchas cosas y maneras de hablar, tan conformes en la latina y española: y en el arte y artificio della que no parece sino que fue un pronóstico que Españoles la avian de poseer...*” (grifos nossos).

Assim, a assimilação de uma gramática de língua americana à gramática latina e à espanhola era afirmada por Frei Domingos, conferindo estatuto cultural novo a uma língua indígena e abrindo campo para a reformulação de conceitos antropológicos vigentes e amplamente aceitos.

O reconhecimento das qualidades intrínsecas das línguas exóticas e, em particular, das ameríndias, ocorreu em diversas ocasiões. Mostra implícita de tal reconhecimento foi a criação das cátedras de quêchua, de nahuatl e de otomi em universidades da América Espanhola, nos séculos XVI e XVII. Acerca disso sabemos que:

- Em 1579, foi criada a cátedra de quêchua na Universidade de San Marcos, de Lima, a primeira do continente americano. O primeiro catedrático dessa matéria foi Juan de Balboa. Tal cátedra existiu por mais de duzentos anos, até 1784, quando a política linguística do governo espanhol mudou bruscamente, a exemplo do que ocorrera no Portugal pombalino. Uma *Ordenanza* de 1579 determinava que os sacerdotes não poderiam ordenar-se sem saber quêchua, nem os licenciados e os bacharéis obteriam graus na universidade sem estudar a língua indígena. (Barrenechea, 1989, p. IX)
- Em 1642, as línguas nahuatl e otomi eram ensinadas na Real Universidade do México, tendo como catedrático o Fray Diego de Galdo Guzmán.
- Em 1662, a língua nahuatl era ensinada na Universidade do México por D. Antonio Tobar Cano y Montezuma.

- Em 1683, o nahuatl era ensinado na mesma universidade pelo Frei Damián de la Serna. (VIÑAZA, 1892, p. 97, 106 e 113).

### 3.8. AS LÍNGUAS EXÓTICAS E A QUESTÃO DA ORIGEM DAS LÍNGUAS DO MUNDO

Para os europeus do século XVI, a descoberta da existência de seres humanos na América colocava uma séria questão: como incluir os índios nos esquemas de compreensão do homem e do mundo daquela época, em que a Bíblia era tomada em sua literalidade? Como ligar os índios à história da humanidade em geral, já que desde Santo Agostinho afirmava-se a unidade do gênero humano? Por outro lado, se a Bíblia dizia que a palavra dos apóstolos correria toda a Terra, teria a doutrina cristã chegado até os índios da América?

“*Sim, a doutrina cristã foi transmitida aos índios na Antiguidade pelo apóstolo São Tomé.*” Isso foi afirmado por Manuel da Nóbrega, pelo Padre Vieira, foi ideia plenamente acolhida nos séculos XVI e XVII. No Brasil, o que se fez foi interpretar-se o mito de Sumé, herói civilizador a quem os tupis e outros grupos atribuíam, principalmente, o conhecimento que eles tinham da agricultura e de sua organização social, como uma narrativa da vinda do apóstolo São Tomé para a América.

O dominicano Gregório Garcia escrevia, em 1607, em sua *Origen de los Indios del Nuevo Mundo*, que há menções ao continente americano na própria Sagrada Escritura. O nome de Colombo e de seus companheiros estariam subentendidos em Isaías 60, 8:

Quem são estes que como nuvens voam e como pombas para seus pombais? Esperam-me as ilhas e as naus do mar estão há muito preparadas para que tragam seus filhos de longe e o ouro e a prata delas consigo.

Assim, relacionando o passado indígena à história da salvação da humanidade, a percepção do mundo índio se tornaria coerente, a verdade bíblica estaria a salvo do relativismo geográfico, estaria garantida a universalidade da revelação e os esquemas de compreensão do homem e do mundo, fundados na Bíblia, não seriam subvertidos.

Se se relacionava, assim, o passado dos povos exóticos ao passado do homem europeu, para que a revelação bíblica não se relativizasse, surgia a ideia da comunidade de origem das línguas e da preeminência do hebraico, que deveria ser a língua primitiva a partir da qual todas as outras deveriam ser explicadas. Tal ideia encontrava guarida em São Jerônimo, em Santo Izidoro de Sevilha e seria sustentada por numerosos eruditos do Renascimento. Postel, em 1538, publicou *De originibus seu de Hebraicae linguae et gentis antiquitate, deque variarum linguarum affinitate*, cujas ideias foram bem acolhidas por dois séculos (LEROY, 1993).

Quer se filiassem os povos exóticos diretamente aos hebreus quer a outros povos da Antiguidade, o certo é que a Teologia e a Antropologia do século XVI postulava tal filiação se se deveria dar crédito à ideia da unidade da criação do homem, ensinada pela Bíblia. Busca-se, assim, estabelecer parentescos entre as línguas da Antiguidade e as línguas exóticas. Jean de Léry (1941, p. 248), por exemplo, no final do capítulo XIX de sua obra *Viagem à Terra do Brasil*, acerca de um texto em língua brasílica que incluiu nela, diria que ele foi composto

com a ajuda de intérprete muito senhor da língua do país, não só por ali ter estado sete ou oito anos mas ainda por tê-la estudado e confrontado com o idioma grego do qual os tupinambás tiraram algumas palavras, como poderão observar os que a entendem.

O mesmo fez Gregório Garcia (op. cit.) em sua *Origen de los Índios del Nuevo Mundo*, em que apresenta similitudes entre o quêchua do Peru e o hebraico:

*De algunos Preceptos i congruencias de la Lengua Hebrea que se hallan en la de los Indios*

*La I en Hebreo, pospuesta à la diction, es lo que es en la Lengua Latina el pronombre Meus, mea, meum, i en Castellano, cosa mia; i asi este nombre Saray, que es el que tuvo la Muger de Abraham, quiere decir, segun interpretaciones de algunos Doctores, en Latin Princeps mea i en Castellano, Princesa mia; ò segun otros, Domina mea, que es Castellano Señora mia. Este nombre Semei, que tambien es Hebreo, quiere decir, segun interpretan algunos, nomen meum, mi nombre: i de esto ai muchos exemplos en el Testamento Viejo.*

*Al pie de la letra guardan este precepto Gramatical los Indios del Peru en la Lengua general, llamada de Inga; porque la I pospuesta à qualquiera nombre es pronombre Meus, mea, meum: i asi Mamai quiere decir madre mia. Panay, Hermana mia: i Ayay, Padre mio...*

*...Pero baste lo dicho para con ello probar como aunque la Gente Indiana corrompiò i perdiò la Lengua Hebrea, con todo eso le quedaron algunos vocablos i congruencias de la misma lengua.*

### 3.9. AS GRAMÁTICAS DAS LÍNGUAS EXÓTICAS E SUA DEPENDÊNCIA DA GRAMÁTICA LATINA

Já tratamos alhures da questão do modelo latino como fundamento para a gramaticalização das línguas vernáculas.

Se a perspectiva teórica da latinização no âmbito das línguas vernáculas constituiu, na primeira metade do século XVI, um dos pontos fulcrais da reflexão e do comportamento linguísticos de vários países europeus, se a vivência da interação linguística *latim-línguas vernáculas* foi crucial nas primeiras décadas do século XVI, é porque havia a nítida consciência da herança recebida do latim. Se uma lín-

gua românica era gramaticalizada segundo moldes latinizantes, era-o porque não atingira, ainda, o pleno significado da vernaculidade e o *divortium aquarum* entre latinidade e vernaculidade não estava ainda bem definido. Contudo, embora cômicos da herança latina recebida, a qual evocavam a título de nobilitação das línguas que gramaticalizavam, os gramáticos das línguas vernáculas pleiteavam foros de “maioridade” e independência em face do latim. Seja como for, embora recusassem o latim como *lingua universalis*, eles referendaram o modelo gramatical latino como um registro da gramática universal.

Já os gramáticos das línguas exóticas do século XVI e XVII estavam em posição *sui generis*. Em primeiro lugar, eram, quase todos eles, falantes não nativos, sem nenhuma vivência da tradição das línguas que gramaticalizavam, línguas cujas matrizes perdiam-se num obscuro passado que eles não conheciam. Desse modo, a perspectiva sincrônica avultava e impedida estava a análise diacrônica. Em segundo lugar, como membros, quase todos, de ordens religiosas, receberam formação intelectual e religiosa basicamente em latim.

Com efeito, se a interação linguística *latim-línguas vernáculas* pôde ser experimentada no século XVI, a relação entre o latim e as línguas exóticas foi sentida diferentemente, não como uma relação entre “língua-filha” e “língua-mãe”, mas como relação entre uma língua que participava de forma cabal de um modelo gramatical que encontrava fundamentação lógico-metafísica (aristotélica), e línguas cujas gramáticas destinavam-se a europeus, supostamente não falante delas.

Se as gramáticas de João de Barros e de Nebrija, além dos fins políticos evidentes que possuíam, eram uma forma de fixar a norma culta e destinavam-se àqueles que já falavam o português ou o castelhano, que tinham uma experiência linguística de tais idiomas, as gramáticas das línguas exóticas atendiam, fundamentalmente, às exigências da premente aprendizagem das línguas para a evangelização. Assim, num contexto missionário e apostólico o latim, mais do que língua sa-

piencial, era a língua da Igreja, a única língua em que se poderia verter a Bíblia no Ocidente, língua em que a tradição de mais de mil anos de vida cristã se expressara. Desse modo, se as línguas vernáculas eram línguas de uma relação política, imperialista, expressão de nacionalidades que se afirmavam, o latim em que as ordens religiosas estavam imersas o era de uma experiência do sagrado. O modelo latino recebia, nesse caso, de certo modo, o sinete da sacralidade.

Desse modo, tanto a gramática latina renascentista quanto as gramáticas das línguas nacionais serviram de modelo no século XVI para a sistematização das línguas exóticas. No Império Espanhol foi ela a de Nebrija e no Império Português, a de João de Barros. Tal está atestado em muitos prólogos das gramáticas das línguas exóticas:

Para mais facilmente se entender esta arte ha mister ter conhecimento da arte latina e os que não souberem latim devem de ler pela gramática portuguesa feita por João de Bairros(sic).

(Pe. HENRIQUE HENRIQUES, S. J., *Arte da lingua mala-bar em Português*. Apud BUESCU, 1983, p. 65-66)

Os passos a seguir, extraídos de gramáticas de línguas ameríndias dos séculos XVI e XVII, deixam implícito o modelo em que se inspiraram:

***Fray Bernardo de Lugo, Gramatica de la Lengua general del Nuevo Reyno, llamada Mosca, 1619 (língua chibcha)***

*“Prologo al Lector*

*Contiene (esta arte) tratados de declinaciones, cõjugaciones, formaciones, relativos, cõparativos, superlativos, nõbres, numerales, modo de oracionar. Todo distinto, claro y por su ordẽn, como lo esta en los demas Artes de la Gramatica Latina.”* (grifos nossos)

***D. Fernando de la Carrera, Arte de la lengua yunga de los valles del Obispado de Truxillo del Peru, 1644***



*“Al Lector-*

*...Con este intento me puse a hazer este arte; en el he procurado poner lo que he podido acomodar conforme al latino...”* (grifos nossos)

***Fray Agustin de Vetancurt, Arte de la Lengua Mexicana, 1673.***

*“Division del Arte. Siguiendo en quanto pueda el Arte de Antonio de Nebrija, para que los que huvierem estudiado aquel, entiendan este. Se divide el Arte Mexicano en cinco libros[...] En lo segundo (se pone) la instruccion de las ocho partes de la oración.*

*[...]Todos los Autores del Arte, el Sintaxis y construccion que tiene la lengua latina niegan al Idioma Mexicano, por ser indeclinables los nombres y no tener variacion de casos por donde conocer la construccion. Pero con licencia de varones tan doctos, soy de parecer que el Idioma Mexicano tiene Syntaxis y construccion como la latina, pues en cualquiera oracion Mexicana se conoce con toda claridad qual sea Nominativo, qual Acusativo, qual Genitivo & sic de ceteris. Y para que se vea la verdad, vamos ajustando brevemente las Notas del Syntaxis de Antonio (de Nebrija) con la construccion Mexicana.”*(livro IV, p. 41, grifos nossos)

***Fray Manuel de Yangués, Principios y reglas de la lengua cummanagota, general en varias naciones que habitan en la provincia de Cumana, en las Indias Occidentales, 1683.***

*“...El auctor sigue al Maestro Nebrija en las definiciones y en todo lo que la contextura cummanagota le permite.”* (Prólogo)

***Fray Pedro Cueva, Arte de la Gramática de la lengua Zapoteca, conforme al que de la Gramática Latina escribió Antonio de Nebrija, Mexico, 1607*** (grifos nossos)

Se, nos séculos XV e XVI, a gramática especulativa, dialética, era suplantada pela gramática normativa, em que o conceito de *usus* dominava o de *ratio*, não queria isso dizer que a gramática renascentista assumira autonomia em face da Lógica. O estudo da linguagem somente sairia da idade metafísica e lógica no século XIX, quando ele se definiria sobre bases científicas.

Contudo, como veremos depois, já no século XVI a inadequação do modelo gramatical latino para a descrição das línguas exóticas seria afirmada. Se até aquele século o Ocidente gramaticalizara um pequeno número de línguas europeias de origem comum e de estrutura análoga, a descoberta de centenas de diferentes idiomas faria ruir esse paralelismo entre Gramática e Lógica, até que, no século XIX, a Linguística moderna reconheceria que as categorias de pensamento e as categorias linguísticas não são exatamente as mesmas. (Benveniste, 1976)

A gramática normativa do Renascimento, ao opor-se à gramática especulativa medieval, não estava a afirmar o caráter alógico da linguagem ao referendar o *usus* como critério supremo da gramaticalidade. O *usus*, com efeito, inseria-se em esquemas lógicos-metafísicos prévios, que se consideravam a própria sistemática do espírito humano. Não se superaria ainda, aqui, a indissociabilidade, até então aceita, entre categorias de pensamento e categorias de língua, entre sentido e forma.

A essência da gramática universal, como expressão de paralelismo entre forma e significado, entre categorias de pensamento e categorias de língua está, sem dúvida, nas partes da oração, que Sérvio considerava o domínio específico dos gramáticos. Como já afirmamos anteriormente, a tradição gramatical latina reconhecia as oito *partes orationis*.

Isso se repete, monotonamente, em Donato, Prisciano e nos gramáticos renascentistas como Despautério, Nebrija e Clenardo.

As gramáticas das línguas exóticas dos séculos XVI e XVII, à semelhança de muitas gramáticas de línguas vernáculas europeias, mantiveram, quase todas, o número “sagrado” das oito partes do discurso, com base nos modelos dos gramáticos latinos da baixa latinidade e do Renascimento. A inexistência do artigo nas línguas ameríndias facilitou tal enquadramento, que para os gramáticos das línguas vernáculas representava uma dificuldade a mais. Contudo, pressupondo a teoria

das oitos partes do discurso a decomposição em palavras e não sendo, segundo Auroux (1992, p. 103) a categoria da palavra “das mais cômodas para tratar nas línguas aglutinantes ou polissintéticas [...], os gramáticos ocidentais vão ter muita dificuldade em tratar as línguas ameríndias a partir do modelo ocidental do dicionário de palavras”.

A declaração da existência das oito partes do discurso nas gramáticas das línguas exóticas é constante, como se pode ver nos excertos a seguir:

**Agustin de Vetancurt, *Arte de la Lengua Mexicana*, 1673.**

“*Se divide el Arte Mexicano en cinco libros...En el segundo (se ponen) la instruccion de las ocho partes de la Oracion.*” (Prólogo)

**Antonio Roiz de Montoya, *Arte de la Lengua Guarani*, 1640.**

“*Tiene esta lengua las ocho partes de la Oracion, nombre, pronombre, verbo, participio, posposicion, adverbio, interjencion y conjuncion.*” (p. 2)

**Ludovico Bertonio, *Arte y Grammatica muy Copiosa de la Lengua Aymara*, 1603.**

“*[...] Esta arte de la lengua aymara se divide en tres partes...La Primera contiene las ocho partes simples de la oracion: La segunda tracta de la construccion de las ocho partes con muchos y varios modos de hablar.*” (Prólogo)

**Luiz Vincencio Mamiani, *Arte de Grammatica da Língua Brazilica da Nação Kiriri*, 1699.**

“*As Partes da Oração são oito, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Interjeição & Conjunção...*” (p. 49)

**Fray Domingos de Santo Thomas, *Grammatica o arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru*, 1560.**

“*Assimismo es de notar que en esta lengua como en la latina y en las demas ay todas las ocho partes de la oracion o habla.*” (Prólogo)

**Diego Gonzalez Holguin, *Gramatica y Arte Nueva de la Lengua General de todo el Peru, llamada lengua Qquichua o lengua del Inca*, 1607.**

*“La materia de que trata toda esta Arte es de las partes de que se compone una oración o razonamiento, que son ocho: Nombre, Pronombre, Participio, Verbo, Preposicion, Adverbio, Interjeccion y Conjunción.”* (fol. 3a)

**Fray Alonso de Molina, *Arte de la Lengua Mexicana y Castellana*, 1571.**

*“Esta arte de la lengua mexicana se dividira en dos partes. En la primera se tratara copiosa y claramente de todas las ocho partes de la oración que esta lengua tiene, conforme a la lengua latina y castellana. Y en la segūda parte, se trataran y declararan algunas cosas dificultosas y delicadas de la misma lengua.”* (fol. 6b)

Finalmente, cabe dizer, a título de comparação, que também nas gramáticas das línguas exóticas asiáticas e africanas há a mesma monótona afirmação da existêcia, nelas, das oito partes da oração:

**Pedro Dias, *Arte da Língua d' Angola*, 1697.**

*“Tem esta língua todas as oito partes da oração mas muito diminutas respecto da latina, por isso não trato algūas necessarias por estarem declaradas na Syntaxe.”* (p. 4)

**Pedro de Alcalá, *Arte para ligeiramēte saber la lengua araviga*, 1505.**

*“Las partes de la oracion en la lengua araviga son ocho, como é la lengua latina, conviene saber Nōbre, Pronombre, Verbo, Participio, Preposicion, Adverbio, Interjectio, Coniūcio.”* (fol. 3a)

**João Rodrigues, S. J., *Arte Breve da Lingoa Iapoa*, 1620.**

*“Mas fallando propriamente, as partes da oraçam da lingoa iapoa sam dez, às quaes ainda que comodamente se podem reduzir às oito ordinarias da lingoa Latina.”* (fol. 52b)

### 3.10. O SUPLETIVISMO COMO UM ASPECTO DA LATINIZAÇÃO

A elaboração das gramáticas das línguas exóticas segundo os quadros da gramática latina clássica não se daria, amiúde, sem a percepção do fato de que se estava diante de sistemas linguísticos diferentes. Assumindo uma perspectiva comparativista, muitos gramáticos apontaram o que se afastava do modelo latino no sistema linguístico que analisavam e descreviam. Partindo de um modelo tomado como ideal, como paradigmático, buscava-se, muitas vezes, “suprir” categorias latinas sem exatos correspondentes nas línguas exóticas por formas semanticamente próximas, mas sem nenhuma correlação estrutural com as categorias que se buscava suprir. A nosso ver, no *supletivismo* reside o cerne do conceito de latinização. Latiniza-se sempre que se “supre” o que o modelo tutelar latino possui para que sua validade universal não se rompa, sempre que conteúdos tomem o lugar das formas e busquem equivaler a estas.

Uma forma supletivista é, com efeito, aquela que supre as faltas de um paradigma. Desse modo, podemos dizer que o feminino de *aluno* é *aluna*; mas *cavalo* não faz *cavala*, que não existe, mas sim *égua*. Estamos, pois, suprimo paradigma da flexão de gênero com um termo que só semanticamente é adequado (a *égua*, com efeito, é o feminino do *cavalo*) mas não formalmente, pois são dois termos diferentes.

A respeito dessa questão, diz-nos Câmara (1970, p. 79-80):

É comum lermos nas nossas gramáticas que mulher é o feminino de homem. A descrição exata é dizer que o substantivo mulher é sempre feminino, ao passo que o outro substantivo, a ele semanticamente relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia.

Ao dizerem as gramáticas tradicionais do português que *mulher* é o feminino de *homem*, estão a suprir um paradigma de flexão, que em nossa língua é uma só (com poucos alomorfes): o acréscimo do sufixo *-a* para o feminino, com a eliminação da vogal temática, se ela existir, no singular:

menin(o) + a = menina

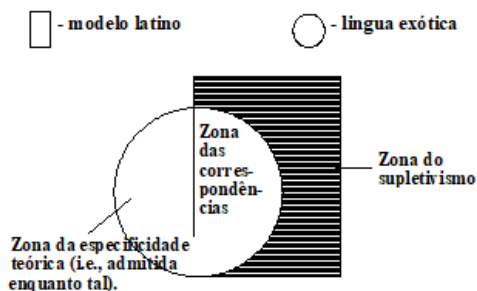
pintor + a = pintora

homem «=» mulher (forma supletivista)

Assim, por meio do supletivismo das formas, grande parte das gramáticas das línguas exóticas foi elaborada. A tão mencionada “latinização” reside fundamentalmente nesse processo de forçar equivalências e preencher os vácuos dos paradigmas latinos com formas próprias das línguas exóticas.

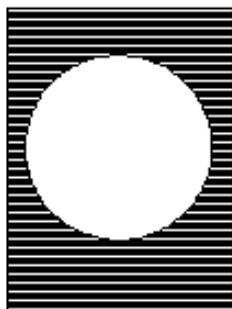
Mas, se havia paradigmas latinos que as formas exóticas deveriam suprir, também constituíam as línguas exóticas sistemas linguísticos diferentes, muitas vezes com estruturas que a gramática latina não conhecia. Não havia, nesse âmbito em que não era mais possível correspondência entre o sistema linguístico latino e o exótico, um supletivismo, pois havia casos em que a gramática latina simplesmente não possuía paradigmas para receber formas supletivistas. Estamos, assim, no domínio das especificidades das formas exóticas, sem intersecção com o modelo tutelar latino. Esquemáticamente:

I-



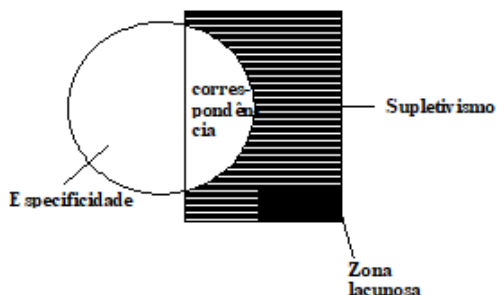
Acreditamos, assim, que a latinização é tanto maior quanto menor for a zona da especificidade teórica e quanto maior for a zona do supletivismo. O máximo grau da latinização seria atingido se a gramática da língua exótica fosse inteiramente contida no modelo latino. Esquemáticamente, isso corresponderia a:

II-



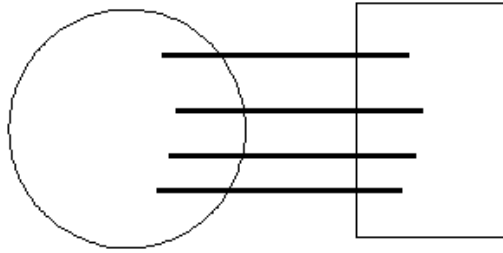
A ausência de supletividade redonda, a nosso ver, na constituição de uma zona lacunosa. Quanto maior ela for, menor será o grau de latinização do sistema linguístico gramaticalizado. Esquemáticamente teríamos, agora:

III-



O oposto de um tratamento supletivista seria aquele em que as formas e os conteúdos gramaticais fossem tratados *per se*, ainda que se referissem a outros sistemas linguísticos, com o fito didático de facilitar a compreensão do sistema que está a ser descrito. Esquemáticamente, ter-se-ia o seguinte:

IV-



A situação mostrada no gráfico II dificilmente poderia ocorrer. O que é certo, contudo, é que o conceito de latinização também inclui a eliminação das especificidades e sua inserção no modelo universal, não mais na zona do supletivismo, mas na zona das correspondências. Bem ilustrativo desse procedimento é a maneira pela qual certas gramáticas de línguas vernáculas europeias trataram o *artigo*. Admitindo-se o artigo como uma parte da oração distinta, estar-se-ia a elevar o número das partes da oração, que, desde a Antiguidade se afirma serem oito, para nove. Estar-se-ia, então, na zona das especificidades. Para obviar a tal inconveniente, que atentaria contra a universalidade do modelo considerado tutelar, certos gramáticos assimilaram o artigo a uma outra parte da oração que tanto o latim quanto a língua vernácula em questão tivessem em comum (zona das correspondências). Assimilou-se, ou reduziu-se, nesse caso, a zona das especificidades à zona das correspondências e o modelo universal ficou incólume. Segundo Guiraud (1970, p. 6):

Estabeleceu-se essa conformidade com um rigor e um dogmatismo que hoje fazem sorrir. Rivalizar-se-á em engenhosidade para se manter o número sagrado de oito partes do discurso sobre o modelo dos gramáticos da baixa latinidade; uns ignoram o artigo ou pretendem que ele não é uma parte independente da oração; outros aceitam-no, mas suprimem a interjeição; alguns dão-lhe um lugar à parte como Meigret, que declara que “para a necessidade da construção de nossa linguagem, podem-se considerar oito partes além dos ar-



tigos”. Quanto ao adjetivo, não distinto do substantivo para os clássicos, será preciso esperar a metade do século XVIII para que ele figure entre as partes do discurso. É que o francês deve ser conforme ao latim e à imagem que a antiga gramática fazia dele.

Os seguintes textos exemplificam o que expusemos anteriormente:

**Pedro de Alcalá, *Arte para ligeramête saber la lengua araviga*, 1505**

*“Capítulo IX–De la materia de los pronombres y de su suplección  
Dicho de los nombres y de su declinacion, avemos agora de de-  
zir de los pronombres y de la manera en que son suplidos de su  
declinacion...*

*[...] Genitivo sui no tiene en aravigo pronombre correspondiente,  
mas suplese con esta letra V en el singular. ”*

*Capitulo X–De los pronombres possessivos*

*Non tenemos en el aravia los siete pronombres possessivos que son:  
Noster, Nostras, Tuus, Vester, Vestras y Suus, Sua, Suum. Mas su-  
plese con algunas dicciones o silabas que son llamadas damires...  
Meus, mea, meum, se suple con una i añadida a qlquiera nombre,  
aun que el tal nombre acabe en i. Ejemplo: Mi cavallo, faraci.” (gri-  
fos nossos)*

O texto anterior ilustra bem os conceitos de correspondência e de supletivismo. “*Correspondente*” é uma forma que está em relação biunívoca com outra da língua latina (assim como *mon* do francês está para *meu* do português: traduzimos sempre um pelo outro). Já uma forma “supletiva” tem somente com dado termo latino uma correspondência semântica, mas não formal (como o *i* do árabe, que se acrescenta a qualquer nome e significa *meu* ou *minha*, *meus* ou *minhas*). Xe, em tupi antigo, supre os possessivos *meu*, *minha*, *meus*, *minhas*.

Significa também *eu*. Não está, assim, em correspondência biunívoca com um termo português, mas traduz, *supre* várias formas gramaticais.

Vejam-se outros exemplos:

**Pe. Diego de Torres Rubio, S. J., *Arte de la lengua Aymara*, 1616**

*“No hay mas que una declinaciõ por la qual se declinan todos los nombres y las demas partes declinables. En ella los casos no se conocen por la terminaciõ como en la latina, sino por ciertas partículas o notas que se posponen a cada paso:*

*Nominativo \_\_\_\_\_ no tiene partícula*

*Genitivo \_\_\_\_\_ na*

*Dativo \_\_\_\_\_ taqui*

*Acusativo \_\_\_\_\_ h, l, ro*

*Vocativo \_\_\_\_\_ y*

*Ablativo \_\_\_\_\_ na, l, ta*

*Efectivo \_\_\_\_\_ mpi, l, na”*

(Fol. 3)

*[...] No ay mas que una conjugacion, cuya terminacion es: tha y por ella van todos los verbos. Tiene todos los modos aunque no todos los tiempos; pero puedese suplir por otros. (fol. 6, grifo nosso)*

*[...] Los nombres abstractos como bondad, blancura etc., no los ay en esta lengua, pero hazemos los del nombre concreto o material y del infinitivo de sum, es fui, cancaña, como hanco cancaña, el ser blanco, vel, la blancura...”(fol. 29b)*

*[...] No hay voz simple que signifique quis l. qui relativo. Y porque los tres participios traem consigo y les son propios estos romances el que, la que, lo que, de aqui es que los relativos los hazemos por los partizipios de presente, preterito y futuro. (fol. 31)*

*[...] En esta lengua no hay este verbo possum, pero suplese de dos maneras, o con uno destes dos verbos yatisha, huaquistha, en las*

*terceras personas, que a este proposito quiere decir, tener effecto o ponerse en execucion alguna cosa.” (fol. 40, grifos nossos)*

**Pe. Diego Gonzales de Holguin, *Gramatica y Arte Nueva de la Lengua General de todo el Peru, llamada lengua Qquichua o lengua del Inca, 1607***

*“Añadida y cumplida en todo lo que le falta de tiempos y de la grammatica y recogida en forma de Arte lo mas necessario en los dos primeiros libros.” (Frontispício)*

O frontispício da gramática de Holguin é bem elucidativo. A zona das correspondências possíveis ou do supletivismo é *añadida* e *cumplida* com o que falta à gramática quêchua para equivaler ao modelo universal. O passo seguinte é muito esclarecedor a tal respeito:

*El mas famoso ablativo comum es el ablativo absoluto latino y aunque aca no ay propria forma determinada para el, mas hallamos que la suplen por el subjuntivo muy cumplidamente y assi damos aqui por ablativo absoluto al subjuntivo en todas sus personas y mas en la tercera como Deo volente, Dios munaptintac, Governando Philipo rey, Philipo tocricoptintac, queriendo tu, cam munaptiyquitac.*

*[...] Yten los nõbres que en Latin rijen ablativo de qualidades como flavus capillis, niger oculis los ay aca propriamente imitados, como Paco chue cha, el de los cabellos rojos. Yana ñavi, el de ojos negros. (fol. 95, grifos nossos)*

Há, assim, segundo o que lemos em Holguin, formas *determinadas* ou “correspondentes” e formas *suplidas* ou “imitadas”.

Na folha 25 (grifos nossos) explica Holguin:

*-Que es el intento deste libro segundo y de que materias se trata en el?*

*- El principal intento es tratar del verbo que es principal parte de la oración y dar forma para cõjugar todos quan-*

*tos verbos ay y reduzir al arte todas quantas conjugaciones ay diferentes de la comun y enseñar sus diferencias y suplir de la manera que los indios suplen los tiempos que faltan al arte de algunas otras conjugaciones y igualmente usadas y dar en la lengua todos quantos y quales se pueden concebir y hablar en nuestro romance castellano sin que quede corta la lingua ni alcançada de quenta de nuestros romances pues antes en parte es mas cumplida que la nuestra.*

O passo precedente merece algumas considerações:

– Holguin admite que no quêchua há conjugações diferentes das comuns. Estamos, aqui, na zona da especificidade. Também diz que quer “*suplir*” os tempos que faltam (zona do supletivismo). Somente assim se pode chegar a uma gramática equivalente ao modelo universal, para que a língua “*no quede corta ni alcançada*” (“nem fique curta nem estendida”) em face do castelhano (um registro vulgar do modelo universal).

Buscando-se a equivalência das formas, pode-se partir do modelo universal para as formas quêchuas ou das formas quêchuas para o modelo universal, conforme o que se lê no diálogo entre um mestre e seu discípulo que, se encontra na gramática de Holguin, (fol. 40a):

*Disc. —Mucho estimo los romances que soleys reduzir a cada tiempo, Maestro, porque days gran claridad para componer sin confundir los tiempos y así os ruego que redusgays a este subjuntivo los romances que le caben.*

Por “romances” entendam-se, aqui, “*formas castelhanas*”. Estamos, aqui, na direção oposta daquilo que Holguin apregoava na fol. 25, isto é, “*dar en la lengua todos los tiempos y maneras de hablar tantos y tales quantos y quales se pueden concebir y hablar en nuestro romance castellano*”.

Mais exemplos:

**Pe. Pedro Marban, S. J., Arte de la lengua moxa, 1702**

*“No ay en esta lengua diction simple que tenga todos los modos y tiempos que el sum es fui en la Latina; sino que en algunos tiempos se suple y en otros se haze con varias particulas que se iran explicando.”* (p. 90, grifos nossos)

**Arte y Vocabulario de la lengua morocosi (Anônimo), 1699**  
(apud VIÑAZA, op. cit., p. 123-124)

*“No hay en esta lengua rigurosa declinacion, porque no se le halla particular ninguna que distinga los casos unos de los otros. Suplese en lo más con los pronombres possessivos. Y el dativo para, se suple con el futuro imperfecto del verbo substantivo.”* (grifos nossos)

- *“No ay en esta Lengua verbo substantivo que tenga todos los modos y tiempos que el verbo sum es fui en Latin, sino que en algunos tiempos se suple y en otros se haze con varias particulas.”* (grifos nossos)

**Pe. Luis de Valdivia, S. J., Arte y Gramatica General de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con un Vocabulario y Confessionario, 1. 606.**

*“Al lector -*

*...La segunda es que es muy regular y uniforme esta lengua en las formaciones de los tiempos y personas, que casi no ay verbo irregular y lo contrario desto haze difficiles otras lenguas, como se ve en la Latina. La tercera es, que para todo género de verbos, substantivo, transitivos y neutros, no ay mas de una conjugacion y esta es tan abundante de tiempos que excede a la latina, la qual abundancia facilita mucho el aprender una lengua porque halla el que la aprende como explicar sus conceptos: y cuando los tiempos son tan pocos, que uno ha de servir y suplir por muchos se haze difficil la lengua.”* (Prólogo, grifos nossos)

O trecho anterior, de autoria do Pe. Valdivia, ilustra bem a noção de especificidade, que definimos anteriormente. Afirma ele que

a conjugação verbal “*excede a la latina*”, o que facilita sua aprendizagem, ao passo que uma língua com muitas formas verbais supletivistas se torna de difícil aprendizagem.

**Pe. Pedro Dias, *Arte da Língua d’ Angola*, 1698**

“Os pronomes primitivos suprem a interjeição Ó, v. g., *Eye mu-cuâhenda nguicuatece. Ó vós compassivo, favorecei-me. O exemplo está em eye, que serve de interjeição.*” (p. 47, grifo nosso)

Pedro Dias apresenta, no passo seguinte, a forma correspondente, no quimbundo, à partícula *ut* (“para que”) do latim e as formas supletivistas para ela:

“*Para se explicar nesta lingua a partícula ut, “para que”, usa-se do advérbio Da, que significa “para que”, v. g., Nzambi u abanga atu nda aye coulo. Deos fez os homens para q vão ao ceo. O exemplo está em nda, antes do verbo aye.*

*Há outros modos de explicar o mesmo sentido, os quais ponho aqui para maior notícia.*

- *Primeiro modo: usar o gerundio em di.*

- *Segundo por relativo...*

- *Terceiro he pôr o segundo verbo no imperativo, como accusativo do primeiro.*

- *Quarto modo he pôr o segundo verbo no imperativo v. g. Ngacuriondo, nguiloloque.–Peçovos, perdoayme. O exemplo está no imperativo, nguiloloque.”* (p. 49)

**Pe. João Rodrigues, *Arte Breve da Lingua Iapoa*, 1620**

Na obra gramatical de João Rodrigues, modelada *imagine et similitudine* da de Manuel Álvares, está, amiúde, explícito o supletivismo das formas:

*“Os participios presentes & futuro se suprem com as particulas Mono, Hito, Ua, Uo & c. Que sam propriamente oraçoens de relativo, como se disse nas conjugaçoens.”* (fol. 58, grifos nossos)

*[...] Carece esta lingua dos provocabulos relativos que respondem a Qui, Quae, Quod...& quando a oraçam he relativa supren o relativo tacitamente no modo de fallar & colloçam do antecedente em respeito do verbo de que se rege.”*

(fol. 17 b, grifos nossos)

Em Holguin (op. cit. ), apesar de sua forte tendência latinizante, há alguns momentos de consciência das especificidades existentes no quêchua:

*“Todas las espécies de verbos que tienen los latinos tiene tambien esta lengua. Y algunas otras mas.”* (fol. 81)

Por outro lado, a concepção essencialista da linguagem, a percepção da existência de universais linguísticos, que explicaria o que chamamos de “zona das correspondências” está presente em vários autores. Ao tratar da sintaxe, afirma Pedro Dias (op. cit., nota 1):

*“Tratamos somente das regras gerais que pertencem a todas as línguas e que se podem accômodar à dos Ambundos, deixando os especiais da língua latina.”* (grifos nossos)

Ainda em Holguin (op. cit., fol. 34, grifos nossos) lemos:

*“Maestro – Como si concertaran esta lengua y la Latina se pusieron unas leyes mismas y es que en Latin dicen (amandum est mihi Deum) con acusativo como verbo activo y tambien (amandus est mihi Deus) haziendo ya nombre al participio (amandum). Assi tambien aca dicen: Dios ta munancay canmio munancaymi con acusativo, como verbo activo, mientras es participio (munanca), mas tambien se puede hazer nombre como en Latin y diremos (Dios munancaymi) como (amandus est mihi Deus) en todo igualmente.”*

### 3.11. UMA GRAMÁTICA MISSIONÁRIA DIFERENTE: A *ARTE* DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, DE 1595

O tupi antigo, falado no Brasil nos dois primeiros séculos de sua história, foi gramaticalizado pela primeira vez pelo jesuíta José de Anchieta, cuja gramática veio ao prelo em 1595, com o título de *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com a esquadra do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Anchieta chegaria somente quatro anos depois, com a esquadra de Duarte da Costa, o segundo governador-geral.

Ao chegar a Salvador, em 1553, antes de ir em direitura a São Vicente, Anchieta tomou anotações do Pe. Azpilcueta Navarro sobre a língua tupi.

Escrita provavelmente entre 1553 e 1555, o corpo principal da sua gramática retrata o tupi falado em Piratininga, isto é, no campo de São Paulo, embora ela insinue a existência de variantes dialetais.

Chegando a S. Vicente, Anchieta em breve transporia a Serra do Mar e, juntamente com outros jesuítas, assistiria à fundação de S. Paulo de Piratininga, onde seria o primeiro professor de latim. Seria, com efeito, em Piratininga, que ele aprenderia o tupi que gramaticalizou. Segundo seu biógrafo Quirício Caxa (op. cit. p. 18):

E tanto de raiz a aprendeu que não somente chegou a entendê-la e falá-la com toda a perfeição e compor nela e trasladar as coisas necessárias para a doutrina e catecismos: mas veio a reduzi-la a certas regras e preceitos e compor arte dela, com que os nossos que aprendem a língua muito se ajudam.

A *Arte* de Anchieta foi, assim, até as primeiras décadas do século XVII, quando foi publicada a segunda gramática da língua tupi, a *Arte*



*da Língua Brasílica*, do Padre Luís Figueira, o único compêndio existente para o ensino daquela língua, embora não lhe fossem reconhecidas grandes qualidades didáticas. Na *Aprovação da Arte* do Pe. Figueira (1621), o Pe. Manuel Cardoso diria que ela é “confusa, como nos todos experimentamos”.

O conhecimento do tupi foi, desde logo, considerado condição *sine qua non* para a admissão de um candidato à Companhia de Jesus no Brasil. A Congregação Provincial de 1568 pede que se eximam os que conheçam a língua da exigência de estudos muito aprofundados para a ordenação sacerdotal e para a profissão dos votos:

*Scire namque linguam brasilicam videtur esse pars ut cum illis facilius possent dispensari; dummodo virtute et aliis bonis partibus sint ornati.*

(Congr., 41, 299v., *apud* LEITE, 1940, livro V, p. 563)

Vê-se, com efeito, que saber a língua brasílica é obrigação para que deles mais facilmente possam ser dispensados, contanto que sejam adornados pela virtude e por outros bons dotes. (tradução nossa)

Falada por muitas nações indígenas diferentes, estendendo-se do norte ao sul do Brasil sem o suporte da escrita, a língua tupi teria algumas variantes dialetais no Brasil quinhentista. Anchieta percebeu-o bem e deu conta disso em sua gramática:

Os Tupis de Sam Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro nunca pronunciam a última consoante do verbo afirmativo. (fol. 1b)

[...] *Nota obiter, que cômumente os verbos os começados por, m, activos tem i. depois do articulo, ainda que em algũas terras pronunçião muitos sem elle.* (fol.48b)

Escrita em Piratininga ou São Vicente, entre 1553 (data da chegada de Anchieta a essa região do Brasil) e 1555 (ano em que o Pe.

Nóbrega levou a gramática para a Bahia), Anchieta não deveria, certamente, ter ainda plena consciência das variantes dialetais que a língua tupi possuía. O primeiro texto latino da obra não devia, com efeito, portar as considerações supramencionadas. Elas são fruto, sem dúvida, de muitas viagens e diversas mudanças de residência que Anchieta realizou durante os 43 anos de sua vida no Brasil, habitando em diferentes regiões. O corpo principal da obra é, contudo, escrito em Piratininga, isto é, no campo de São Paulo.

Em 1592, após seu uso diuturno nos cursos de tupi ministrados pelos jesuítas a seus novéis missionários, solicitou-se autorização para se publicar a *Arte* do Pe. Anchieta. Isso ocorreu, com efeito, em 1595, em Coimbra.

Desde as primeiras páginas de sua gramática, evidencia Anchieta o caráter normativo dela, guindando o uso à condição de supremo princípio da norma gramatical. Se, contudo, entre os antigos vicejou o princípio do *usus* ditado pelos melhores autores, em Anchieta tal conceito haveria, inevitavelmente, de sofrer alterações em seu conteúdo, haja vista que a língua que gramaticalizavam era a de populações ágrafas, de tradição oral. Por outro lado, se as gramáticas latinas e gregas do Renascimento expressavam a norma culta, que era definida pelo uso dos melhores autores, agora, num contexto de ausência de literatura escrita, a oralidade é guindada a critério definidor da norma. No intróito de sua obra, Anchieta nô-lo assevera: “O uso das diversas partes do Brasil será o melhor mestre.” (folha 1b)

Ele tem consciência de estar a tratar com variantes dialetais. Em nível sintático, morfológico ou semântico, quase não menciona ele diferenças de emprego entre os diferentes grupos indígenas.

A gramática de Anchieta não se atém a definições de categorias gramaticais. É gramática essencialmente pragmatista, que pressupõe leitores conhecedores de toda a teoria gramatical, aos quais ele deverá levar os elementos específicos da língua que propõe ensinar, sem teo-

rizar acerca dos elementos gramaticais de forma genérica. Nesse particular, difere de Figueira (1621), que define, por vezes, categorias gramaticais antes de introduzir sua análise do tupi antigo.

Já nas primeiras linhas do Capítulo I de sua obra, Anchieta passa a utilizar termos latinos de permeio com formas portuguesas. Isso será praxe seguida ao longo de toda a gramática. Por exemplo, ao tratar das letras, na fol. 1a, afirma ele que “[...] em lugar do s. in principio ou medio dictionis, serve ç com zeura, ut Aço, çatâ.”

Há, aqui, o uso de morfologia e de sintaxe híbridas, latina e portuguesa. Ele utiliza a posposição *em*, portuguesa, e a latina *in*. Insere a conjunção *ou* portuguesa num conjunto de construções latinas, como, por exemplo, “*in principio ou medio dictionis*”. Finalmente, em vez de utilizar a conjunção portuguesa *como*, utiliza a latina *ut*.

Tal morfologia e tal sintaxe híbridas são encontradiças em numerosos passos, praticamene em todas as páginas de sua obra. Na fol. 1b, por exemplo, lê-se: “Nas consoantes, c.g., cõumente todos pronunciaõ de hũa mesma maneira interposito i ut Acepiac, Acepiâcine, Aimeeng, Aimeéngine & sic in reliquis temporibus ut supra.”

É bastante *sui generis* tal hibridismo morfossintático. Não se encontra ele nas gramáticas vernáculas de João de Barros e de Nebrija. Também não se acha ele na obra gramatical de Luís Figueira, o segundo gramático do tupi antigo.

No Capítulo III, intitulado “*De Accentu*”, descobrimos que o termo *acento*, empregado por Anchieta, corresponde a um elemento gráfico, que ele é uma notação, um grafema. Anchieta diz que “*todas as dicções acabadas nas quatro últimas vogaes tem o accento na ultima & notãose com circumflexo*” (fol. 7a). Ora, tal conceito de acento nao se encontra nos gramáticos coevos de Anchieta. Para eles, acento era “timbre”, “tonicidade”, urn traço eminentemente supra-segmental e nao um elemento grafêmico. Assim, para eles, sílaba alta corresponde a “acento agudo”, sílaba baixa a “acento grave”. Nebrija (1492: 176) percebeu

bem a transformação da noção de quantidade em timbre na passagem do latim ao castelhano, mas não chegou à noção clara de tonicidade.

Em João de Barros (1540, p. 297), a associação entre timbre e acento é clara. Tratando dos “acidentes” da sílaba, ele diz que “*toda sílaba tem três acidentes: número de letras, espaço de tempo; acento alto ou baixo*”. O espaço de tempo é a “quantidade”. Embora ele reconheça a transformação da quantidade em timbre na passagem do latim ao português, ele não se desfez totalmente da ideia de que o português conheça a categoria de quantidade. Assim, ao associar acento a tonicidade, considerando-o um grafema, uma notação, Anchieta está muito adiantado em relação aos gramáticos ibéricos do século XVI. Seu conceito de acento é atual e sua originalidade, nesse aspecto, é notável.

Diversamente das gramáticas latinas de Despautério (1537) e Nebrija (1522), que declaram ser oito as partes da oração, e das gramáticas vernáculas de Nebrija e João de Barros, que asseveram ser aquelas dez e nove nas línguas castelhana e portuguesa, respectivamente, Anchieta não considera senão cinco partes da oração na “*lingoa do Brasil*”, não tratando de outras. Esse é um procedimento deveras inusitado no século XVI, mormente entre as gramáticas das línguas exóticas, em que a afirmação da existência das oito partes da oração da gramática latina nas línguas que descreviam era indefectível.

Anchieta revela em sua *Arte* total originalidade e desvinculação da gramática latina tradicional, como modelo de sistematização, ao tratar dos nomes em tupi antigo. Isso porque, à diferença dos gramáticos João de Barros, Nebrija e de muitos outros autores de gramáticas de línguas exóticas, como, por exemplo, Montoya, ele afirma que

[...] os nomes (em tupi) não tem casos nem números distintos, salvo vocativo, com esta diferença, a saber, que os que têm acento na ultima nada mudão, ut aba, em todos os casos. Os que o têm na penultima perdem

a ultima vogal no vocativo, ut tuba, tub, xe ruba, xe rub vel xerup; xeraira, xerair vel xe rait.(fo 1has 8 a, b).

Entre os gramáticos das línguas exóticas dos séculos XVI e XVII, a subordinação dos nomes ao sistema de casos do latim era norma absoluta. Anchieta, nesse particular, só reconhece a existência de caso quando ocorre flexão nominal autêntica, quando o caso é genuinamente gramatical. Isso ocorre somente com relação ao vocativo: *Xe ruba-meu pai* > *Xe rub! (ó) meu pai!* Anchieta está aqui, claramente, afastando-se do modelo latino, tratando o tupi antigo como o fariam os linguistas contemporâneos.

Ao tratar do verbo tupi, Anchieta, apesar de se servir geralmente da terminologia tradicional da gramática latina, matizou-a, produziu nela deslocamentos semânticos, tomou certos termos em seu sentido etimológico. Só aparentemente em sua “*Arte dos verbos*”, correspondente ao capítulo VI de sua obra, “*os verbos passaram a ter uma conjugação à latina*”, segundo afirmou Câmara (1965, p. 104). Em poucos casos tal assertiva seria verdadeira: no que tange aos modos verbais, na concepção de conjugação, no tratamento do gerúndio e do supino, no tratamento do futuro do conjuntivo. Se a terminologia por ele empregada não se afasta muito da que se encontra na gramática tradicional, as concepções gramaticais subjacentes na *Arte* de Anchieta são, amiúde, diferentes, como revelam uma detida análise dessa obra e o conhecimento das línguas latina e tupi. Sua originalidade transparece em vários pontos:

1. Na influência da gramática grega na terminologia e em certas concepções gramaticais;
2. No tratamento *sui generis* dado ao participípio, em cabal discordância com as gramáticas latinas, gregas e vernáculas coetâneas, da Antiguidade e da Idade Média;

3. Na criação e renovação de terminologia linguística específica que desse conta de descrever os fatos e processos da língua tupi;
4. Na concepção original do infinitivo, ausente de outras gramáticas quinbentistas;
5. Na percepção das inúmeras especificidades absolutas do verbo tupi;
6. No tratamento morfológico e sintático amiúde concomitante, uma verdadeira novidade para o século XVI, em que, além de negligenciado, o estudo da sintaxe se fazia sempre de modo separado.

Em caráter de ilustração, vale dizer que um dos mais interessantes capítulos da *Arte* de Anchieta é aquele que versa sobre o *artículo* (Cap. 6). Nele, Anchieta apresenta o sistema flexional do verbo tupi. Com efeito, o verbo em tupi, à semelhança do que ocorre em muitas outras línguas ameríndias, recebe os morfemas número-pessoais (ou marcadores de pessoas) antes do seu tema. Por exemplo, a flexão do verbo ***nhe'eng***, “falar”, no indicativo, faz-se da seguinte maneira:

Anhe'eng – falo

Erenhe'eng – falas

Onhe'eng – (ele) fala

Etc.

Para Anchieta, assim, tais morfemas ***a***, ***ere***, ***o***, antepostos ao tema do verbo ***nhe'eng***, são os *artículos* que mencionamos anteriormente. Desse modo, aquilo que Anchieta entende por *artículo*, em sua gramática tupi, de nenhum modo corresponde a seu conceito na gramática tradicional greco-latina. O *artículo* (do latim *articulus*, diminutivo de *artus*, “junta”, isto é, um “articulador”) é, para Anchieta, o morfema número-pessoal, o correspondente às desinências do verbo latino ou, ainda, os marcadores de pessoa. Ou seja, Anchieta emprega

o termo *artículo* num sentido que ele absolutamente não tinha antes. O que ele faz, na verdade, é inovar na terminologia. O termo *artículo*, com efeito, exprime muito melhor, etimologicamente, o sentido do fato gramatical em questão. Diante de um fato novo (isto é, a anteposição do morfema número-pessoal ao tema do verbo), Anchieta usou uma terminologia original que, por ser etimológica, era também mais precisa na descrição dos fatos do que a terminologia tradicional, que desde Donato vinha-se impondo na Europa. Anchieta está, assim, a antecipar em três séculos um procedimento que seria usual hodiernamente pelos linguistas.

Ademais, Anchieta subverte esquemas tradicionais de tratamento das formas (morfologia) e das relações (sintaxe). Em sua *Arte*, a sintaxe (ou “construção”, como ele a chama) não é objeto de análise separada, como costumava acontecer nas gramáticas latinas, gregas, vernáculas e exóticas do século XVI. Nada mais inusitado em gramáticas quinhentistas que um tratamento gramatical de tal natureza. Anchieta, à diferença de quase todos os gramáticos de sua época, tratava a sintaxe junto com a morfologia.

Embora Anchieta se fundasse no saber linguístico do tempo em que sua *Arte* foi publicada, inúmeras são as discontinuidades nela verificadas e, em certos pontos, originalidades pasmosas, que fazem com que sua contribuição para a história da gramática seja inegável. Com efeito, que outro gramático do século XVI tratou de acento como *grafema* e não como quantidade silábica? Quem, em pleno século XVI recusou peremptoriamente subordinar o substantivo ao sistema de casos do latim? Em quantas gramáticas quinhentistas verifica-se a total omissão do número “sagrado” das oito partes da oração latina e a ausência de tratamento de certas categorias gramaticais às quais, havia séculos, as gramáticas consagravam alentados capítulos? Que gramáticas de Quinhentos tratavam a morfologia concomitantemente com a sintaxe?

Assim, são inúmeros os elementos que podemos apontar que nos facultam afirmar que a *Arte* de Anchieta não é latinizante e que sua originalidade é, em muitos pontos, tão grande que, para o momento histórico em que foi escrita, ela representa um monumento linguístico dos mais admiráveis, uma obra *sui generis* que, em muitos pontos, antecipa procedimentos da Linguística moderna, que busca estudar a estrutura das línguas em si e não em referência à estrutura de outras.

Segundo Rodrigues (1997, p. 392-393),

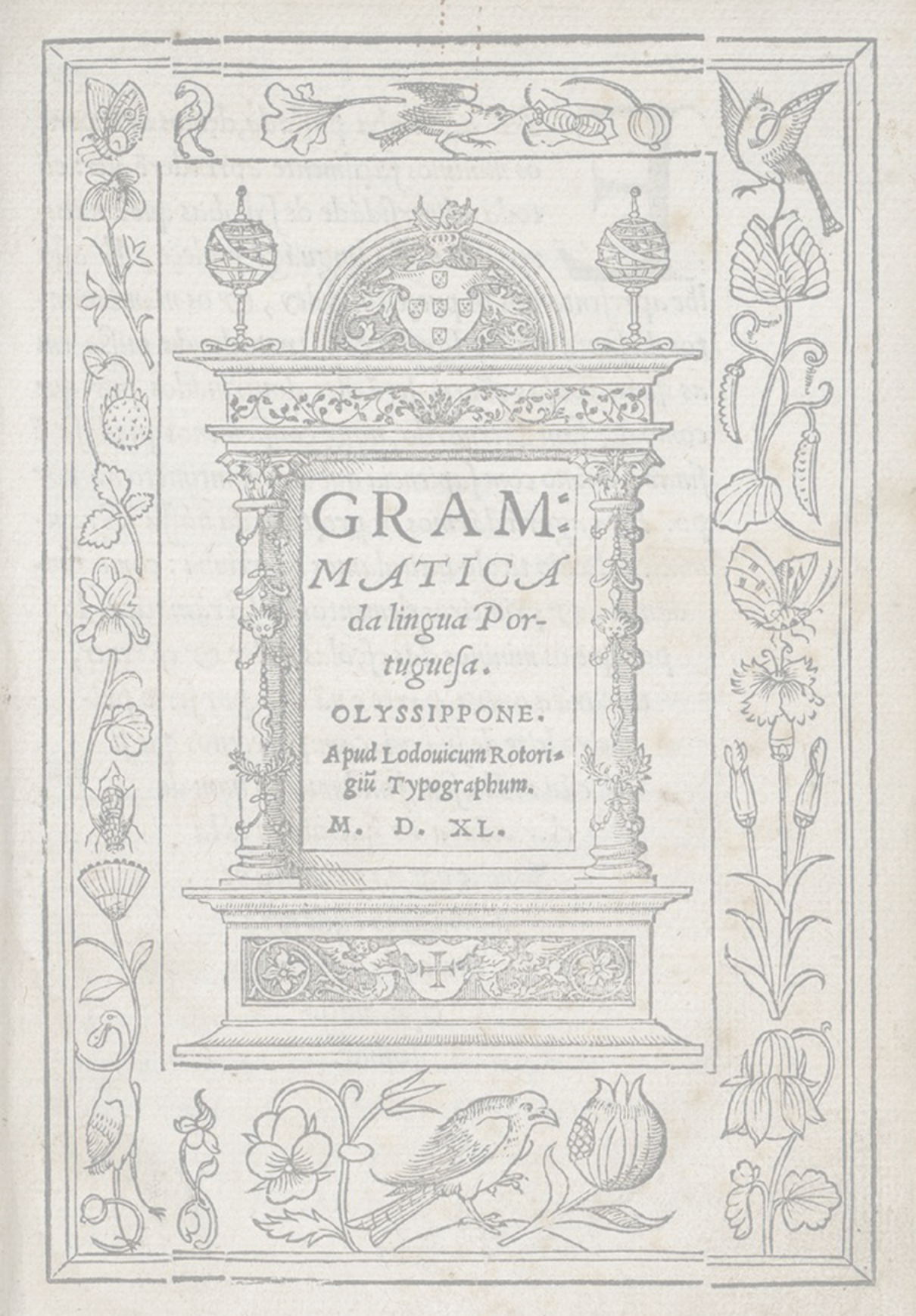
*Anchieta ha sido el primer autor que ha utilizado en portugués escrito un gran número de términos técnicos de la descripción lingüística, como contracto, penúltimo, ípsilon, mono-, di-, tri-, polissílabo, vocativo, instrumental, posposição, numeral, ordinal, comparativo, pretérito, imperfecto, conjuntivo, concessivo, permissivo, potencial, optativo, dubitativo, frequentativo, supino, negativo, interrogativo.*



## 4. CONCLUSÃO

Os séculos do Renascimento e das descobertas dos novos continentes foram também aqueles em que a problemática linguística assumiu importância nunca antes vista na história humana. Com efeito, a elaboração de centenas de gramáticas das mais diferentes línguas de quatro continentes foi um fenômeno de imensa importância para o mundo e para o conhecimento das culturas humanas. Poucos fatos tiveram tão largo alcance como esse, que pode ser considerado um processo civilizatório de magnitude semelhante ao que foi a descoberta da escrita e que, lucidamente, Auroux (1994) chamou de “*Revolução da Gramatização*”.

Muitas línguas do mundo foram, assim, pela primeira vez sistematizadas gramaticalmente. Países como o Japão, a Índia, o Vietnã, o México, o Peru, o Paraguai, Angola etc. devem aos missionários algumas das primeiras gramáticas de línguas faladas ainda hoje e por milhões de pessoas. Por outro lado, as gramáticas de línguas do Velho Continente nobilitaram a estas, fizeram-nas assumir o caráter de línguas de cultura. Ao mesmo tempo, a composição de gramáticas latinas, gregas e hebraicas fortaleceu um modelo de homem culto que chegou até à segunda metade do século XX.



The title page features a central architectural frame containing the text. The frame is topped with a coat of arms and two globes. The sides are decorated with vertical floral and bird motifs. The bottom of the frame is also decorated with a coat of arms and floral elements. The entire page is enclosed in a double-line border.

GRAM-  
MATICA

da lingua Por-  
tuguesa.

OLYSSIPPONE.

Apud Lodouicum Rotori-  
giu Typographum.

M. D. XL.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R. Los debates sobre la naturaleza del índio en el siglo XVI: textos y contextos. *Revista de Estudios Hispánicos*, ano 19. Universidad de Puerto Rico, 1992. p. 47-66.

ALBUQUERQUE, A. *Cartas*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1884.

ALCALÁ, P. *Arte para ligeramête saber la lengua araviga*. Granada: Juan Varella de Salamanca, 1505 .

ALEXANDRE, P. *Langues e langage en Afrique noire*. Paris: Payot, 1967.

ALIGHIERI, D. *Pagine Scelte*. Roma: Scuole Italiane All'Estero, 1918.

ÁLVARES, M. *Institutio Grammatica ab Horatio Tursellini in Compendium Redacta*. Roma: Ex Typis Ven. Hosp. Apost. apud Petrum Aurelium, 1832.

ÁLVARES, M. *De Institutione grammatica libri tres*. Lisboa: Ioannes Barrerius typographus, 1572.

ANCHIETA, J. de. *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

ANCHIETA, J. de. *Cartas-Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988.

ARAÚJO, A. *Catecismo na Língua Brasileira* (1618). Rio de Janeiro: PUC, 1952.

AUROUX, S. *Materiaux pour une Historie des Théories Linguistiques*. Lille: Université de Lille, 1984

AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BAIÃO, A. et al. *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, 1939.

BARRENECHEA, R. P. *Vocabuário de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua o del Inca (Prólogo)*. Lima: Editorial de la Universidad de San Marcos, 1989. p. V-XLIV.

BARROS, J. *Gramática da Língua Portuguesa (1540)* (Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971a.

BARROS, J. *Grammatica da Lingua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja (1539)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971b.

BEC, P. *La langue occitane*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

BÉDARD, E. *et al.* (Org.). *La norme linguistique*. Quebec, Gouvernement du Québec, Conseil de la Langue Française, 1983.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Nacional, EDUSP, 1976.

BERTONIO, L. *Arte de la lengua Aymara*. Roma: Luis Zanetti (Ed. ), 1603

BETTENDORFF, F. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado Do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 72, parte 1. Rio de Janeiro, 1910.

BOXER, C. R. A tentative check list of Indo-Portuguese Imprints. *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. IX. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975. p. 567-599.

BUESCU, M. L. C. Dois ortografistas do século XVI. *Boletim de Filologia*, Tomo XXII, fascs. 1 e 2. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1971, p. 33-42.

BUESCU, M. L. C. Os 'Grammatices Rudimenta' de João de Barros. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IV. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. p. 93-140.

BUESCU, M. L. C. *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BUESCU, M. L. C. *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

CÂMARA Jr., J. M. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAMÕES, L. V. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1973.

CARRERA, F. *Arte de la lengua yunga de los valles del Obispado de Truxillo del Peru*. Lima: Ioseph de Contreras Impressor, 1644.

CAXA, Q. Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta. In *Primeiras Biografias de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988.

CEREJEIRA, M. G. *O Humanismo em Portugal-Clenardo*. Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1926.

CHOMARAT, J. *Grammaire et Rhétorique chez Érasme*. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

CLENARDO, N. *Institutiones linguae graecae*. Lutetiae: Robertus Stephanus, 1549.

CLENARDO, N. *Tabula in Grammaticam Hebraeam*, Colonia, 1581.

COROMINAS, J. *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Editorial Gredos, 1954.

COOPERS, C. *Grammatica linguae anglicanae (1685)*. Halle a. S., M. Niemeyer, 1911.

COUTINHO, I. L. Os gramáticos latinos. *Revista de Portugal*, 30, série A. Lisboa, 1965, p. 386-391.

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

CUEVA, P. *Arte de la Gramática de la lengua Zapoteca*. Mexico, 1607.

DESPAUTERIUS, J. B. *Commentarii grammatici*. Parisiis: Robertus Stephanus, 1537.

DIAS, P. *Arte da Língua d'Angola*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes. 1697.

DIONÍSIO, o Trácio, *La grammaire de Denis, le Thrace*. (Notas e tradução de J. Lallot). Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

DOMINGOS DE SANTO THOMAS. *Grammatica o Arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru*. Valladolid: Francisco Fernandez de Cordoba, impressor, 1560.

FIGUEIRA, L. *Arte da Lingua Brasilica*. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

FONSECA, Q. O conhecimento das línguas africanas e orientais auxiliando a expansão do Império Português. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo III. Lisboa, 1940. p. 157-169.

FREITAS, J. A. Subsídios para a bibliografia portuguesa relativa ao estudo da língua do Japão. *O Instituto*, vols. 51, 52. Coimbra, 1904-5.

GARCIA, G. *Origen de los Indios del Nuevo Mundo*. Valencia, 1607.

GUIRAUD, P. *La Grammaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

HJELMSLEV, L. *Principios de Gramatica General*. Madrid: Editorial Gredos, 1976.

HOLGUIN, D. G. *Gramática y Arte Nueva de la Lengua General de todo el Peru, llamada lengua Qquichua o lengua del Inca*. Lima: Francisco del Canto Impressor, 1607.

HOLTZ, L. *Donat et la Tradition de l'Enseignement Grammatical*. Paris: Centro National de la Recherche Scientifique, 1981.

HOORNAERT, E. *Formação do Catolicismo Brasileiro. 1550-1800*. São Paulo: Vozes, 1981.

KUKENHEIM, L. *Contributions à l'Histoire de la Grammaire Italienne, Espagnole et Française à l'Époque de la Renaissance*. Amsterdam, Noord-Hollandsche Uitgevers-Maatschapij, 1932.

KUKENHEIM, L. *Contributions à l'Histoire de la Grammaire Grecque, Latine et Hébraïque à l'Époque de la Renaissance*. Leiden: E. J. Brill, 1951.

LAS CASAS, B. *Historia de las Indias*. Fondo Económico de Cultura, Mexico, 1955.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1938, tomos I e II.

LEROY, M. *As grandes correntes da Lingüística Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1993.

LÉRY, J. *Viagem à Terra do Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la Langue Française*. Paris: Librairie Hachette, s. d.

LUGO, B. *Gramatica de la Lengua General del nuevo reyno llamada Mosca*. Madrid: Bernardino de Guzman, Impressor, 1619.

MAMIANI, L. V. *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri (1699)*. Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1877.

MARBAN, P. *Arte de la lengua moxa, con su vocabulario y cathecismo*. Lima, 1702 (?).

MARTINS, J. P-. Pico della Mirandola e o humanismo italiano nas origens do humanismo português. *Estudos Italianos em Portugal*, no. 23. Lisboa, Istituto Italiano di Cultura in Portogallo, 1964, p.107-146.

MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I. São Paulo: Cultrix e EDUSP, 1977-78.

MOLINA, A., *Arte de la lengua mexicana y castellana*. Mexico: Pedro Ocharte, 1571.

MONTOYA, A. R. *Arte y Bocabulario de la lengua guarani*. Madrid: Iuan Sanchez, 1640.

MORAIS SILVA, A., *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, s. d.

NASCIMENTO, A. A. “Pueri laica lingua reserabit: As Reglas para enformarmos os menynos en latin”. *Euphrosyne, Revista de Filologia Clássica*, Vol. XVII. Lisboa, Instituto Nacional de Investigações Científicas, 1989. p. 209-232.

NEBRIJA, E. A. *Gramática de la Lengua Castellana (1492)*. (Introdução de A. Quilis). Madrid: Editora Nacional, 1980.

NEBRIJA, E. A. *Introductiones Latinae (1501)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1981 (Edição fac-similar).

NEBRIJA, E. A. *Introductiones in Latinam Grammaticam. (1523)* Valencia: Universidad de Valencia, 1993.

NEVES, M. H. M. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1987.

NUNES, R. A. C. *História da Educação no Renascimento*. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa (1536)*. Lisboa: Tipografia Beleza, 1933.



OSÓRIO, J. A. Crítica e Humanismo no Renascimento. *Humanitas*, vols. 27 e 28. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975-1976. p. 23-51.

PINTO, A. C. *Da Famosa Arte da Imprimissão*. Lisboa, 1948.

POTTIER, B. Les premières grammaires des langues amérindiennes au XVI siècle. *Comptes-Rendus des séances de l'année 1984, janvier-mars*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1984. p. 222-35.

QUINTILIANO, M. F. *Institutio Oratoriae*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

REGO, S. *História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.

RICCI, M. *Opere Storiche*. Pietro Tacchi Venturi, S. J. (Org.). Ed. Macerata, 1913.

RICO, F. *Nebrija frente a los bárbaros. El canon de gramaticos nefastos en las polémicas del Humanismo*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1978.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras—Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, A. D. Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta. In Zimmerman, K. (Org.). *La descripción de las lenguas ameríndias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert (Bibliotheca Ibero-Americana, 63), p. 371-400, 1997.

RODRIGUES, J. *Arte Breve da Lingoa Iapoa*. Macau, 1620.

RUBIO, D. T. *Arte de la lengua aymara*. Lima: Francisco del Canto, 1616.

RUBIO, D. T. *Arte de la lengua quichua*. Lima: Francisco Lasso, 1619.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

SPENCE, J. D. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAUSTE, F. *Arte y Bocabulario de lengua de los indios chaymas, cumanagotos, cores, parias y otros diversos de la provincia de Cumana o Nueva Andalucia*. Madrid: Imprenta de Bernardo de Villa-Diego, 1680.



TORRES, A. Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares, entre a 'ratio' e o 'usus'. *Bracara Augusta*, v. 38, n. 85-86, jan./dez. Braga, Câmara Municipal, 1984. p. 173-189.

VALDIVIA, L. *Arte y Gramatica General de la Lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con Vocabulario y Confessionario*. Lima: Francisco del Canto, 1606.

VETANCURT, A. *Arte de la Lengua Mexicana*. Mexico: Francisco Rodriguez Lupércio, Impressor, 1673.

VIEIRA, A. *Sermões*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1959.

VILLADEI, A. *Doctrinale puerorum, cum commentarijs Hernanni Torrentini*. Basileia, 1516

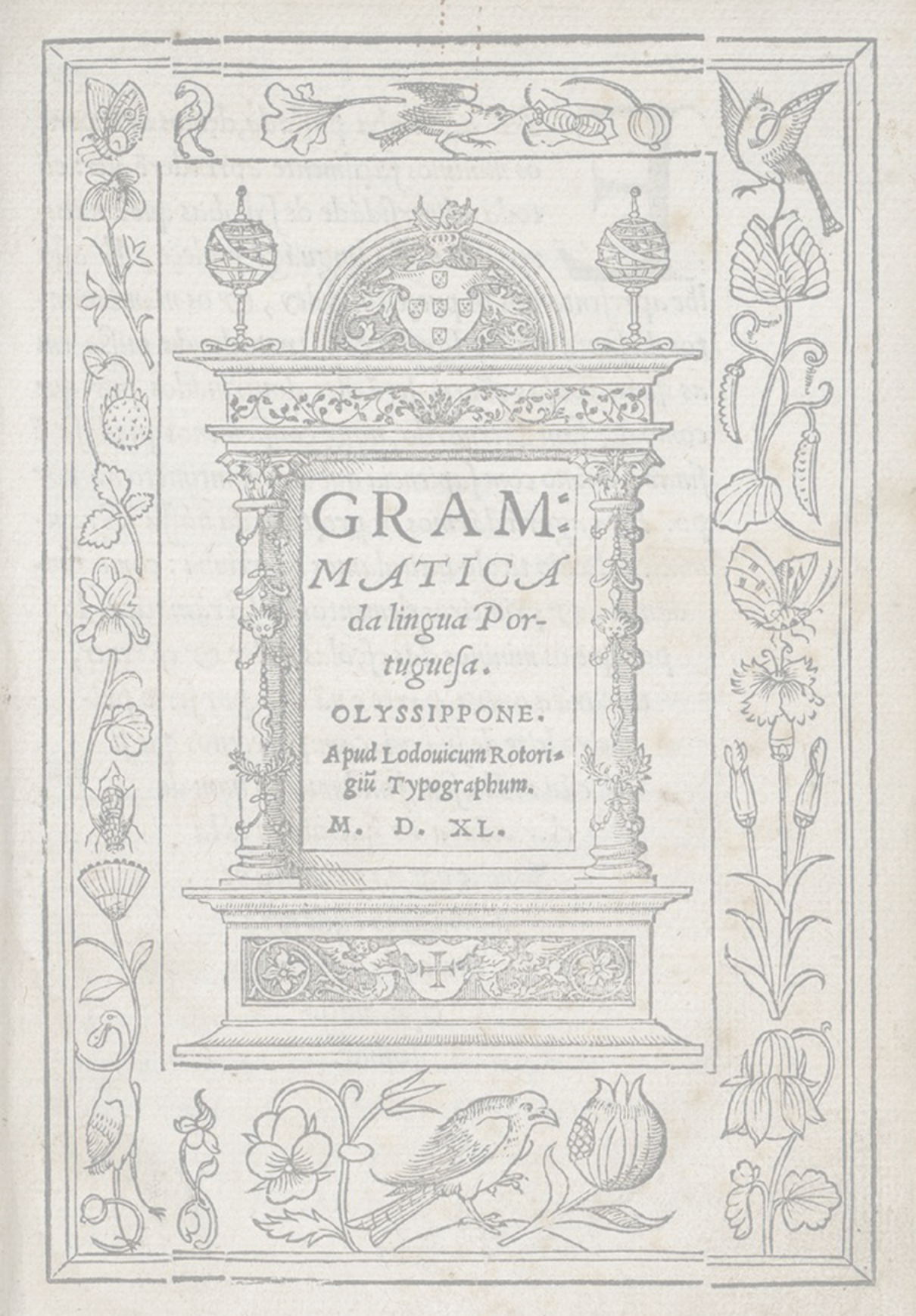
VIÑAZA, Conde de- *Bibliografia Española de Lenguas Indígenas de America*. Madrid: Est. Tip. Sucesores de Rivadeneyra, 1892.

VIVES, J. L. *Obras Completas*. Lisboa: M. Aguilar, 1948.

WALLIS, J. *Grammatica Linguae Anglicanae*. Oxford, 1653.

Wicki, J. *Ainda o IV Centenário da Primeira Imprensa de Goa*. *Brotéria*, no. 1, vol. LXIII, 1956, p. 557-568.

YANGUES, M. *Princípios y reglas de la lengua cummanagota, general en varias naciones que habitan en la provincia de Cumana, en las Indias Occidentales*. Burgos: Juan de Viar Impressor, 1683.



The title page features a central architectural frame containing the text. The frame is topped with a coat of arms and two globes. The sides are decorated with vertical floral and bird motifs. The bottom of the frame is also decorated with a coat of arms and floral elements. The entire page is enclosed in a double-line border.

GRAMMATICAM  
da lingua Portuguesa.

OLYSSIPPONE.

Apud Lodouicum Rotori-  
giu Typographum.

M. D. XL.